

Informe econômico

ISSN 1517-6258

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI Ano 14, n. 30 ago. 2013

3 Homenagem a Reinaldo Carcanholo

Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

4 A disciplina *Economia Política* por Flávio Bezerra de Farias, o capitão que não abandona o barco

Samuel Costa Filho

17 Falhas de mercado e regulação no saneamento básico

José Lourenço Candido

21 Política monetária brasileira no período de 2005 a 2012: uma aplicação da regra de Taylor

Marcus Medson Campelo de Sousa e Edivane Lima

28 O governo e o sistema financeiro imobiliário

Giovanni D. Montagnana

35 Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra

Daniely Monteiro Santos e Solimar Oliveira Lima

42 Política de garantia de preços mínimos para a cera de carnaúba: comparação entre preços mínimos e preços de mercado das safras de 2003/2004 - 2011/2012

Vera Lúcia dos Santos Costa, Taffarel Francisco Oliveira Soares e Jaira Maria Alcobaça Gomes

50 O Piauí na rota do comércio internacional: a presença dos comerciantes franceses no sertão oitocentista

Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego

58 Economia e hedonismo

José João Neves Barbosa Vicente

62 Lideranças feministas e formulação de políticas públicas

Francineide Pires Pereira e Lila Cristina Xavier Luz

71 Cãs na sala de aula: a velhice é tema acadêmico

Francisco de Oliveira Barros Júnior e Antônio de Pádua Betencourt Silva

78 Resenha: um pouco do legado das formulações de Clausewitz sobre a guerra e a política

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

editorial

As ruas do Brasil movimentaram também a academia. Nossas alunas e alunos estavam lá, portando faixas e cartazes, gritando por mudanças para o País e suas vidas. Alguns docentes também, embora a grande maioria tenha optado por analisar o recente fenômeno social entre corredores, salas de aula e redes sociais. Independentemente dos interesses e rumos das manifestações, a dinâmica social pareceu empurrar a academia para mais próximo da mobilidade, como ela deveria ser: um espaço em movimento.

As ruas refletiram as aprendizagens da sociedade, muitas delas oriundas das vivências frente aos precários serviços públicos. As ruas indicam que esperam maior responsabilidade da academia para a compreensão da realidade e orientação das leituras e reflexões sobre essa realidade.

Fiéis à pluralidade de ideias, apresentamos mais um número do Informe Econômico e abrimos a edição com uma homenagem a um grande economista, defensor intransigente do compromisso social da universidade pública: professor Reinaldo Carcanholo. Boa leitura!

*Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima
Editor-Chefe*



Prof. Reinaldo Carcanhola com docentes e discentes do Curso de Economia da UFPI no XVIII Congresso da Ange, realizado em 2003, na Universidade Federal de Sergipe / Aracaju-SE.

HOMENAGEM

Por Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas*

Conhecemos Reinaldo Carcanholo em 1982, ainda em Campina Grande (PB), quando ele retornava do exílio. Exílio? Isso mesmo. Como aluno do curso de economia da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Centro Acadêmico, durante a ditadura militar, Reinaldo foi forçado a se exilar no Chile, de Salvador Allende. No exílio, nasceu seu primeiro filho, o economista Marcelo Carcanholo, professor da Universidade Federal Fluminense. Lá no Chile foi que concluiu o curso de economia e começou a participar de um movimento para mudança do currículo dos cursos de economia daquele país. Posteriormente, teve que sair do Chile - com o golpe militar - e buscou exílio na Costa Rica, onde cursou o mestrado. Seu doutorado em economia, ele cursou na Universidade Autônoma do México, tendo como orientador Ruy Mauro Marini. Carcanholo viveu na Costa Rica (1974-1977), no México (1978) e em Honduras (1979-1982), sempre aliando sua atividade acadêmica à sua militância política revolucionária.

Em Campina Grande, Carcanholo foi professor de alguns dos professores do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí, Socorro Lira, Jaíra Gomes e Márcio Braz. Ele também participou da banca em que Solimar Lima foi aprovado para professor do curso de economia desta instituição. Aliás, ele considerou a melhor aula que até então tinha assistido em uma banca de concurso para professor.

Reinaldo Carcanholo, além de ser um excelente profissional na área de ciências econômicas, e de forma particular da economia política, era um participante efetivo de todos os movimentos. Foi ele, com um grupo de colegas, quem fundou a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), em 1985, buscando a reformulação dos currículos de economia; ocasião em que fui seu companheiro na diretoria da entidade. Em 1996, ele fundou a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), no Rio de Janeiro. Em 2005, fundou a Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (Sepla), com sede na Cidade do México, da qual era vice-presidente.

Nossa aproximação com Reinaldo Carcanholo deu-se, de fato, em dezembro de 1984, a partir do

movimento de criação da Ange. Carcanholo era um defensor intransigente de um curso de economia que tivesse em sua matriz curricular um caráter de pluralidade e que procurasse dar uma formação ética e crítica a seus alunos.

A partir daí, podemos dizer que Carcanholo tornou-se grande amigo do Curso de Ciências Econômicas, da UFPI. Ele sempre esteve disposto a participar dos congressos estudantis realizados aqui, como o Encontro Nacional de Estudantes de Economia (Eneco), em 1985 - um dos mais importantes eventos dos estudantes de economia -, que cobrava uma mudança radical no ensino de economia do País, através da famosa "Carta de Teresina". Como disse um ex-aluno de nosso Curso: "nunca participei de um evento de Economia em que Carcanholo não estivesse presente e participando ativamente."

Em junho de 2002 - outra das inúmeras vezes em que ele esteve conosco -, o Decon/UFPI publicou um "Texto de Discussão" de Reinaldo Carcanholo em coautoria com o amigo inseparável Paulo Nakatani - "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização" -, no qual, baseados em categorias econômicas marxistas, já colocavam claramente a insustentabilidade da nova ordem econômica mundial sustentada pelas concepções neoliberais.

Durante o XIX Congresso da Ange, realizado em Teresina, em 2004, Carcanholo foi homenageado pelos relevantes serviços prestados ao ensino de economia; homenagem que recebeu juntamente com os professores Chico de Oliveira e Pedro Mansur (*in memoriam*).

Por tudo que ele fez pelo ensino de qualidade de economia em nosso país, pelo muito que ele contribuiu para o enriquecimento de nosso curso de economia na UFPI, sua partida, ocorrida no dia 30 de maio do corrente ano, nos deixa saudades, mas nunca esquecimento pela sua obra e pela sua ação em busca de um mundo melhor.

Poucas pessoas tivemos a oportunidade de conhecer que possuísse a doçura, a competência e a firmeza de princípios como você, nosso querido amigo Reinaldo Carcanholo.

*Professor do Decon/UFPI.

A DISCIPLINA *ECONOMIA* *POLÍTICA* POR FLÁVIO BEZERRA DE FARIAS, O CAPITÃO QUE NÃO ABANDONA O BARCO

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o presente artigo objetiva mostrar como se desenvolveu a disciplina Economia Política do curso de pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão, ministrada pelo professor Flavio Bezerra de Farias. Destarte, o artigo aborda a gênese, o desenvolvimento das ciências econômicas ou economia política e a atualidade da formação social do capital. Na sequência, discorre sobre o método da obra "O Capital" (de Karl Marx), o estado capitalista contemporâneo, o processo de crise, bem como sobre a crise do capitalismo global como oportunidade histórica.

Palavras-chave: Economia política. Marxismo. Estado capitalista. Crise.

Abstract: this article aims to show how it developed the Political Economy discipline of post-graduate course in Public Policy at the Universidade Federal do Maranhão ministered by the teacher Flavio Bezerra de Farias. Thus, the paper discusses the genesis, the development of economic sciences or political economy and the actuality of capital social formation. Following, discusses the method of "The Capital" (Karl Marx), the contemporary capitalist state, the process of crisis and also on the crisis of global capitalism as a historic opportunity.

Keywords: Political Economy. Marxism. Capitalist State. Crisis.

1 Introdução

O domínio avassalador das ideias e abordagens pós-modernas formou um contexto pós-marxista que produziu novos valores e chegou ao ponto de fazer com que os partidos socialistas, principalmente na União Europeia, aplicassem as políticas neoliberais - um processo de demonização da classe trabalhadora e construção do pensamento único. Na área acadêmica, alguns cientistas mudaram de posições, passando a realizar abordagem reformista, abandonando o anterior método marxista. Adotar e permanecer fiel ao método de Marx foi uma tarefa realizada por poucos intelectuais da esquerda; o revisionismo dominou; apareceram as novas leituras críticas de O Capital; novas abordagens dos que sempre faziam críticas de senso comum, acenando para o processo de superação do método marxista - diversas explicações, comentários e críticas historicistas respaldadas na velha abordagem da tradição estruturalista que se apegava a superficialidades. A reivindicação de suposta ultrapassagem antológica e epistemológica exigia introduzir novas hipóteses e novas abstrações que ultrapassassem o que Marx elaborou em O Capital.

O objetivo desse artigo, portanto, é mostrar como foi desenvolvido o Curso de Economia Política ministrado pelo professor Flávio Bezerra de Farias, cujas publicações representam um trabalho que não somente apresenta o quadro geral e o significado das diferentes escolas que compõem a economia política, como aborda a questão do capitalismo, do Estado, a questão histórica e a luta revolucionária que continua de suma importância nessa fase da sociedade, na qual o capital tem aprofundado o processo de degradação do ser humano e da natureza.

Inicialmente, seguindo a metodologia da disciplina, a seção seguinte aborda a gênese, o desenvolvimento das Ciências Econômicas ou Economia Política e a atualidade da formação social do capital. Na sequência, discorre sobre o método da obra O Capital, o estado capitalista contemporâneo, o processo de crise, bem como sobre a crise do capitalismo global como oportunidade histórica.

2 A evolução da economia vulgar para a ciência econômica vulgar

O ensino da teoria econômica tem sido realizado conforme dois modelos diferentes: *Hard*

Science e *Soft Science*. O *Hard Science* leva o estudante a aprender e a se familiarizar com o estágio e as últimas teorias da economia, na denominada fronteira do conhecimento dessa disciplina, pressuposto segundo o qual ocorre uma superação positiva nas controvérsias que existem entre as diferentes escolas, com a ideia científica vencedora sendo incorporada ao estado atual da arte nas ciências econômicas - modelo típico do ensino da economia no mundo anglo-saxão. O estudo da história do pensamento econômico desmascara esta visão defendida pela *Hard Science*. Os cânones da superação positiva não são validados na área das ciências sociais. O estudo do **ser da natureza** é diferente do estudo do **ser social**, e inexistem regras de validação consensuais que resolvam as controvérsias no campo do estudo da Economia. Desse modo, faz-se necessário estudar e utilizar uma abordagem *Soft Science*. Assim, a dialética, como o método de tese e antítese, que acaba fazendo ainda uma síntese, pertence à abordagem *Soft Science*, pela qual os estudantes devem dominar os autores clássicos da economia (Smith, Marx, Keynes etc.), estudar a história econômica, a história do pensamento econômico e a teoria econômica atual. Um economista deve dominar tanto as ciências econômicas como a economia política (ARIDA, 1996).

Acontece que uma abordagem das ciências econômicas (em sentido amplo) pode ser explicada de outra maneira: a ciência econômica que compreende a economia política (em um sentido estrito - vulgar e clássica); a crítica à economia política; e a análise econômica (marginalista e keynesiana) (FARIAS, 2011).

A economia política divide-se em economia política burguesa vulgar e economia política clássica; a vulgar percebe apenas as formas imediatas, superficiais, o mundo da aparência se conformando com o mundo imediato. Um expoente desta corrente é Jean-Baptiste Say; já a economia política clássica passou a fazer ciência. Os clássicos tinham uma visão de mundo comprometida com os ideais da burguesia, considerando o capitalismo como o melhor sistema possível, a melhor forma de atender ao social, sendo, portanto, uma análise apaixonada e apologética. David Ricardo é o maior dos economistas clássicos, que construiu um paradigma baseado no equilíbrio econômico no funcionamento do capitalismo; uma abordagem que

penetra no conjunto real e íntimo das relações de produção da sociedade capitalista em um nível muito superior aos economistas vulgares, mas servindo também para o uso e a defesa da burguesia, da sociedade capitalista que estava se formando (FARIAS, 2011).

A crítica da economia política de Marx representa uma análise científica em que aparece a essência contraditória do sistema capitalista (cf. FARIAS, 2011). Marx descobriu as leis econômicas do movimento da sociedade capitalista, revelando as relações que existem entre economia, política e luta de classes; explicando como se deu a formação, o desenvolvimento e a expansão desse modo de produção, que representa o modo de dominação da burguesia sobre o proletariado. Marx construiu o paradigma da dinâmica contraditória na abordagem do modo de produção capitalista; e foi em sua obra que o capital apareceu como totalidade concreta e exprimindo um processo dialético e histórico. Marx apreendeu o movimento da totalidade da formação socioeconômica capitalista a partir do método do concreto pensado, de uma maneira progressiva e, posteriormente, avançando para tratar dos elementos mais complexos e decisivos. Ele usou o processo analítico abstrato para desvendar a essência oculta através das diferentes mediações das relações sociais e da construção de fetichismos.

Essa abordagem da sociedade capitalista emprega um método que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto no estudo da totalidade concreta da economia capitalista. Marx empregou usa o movimento de concretização progressiva em um processo em movimento, em mutação, que revela as contradições das relações da formação capitalista, mostrando que o capitalismo tem vida, isto é, ocorre uma gênese, desenvolve-se e no futuro terá uma morte. É uma formação econômica historicamente determinada que revela como contradição fundamental o caráter privado da propriedade e seu caráter social na produção, ou seja, a contradição entre burguesia e proletariado, que mostra o processo e a anarquia da produção (FARIAS, 1983a).

A ciência econômica assentada na análise econômica surgiu nas três últimas décadas do século XIX, via Escola Marginalista (análise superficial, subjetiva, com base no utilitarismo e que investiga o valor de troca abusando da matemática e se autodenominando economia pura, que provocou o retorno do domínio do paradigma do

equilíbrio geral na agora denominada Ciência Econômica, e somente encontrou uma oposição a suas ideias liberais nos anos 1930, quando surgiu a escola reformista keynesiana, que construiu o domínio do paradigma da instabilidade - uma opção reformista em oposição à opção revolucionária do marxismo (FARIAS, 2011). A revolução keynesiana apareceu defendendo a intervenção do Estado para salvar o capitalismo da crise, promover a paz social e atuar em favor e na defesa de uma economia monetária capitalista, com políticas reformistas, críticas à visão conservadora, já que acenava com políticas de atendimento ao social, respaldando a formação do Estado do Bem-Estar Social pela visão de mundo burguês educado.

A economia política que nasceu vulgar era uma técnica que observava os fatos que se apresentavam na superfície da sociedade capitalista, de uma forma isolada, unilateral ou particular; e que não conseguiu compreender e interpretar a nova realidade que se manifestava através das coisas (sociedade que começava a ser comandada pelo capital); e apresenta em suas análises as leis e as coisas como eternas e naturais. Era um estudo do empirismo e de um positivismo das aparências, usando uma lógica formal semelhante à aplicada na mecânica, como se o estudo do ser social pudesse ser realizado à semelhança do que ocorre com o estudo da física ou da biologia. Hoje, segundo Mészáros (2008), verifica-se o retorno e predomínio do discurso vulgar liberal conservador nas diferentes escolas liberais americanas. A ciência social objetiva e imparcial pós-moderna levou ao desuso de termos como burguesia, proletariado, capitalismo, tudo se tornou motivo para ser acusado de obsolescência e análise tendenciosa.

Uma abordagem aprioristicamente autocontraditória, contra-empírica e gritantemente ideológica pode ser apresentada como paradigma da metodologia isenta de pressuposições, fundamentada empiricamente, rigorosa, científica - como a própria objetividade não partidária (MÉSZÁROS, 2008, p.91).

A economia ortodoxa da atualidade retornou ao estudo de uma economia vulgar, especializando-se em elevado grau na construção ilusória do capitalismo financeiro global. Em uma pressuposta defesa científica de políticas liberais, esta abordagem foi realizada pelos novos economistas vulgares, por diferentes correntes, nas mais diversas universidades norte-americanas, constituindo-se num verdadeiro contra-ataque neoliberal que combatia as ações reformistas do

Estado do bem-estar social, apresentando uma falsa disputa do mercado contra o Estado, com uma abordagem de teoria liberal extremada procurando dismantelar o Estado providência, com o discurso da eficiência privada versus ineficiência pública, sem a mínima compreensão de que o Estado e o capital fazem parte de um todo orgânico. Esses analistas positivistas vulgares apresentam distintas versões de atuação do Estado: uma em que aparece o Estado que atrapalha o sistema capitalista; outra em que o Estado combate as crises; e outra ainda em que a intervenção do Estado foi a criadora do Estado do bem-estar social.

O domínio desses novos economistas vulgares iniciou nos anos 1960. Os monetaristas da Escola de Chicago, capitaneados pelo prêmio Nobel Milton Friedman, realizaram uma forte crítica à política de ativismo do Estado. Pouco tempo depois apareceu a Teoria da Escolha Pública, comandada por James Buchanan, que, em 1962, apresentou o Estado leviatã e defendeu o Estado mínimo, mostrando as falhas do Estado, devido à política de troca levar os indivíduos a buscar rent seeking, ou seja, a se tornar caçadores de renda de monopólio no setor público. Nos anos 1970, surgiu a Teoria da Regulação, que defendia a tese de que os órgãos reguladores priorizavam não os interesses da população, mas das empresas que teriam o dever de regular, sendo as agências reguladoras facilmente capturadas pelas empresas privadas as quais deveriam fiscalizar. Finalmente, ainda naquela década, surgiu a Teoria Novo-Clássica, do prêmio Nobel de 1995, Robert Lucas, e do Nobel de 2011, Thomas Sargent. Todas essas escolas, conforme Nassif (2007), eram ramos da teoria neoclássica e serviam para justificar cientificamente o neoimperialismo financeiro; formaram o contexto que impôs as políticas neoliberais de ajuste macroeconômico e a reforma do Estado como as únicas medidas corretas para os países da periferia do capitalismo. Nesse contexto, os bancos tornaram-se os maiores empregadores de economistas e começaram a dominar o discurso econômico, com a formação de departamentos econômicos, procurando influir nos rumos do debate econômico diário, onde seus economistas, especialistas da economia vulgar, somente compreendiam e elaboravam o tipo de análise requerida pelo setor financeiro e pela sua visão do mundo capitalista.

Os cursos de economia abandonaram as

análises críticas dos problemas econômicos, sociais e políticos e passaram a formar economistas vulgares especializados, que somente objetivavam melhorar a qualidade do processo de tomada de decisão financeira - trata-se dos famosos consultores ou analistas econômicos especializados em: operar metas cambiais; elaborar projetos de viabilidade econômica; analisar liquidez para concessão de crédito em todos os perfis de bancos; e montar estratégias de aplicação financeira para pequenos investidores.

No mundo da vulgaridade predominavam as medidas de política econômica da ciência econômica vulgar, que passou a recomendar (OLIVEIRA, 2009): liberalização: desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro; privatização: das empresas do Estado e de serviços públicos; políticas sociais focalizadas: mudança das abrangências e operação das políticas sociais; e práticas de atuação antiestatal: restringir as escolhas do governo em políticas de desenvolvimento.

Nesse cenário de desenvolvimento da ciência econômica ou economia política, é fácil verificar que uma definição de economia política não parece ser consensual; são diversas as definições. Entretanto, a economia política jamais poderá ser neutra e ficar indiferente às lutas de classe historicamente determinadas. Essa é uma questão que a ortodoxia sempre procurou esconder. Todavia, a abordagem crítica da economia clássica de Marx contém o método correto para a análise concreta das leis econômicas históricas e para descobrir a raiz do problema do capitalismo; serve ainda para levar à luta por uma utopia concreta, ou seja, por uma formação econômico-social que supere o capitalismo: o comunismo. Desse modo, parece claro que não existe uma definição válida para todos os tempos e lugares.

A posição crítica e revolucionária afirma que a economia política é uma ciência que apresenta a essência das leis do modo de produção capitalista. Como a economia política nasceu vulgar, com uma técnica que observava os fatos que se apresentavam na superfície da sociedade capitalista, de uma forma isolada, unilateral ou particular, não conseguiu compreender e interpretar essa realidade que se manifestava através das coisas; apresentava suas análises como coisas eternas e naturais, com um estudo do empirismo e de um positivismo das aparências, que domina a análise vulgar neoliberal.

Em Marx, a economia política é historicamente determinada pela necessidade social da mercadoria. Necessidade social que já foi atendida por outras formações sociais. Uma formação social é um fenômeno em movimento, que tem vida, se desenvolve e um dia morrerá. Marx realizou uma análise concreta de um fenômeno historicamente determinado que existia independentemente da percepção que os indivíduos tinham desse fenômeno; uma análise concreta de uma situação concreta; e mostrou que o ser social não tem a propriedade de revelar claramente e dizer o que ele representa, o que ele é, de uma forma imediata e que, na ciência, o método dialético histórico pode levar à compreensão do modo de produção capitalista.

3 A crítica da economia política: “O capital”

Os livros de Marx (1980) - “O capital” - apresentam análises críticas das abordagens que faziam uma apologia ao modo de produção capitalista. Marx também era crítico das visões de socialismo utópico (Proudhon), da análise positivista da economia política inglesa (Ricardo) e da filosofia do idealismo abstrato e totalizante (Hegel). Ele procurou realizar uma análise das relações sociais que surgem sob a forma de coisas e mostrar que o capital é uma relação social de produção. Conforme Costa (2000), Marx usou simultaneamente a dialética, o materialismo e a crítica evolucionária desse modo de produção para mostrar como ele é histórico e transitório. Marx utilizou um quadro que deu primazia ao ser social e distinguiu as formas aparentes das formas fundamentais. É famosa a sua afirmação de que se a aparência e a essência das coisas fossem confundidas, toda ciência seria supérflua. Assim, o método marxiano parte dos fenômenos superficiais, das formas fenomenais na busca da essência, do ser, da estrutura interna, e descobre a lei dos fenômenos que governam o mundo capitalista.

Entretanto, Marx buscava mais do que descobrir o núcleo; buscava revelar a consciência do comportamento do modo de produção capitalista; comportamento que ele procurava compreender para influir na luta de classes e na superação do capitalismo. Marx (1980) mostrou que, diferentemente das abordagens positivistas, o capital não é um simples objeto, um instrumento, uma máquina ou um equipamento que pertence ao capitalista. O capital significa uma relação social específica de produção, uma fase da história da

humanidade. Nos livros I e II, ele estuda o capital em geral, mostrando como os capitalistas dominam e exploram os operários assalariados (individual e no seu conjunto), na busca da extração das mais-valias absoluta e relativa. Assim, o capitalismo é um modo de produção que continua o processo de exploração e dominação de uma classe (os capitalistas) sobre as outras (os operários), ou seja, a história da humanidade continua na linha da história da exploração do homem pelo homem. Ocorre que somente através de análises científicas e críticas pode-se compreender e desvendar esse processo de exploração e dominação do capitalismo que encontra suporte e apoio do Estado liberal. Desse modo, Marx mostra a função da luta de classe como o motor da história; e, no capitalismo, é a classe do proletariado que é o sujeito revolucionário.

A partir de uma abordagem marxista, pode-se apreender os aspectos quantitativos e qualitativos do valor e, portanto, da mais-valia como formas sociais e históricas de exploração, que estão no fundamento da dominação burguesa. A partir desta base racional, é possível evitar dois novos fetichismos, não caindo nem na reificação concernente aos cognitivos inerentes à revolução científica e tecnológica, nem na mistificação concernente às inovações financeiras próprias à revolução que estabeleceu a hegemonia dos que personificam os capitais portadores de juros (FARIAS, 2003, p. 153).

No livro II, Marx (1980) estuda o processo de circulação do capital, apresenta o capital-dinheiro, o capital produtivo, o capital mercadoria, a rotação do capital e o processo de reprodução do capital social; e mostra como o capital é uma totalidade relativa para a realização da mais-valia. Marx realiza uma análise dos numerosos capitais em concorrência e a função do crédito para fazer uma análise completa da totalidade, apresentando determinações mais complexas e mais concretas até chegar à explicação do capital em geral; capital este que apresenta crises e, neste contexto, é onde aparece a explicação da queda da taxa média de lucros como uma causa de crise do capitalismo. Todavia, o mesmo Marx, em seguida, apresenta as soluções que o sistema emprega e que levam a uma desvalorização do capital e força a uma recomposição da superpopulação relativa para aumentar o grau de exploração da força de trabalho e como o capitalismo continua sua dinâmica de exploração.

O capitalismo é constituído pelos processos de produção e de circulação de mercadoria, em um conjunto que altera fases de expansão com fases

de contração da atividade econômica, próprias da natureza do capital, levando ao aparecimento de crises (questão que não foi totalmente desenvolvida por Marx, embora apareça em diversas passagens nos livros O Capital, dando margem às mais diversas interpretações).

O processo de gênese, desenvolvimento, movimento do capital e vigência do capitalismo não podem se desenvolver sem a presença de um Estado. Assim, a relação capital e Estado está entrelaçada no desenvolvimento do capital social total, com a Forma-Estado sendo um ser social, concreto, complexo e contraditório, fornecendo as condições prévias e as novas funções de que necessita o capital. O Estado planejador keynesiano representa apenas uma proposta reformista para que o sistema capitalista continue existindo.

Marx, na sua economia política, demonstra como o Estado que emerge das relações de produção é diferente do Estado apresentado por Hegel, para quem a mente humana (algum ideal, um conjunto das vontades humanas) criou o Estado. Para Marx, em condição normal, o Estado é a expressão política de dominação, é um instrumento essencial de dominação da classe capitalista, tendo os capitalistas e o Estado vínculos de classe. Embora não desenvolva uma teoria do Estado, a economia política de Marx não ignora a necessidade, a importância e o papel do Estado no sistema capitalista. Farias (notas de aula)¹ ressaltou que apenas ou simplesmente Marx abstraiu o Estado. Não que não soubesse e não fizesse parte dos seus planos tratar do Estado, pois ele tinha plena clareza do papel e do significado deste no modo de produção capitalista.

Viotti (1986, p. 96), ao tratar do Estado, conclui que,

Na economia clássica, a restrição do papel do Estado teve a função de limitar o poder das classes ainda dominantes não identificadas inteiramente com os interesses da acumulação de capitais. Já na economia neoclássica, estando o poder nas mãos da burguesia, o liberalismo representou um escudo ideológico contra as pressões dos trabalhadores por melhores condições de vida. No entanto, só na economia keynesiana, quando a crise dos anos trinta exigia introdução explícita do Estado, tanto na economia quanto no pensamento que a interprete, é que se torna mais fácil a compreensão do verdadeiro significado que o Estado capitalista sempre teve: a preservação e estímulo da acumulação de capital.

No estudo do capital, Marx iniciou do simples (abstrato) para o mais complexo. O capital como totalidade em movimento é um todo complementar

onde os capitalistas exploram os trabalhadores. No capitalismo ocorre também uma luta de concorrência intercapitalista. Nessa exploração dos operários e nas formas de luta entre os capitais, as diversas frações de complexidade do capital (bancário, comercial, agrícola, industrial) apresentam uma realidade que necessita pressupor a existência de um Estado.

No livro I, a categoria do Estado foi abstraída, mas o papel do Estado se fazia necessário (FARIAS, 2011): (a) porque o capitalismo foi gestado em um processo de acumulação primitiva (uso da força e da violência do Estado) para dar margem ao surgimento do capital; (b) na relação mercantil entre dois indivíduos, ou seja, na troca. Aqui o Estado é o elemento que mantém a condição prévia de garantir a relação de troca com igualdade, liberdade, e é o encarregado de emitir a moeda, o equivalente geral; e (c) na relação do capitalista com os operários, criando as leis e as normas e atuando sobre a regulação das atividades dos sindicatos. O Estado é o principal mediador das contradições entre o capital e o trabalho.

No livro II, também é fundamental a suposição de que existe um Estado no sistema capitalista: (a) no processo de circulação do capital, no qual ocorrem entrelaçamento de ciclo, divisão do trabalho entre capitalistas, articulação complexa da totalização dos círculos do capital onde o Estado determina as regras dos negócios no capitalismo, além da infraestrutura (energia, estradas, portos, comunicação), que também fica a cargo do Estado; (b) na rotatividade do capital (as máquinas e os equipamentos), com o Estado realizando investimentos de elevados volumes e rentabilidade pequena, desempenhando o papel de Estado capitalista, com suas empresas estatais; (c) no desenvolvimento da política científica e tecnológica, que desenvolve a tecnologia de apoio ao capital fixo e estimula o capital circulante, influenciando com sua ação para controlar o ritmo das crises ou equacionar problemas; (d) o Estado permite o aumento da rotatividade do capital via sua intervenção; (e) o Estado planejador direciona e estabelece as prioridades, tem papel para impulsionar um desenvolvimento mais equilibrado do capital; e (f) apresenta ainda o papel de mediador nas contradições que são próprias das relações e da competição intercapitalistas.

O Estado foi evoluindo e esse processo ocorreu desenvolvendo e consolidando a forma de Estado capitalista - uma instituição socialmente

necessária e de controle dos conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos (mediador dos conflitos). Em Marx, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o seu Estado. Dado que no capitalismo o Estado surge da contradição entre os interesses comum de todos os indivíduos e representa o braço repressivo da burguesia, constitui-se elemento social dominado pela burguesia e mediador das contradições, agindo no interesse da burguesia. Não é sem razão que Lenin (apud FARIAS, 2011) disse ser a função primordial do Estado burguês a legitimação do poder, legalização e perpetuação da dominação capitalista. É a repressão para reforçar a reprodução da estrutura e das relações de classe do sistema capitalista, mas que assume a forma democrática como meio para oferecer a ilusão, o fetiche da participação da população, das massas no Estado.

4 O estado capitalista contemporâneo

Marx (1980) desenvolveu uma análise do Estado e da sociedade civil que é produto das relações de produção que estabelecem os homens entre si, fundamentando uma estrutura econômica social real (base) que deu margem ao surgimento de uma superestrutura jurídica e política. Dadas as condições de produção historicamente determinadas, a consciência do homem passou a ser fruto da maneira de viver humana. Assim, é o modo de fazer a vida que determina a consciência humana e não a consciência humana que determina as condições de vida material e da existência humana. O Estado aparece como órgão de classe; órgão que possibilita à classe dominante manter o seu domínio em uma sociedade formada e dominada pelas desigualdades entre proprietários e não proprietários. O Estado mantém unida uma sociedade de desiguais, devido à sua pronta e eficiente ação; e é um instrumento de coerção em favor de uma classe, não existindo nem Estado bom nem Estado mau, pois o Estado perpetua a sociedade dividida em classes; é um órgão que atua para resolver controvérsias, mediando a resolução de controvérsias.

Marx (2005) contesta a obra de Hegel por ele não enxergar a realidade, não entender a diferença entre a monarquia e o Estado moderno, apresentando ainda uma visão distorcida do Estado, de que este representa e visa ao bem comum. Marx mostra que o Estado é apenas o

reflexo das relações sociais determinadas pela base econômica da sociedade; assim, passa a defender a democracia como forma de participação da coletividade no Estado, criticando a forma monárquica hegeliana, o voto indireto, por se revelar uma espécie particular de governar das classes dominantes. Ocorre que as visões do Estado superficial, isolado e abstrato são as que dominam a consciência dos homens, ou seja, a visão formalista, que apresenta um Estado que promove justiça, bem comum e paz; a dimensão jurídica (normas e ordenamento) e regulacionista (instrumento de capital), que são abordagens de Estado instrumentalista, funcionalista ou até positivista que predominam no cotidiano.

Farias vem ao longo de mais de 30 anos estudando a problemática do Estado no capitalismo. No livro "O estado capitalista contemporâneo", Farias (2000) realizou um estudo do Estado que aparece como ser social e histórico contemporâneo, que apresenta uma natureza social, concreta, complexa e contraditória. Ele busca estabelecer rigorosamente a dialética do Estado burguês partindo e retomando os pontos essenciais e fundamentais do método de Marx desenvolvido na sua crítica da economia política. Assim, a questão do Estado no método marxiano deve estudar, compreender e tratar das questões da aparência, genealogia, fetichismo, silogismo, teleologia, em um processo de elaboração crítica contra as visões regulacionistas.

Segundo Farias (2000), há a Forma-Estado (generalidade, abstração de aspectos gerais do fenômeno estatal no capitalismo); a Forma de Estado (particularidade: um Estado capitalista particular) e a Forma do Estado (singularidade: Estado capitalista particular de um país). No modo de produção e na formação sócio-econômica capitalista, o Estado é uma forma social que sofre variações temporais e espaciais; o Estado como totalidade e universalidade é um silogismo.

Na estrutura do Estado, o governo não deve ser confundido com o Estado, com o regime político. O fetichismo do Estado é a apresentação da objetividade sob a forma de máquina burocrática e administrativa e sua subjetividade sob a forma de democracia formal e da ideologia burguesa correspondente. Predomina uma reificação (coisificação) onde a falsa aparência do Estado aparece como tarefa de representar o interesse geral, embora trabalhe a correlação de forças burguesas e organize a sociedade, promovendo a

paz social em favor do capital.

A genealogia do Estado mostra que no Renascimento ocorreu a gênese da sociedade burguesa moderna e como neste contexto se deu o desdobramento desta sociedade civil e do Estado absolutista em Estado burguês. Hegel compreendeu que o Estado seria o elemento determinante da sociedade civil com um todo. O Estado seria o Deus aqui na terra. A sociedade civil seria determinada pelo Estado, com uma visão idealista do Estado (MARX, 2005).

Marx (2005) contesta a tese de Hegel e apresenta a tese da primazia da base no curso da evolução da história. A formação social e histórica chamada capitalismo apresenta um desenvolvimento contraditório. Marx estuda a ontologia do ser social, as totalidades concretas, as contradições e as oposições de classes que existem no sistema, as formas de aparência e resolução via mediações, as tendências e leis gerais.

Conforme Farias (2001a), o Estado, na época da mundialização do capital, deu margem a Habermas defender a tese de que no capitalismo recente a política reformista transformou o capitalismo e levou a uma pacificação do conflito de classe, devido ao surgimento de um intermediário, que é o novo Estado social, o qual superou a luta de classe, que deixou de ser o motor da história, passando, os movimentos sociais, a ser os motores da transformação e da história. A classe trabalhadora deixou de ser revolucionária e foi eliminada pelo Estado social. Habermas construiu dois mundos distintos, com seu Estado cosmopolita não sendo o único mundo social capitalista. Dessa maneira, Habermas não entende o aumento da intervenção do Estado na economia e sua atuação em favor do capital financeiro no processo de dominação do capital sobre o trabalho, para a permanência e continuidade do processo de valorização capitalista. Dado que o comunismo da União Soviética fora derrotado em um mundo que não existe uma oposição e alternativa prática real contra o capitalismo, os conservadores idealizaram um projeto do pensamento único, do Estado mínimo, no retorno e no reforço do paradigma ultraliberal e ultraconservador. Criou-se uma época que facilitou a atuação do Estado no processo de dominação de classe. Farias nega esta forma de Estado, com o modo estatal global, que não exclui o Estado-nação.

O mundo capitalista apresenta um desenvolvimento desigual como forma típica dessa formação sócio-histórica. Em um contexto de evolução capitalista e no seu processo de desenvolvimento, não é possível aceitar as utopias pós-marxista de Estado globalizado.

Na análise das formas estatais globais [...], percebe-se a pertinência da tese de que “apesar de todos os problemas que os efeitos econômicos do mercado mundial engendraram, as formas nacionais do capitalismo conseguiram manter-se” [...] contudo, as formas tendem a envolver num mesmo silogismo suas determinações universais, particulares e singulares [cf. Quadro 1] (FARIAS, 2009, p. 18).

Quadro 1 - Elementos do império mundial existente

Universal	Particular	Singular
Forma global	Formas regionais	Formas nacionais
Imperialismo coletivo ideal planetário	.Imperialismo hegemônico central norte-americano .Subimperialismo central europeu .Subimperialismo periférico latino-americano	.Imperialismo estadunidense .Subimperialismo francês .Subimperialismo brasileiro

Fonte: Farias (2009, p. 18)

Esse pensamento pós-moderno faz a apologia de uma configuração estatal dada, elabora o retorno da ideologia do mercado autorregulável em uma sociedade sem história, e na defesa do Estado mínimo, cuja constituição formal garante a ordem, na medida em que nega toda substância material e social e engessa os movimentos sociais. De acordo com Farias (2001a), o papel espacial do Estado sob o aspecto da divisão internacional do trabalho situa-se para além do quadro nacional ou local, inserindo-se nas relações entre as nações e a globalização. Em uma mesma divisão social do trabalho, o Estado assume papel específico em um contexto de desenvolvimento desigual e combinado, tendo a questão estatal passado da regulação e da disciplina keynesiana para a pacificação e o controle das questões de polícia - repressão e controle.

A vitória da técnica e da ciência positivista capitalista permitiu: a generalização do desenvolvimento desigual, sob a forma de sociedade excludente; as práticas governamentais efetivamente munidas, que representam os interesses das empresas multinacionais e das instituições financeiras, e que têm que regular a economia internacional; o fim do nacionalismo real, recompondo a periferia, onde se abrem novas oportunidades para a ganância e para a guerra; e a

regulação tecnocrática do governo capitalista na nova ordem mundial, elevando a distância da soberania popular, do poder legislativo nacional e da subordinação do poder judiciário ao poder executivo.

Somente o estudo da teleologia do Estado capitalista revela como o Estado e o capital são formas cujas teleologias mudam, desde a gênese e o desenvolvimento (apesar do discurso dos apologistas do liberalismo ou da pregação dos reformistas sociais e democratas).

O estudo da questão fisco-financeira do Estado mostra que este depende da geração de recursos para que tenha condições de operar e representar o seu papel, que é simultaneamente material, social, espacial e histórico. Assim, o Estado tem condições de assumir o papel de mediador das contradições na sociedade capitalista. Entretanto, as relações entre o capital e o Estado são orgânicas e historicamente determinadas no tempo e no espaço. Somente o estudo da dialética estrutural (aparência e essência), dialética entre os aspectos fisco-financeiro (acumulação e legitimação), a reificação (personificação e fetichismo) e os aspectos teleológicos (sistêmicos e antissistêmicos) permite uma completa compreensão do Estado capitalista.

5 O processo de crise é típico do capitalismo

Para o estudo do capitalismo, Marx (1977, p. 226) apresenta um plano a adotar:

[...] 1º., as determinações abstratas gerais, convindo portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido anteriormente referido; 2º., as categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O crédito (privado). 3º., Concentração da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado na sua relação consigo próprio. As classes <<improdutivas>>. Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração. 4º., Relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. Os câmbios. 5º., O mercado mundial e as crises.

Entretanto, uma série de problemas e o fato de Marx ter morrido impediram o grande mestre de continuar sua obra. Dessa maneira, ele jamais pôde elaborar uma teoria definitiva das causas da crise no capitalismo, porém, mostrou que somente no modo de produção capitalista existem crises. Ao estudar a essência desse sistema, Marx tinha a perfeita e plena compreensão de que, em virtude de

ser comandado pela lógica de acumulação de capital, ele apresentava uma dinâmica com fases de expansão e de contração; característica própria do capitalismo que era elemento do conhecimento de Marx.

Ao apresentar a dinâmica do capital nos livros I, II, III e na obra Teoria da Mais-Valia, Marx deixou pistas que deram origem às mais diferentes e diversas explicações sobre a crise no capitalismo. Farias (2011) realizou uma síntese sobre a questão das causas das crises, que revela uma abordagem que demonstra como Marx estudou as diferentes condições da crise capitalista, dividindo-as em três: (i) as condições permissivas das crises; (ii) as condições efetivas das crises; e (iii) as condições verdadeiras e fundamentais das crises. Nas condições permissivas das crises estão: (a) a moeda como possibilidade geral das crises (onde realiza uma análise crítica da lei de Say, além de ter dado importância ao papel da moeda como meio de pagamento); (b) a rotação do capital fixo (devido a não coincidência eventual do valor do capital fixo ser efetivamente substituído); e (c) as flutuações da taxa de salário (elevação progressiva dos salários).

Farias (1983b, p.1-13) também apresenta as causas efetivas das crises, ou seja, as causas aparentes: (a) o subconsumo, ou a insuficiência de demanda efetiva, que tanta fama deu aos keynesianos, embora também os marxistas, como Rosa de Luxemburgo, tenham tratado desse tema de problema de mercados; (b) a desproporção resultante da simples anarquia da produção capitalista: 2.1 - que pode resultar em desproporção entre os ramos de produção; 2.2 - que pode resultar da desproporção que condiciona a acumulação de capital e a repartição do produto entre as classes; (c) e a tese mais comentada de crise marxista, a baixa tendencial da taxa de lucros. Nesse ponto, Farias chama a atenção sobre como Marx, em capítulo seguinte, discorreu sobre os fatores contrários a essa lei, ou seja, as contratendências à queda na taxa de lucro. Nesse sentido, Farias (1983b) concluiu que os verdadeiros fundamentos das crises no sistema capitalista são: a contradição entre processo de produção e de circulação; a contradição entre processo de trabalho e de valorização; e as crises como soluções temporárias das contradições.

Farias, em seus estudos, como na questão do Estado, está assentado na ideia geral marxiana de primazia da base (técnica, e econômica) sobre a

superestrutura (direito, religião, ideologia, Estado). Conforme Farias (1983a), este método aparece como o adequado a ser utilizado para entender também o momento atual de crise do capital, e serve para realizar uma crítica contra a regulação da globalização ou mundialização (empregue o nome que queira para esta etapa do capital). O imperialismo da tríade Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE) e Japão criou uma apologia via economistas reformistas que acreditam ser esse um processo inevitável do desenvolvimento do capital e um modelo insuperável, o **fim da história**. Esses cientistas pregavam que não existia necessidade histórica de superação radical da sociedade do capital, tese que foi largamente invalidada pelo hodierno processo de desenvolvimento do capitalismo.

A queda e a bancarrota do capitalismo global ainda não eliminaram o domínio do Estado e da ideologia neoliberal (principalmente na UE). No máximo, existe uma corrente lutando para dar explicações sobre a crise global que procura instalar um novo regime regulacionista para a retomada do crescimento do sistema capitalista. Esse “neo-idealismo regulacionista mantém o processo desigual e combinado no capitalismo, que necessita de perpetuação requerendo a manutenção da ordem” (FARIAS, 2009, p. 7).

O processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial foi muito mais aprofundado nessa etapa de mundialização imperialista, alargando o abismo que separa cada vez mais os países desenvolvidos e ricos dos países subdesenvolvidos e pobres nessa desordem do capitalismo financeiro mundial. Conforme Farias (2009, p. 6), faz-se necessário:

[...] reformar o capitalismo mundial para fazê-lo funcionar cada vez melhor, no interesse de toda a humanidade. Diante das desigualdades de repartição da riqueza, do desastre ambiental, das desordens financeiras e da ineficácia das políticas econômicas nacionais, alimentadas pelo fracasso das instituições internacionais, que não conseguiram viabilizar o seu projeto de nova arquitetura após a crise asiática, o “desafio” atual reside precisamente no processo que o idealismo hegeliano designava “negação da negação”.

Uma abordagem da aparência, positivista, que oculta a natureza histórica e orgânica do sistema capitalista, sua dinâmica, o fenômeno de exploração do proletariado na nova situação mundial de trabalho flexível, da sua maior mobilidade, cada vez mais pecuniário, procura encobrir um capitalismo como sistema fundamentalmente anárquico e que funciona em

benefício de uma classe, uma pequena minoria, a burguesia. Assim, a utopia de um governo mundial bem equilibrado, comandado pela triade EUA-UE-Japão, rapidamente é desmascarada e esgota-se (FARIAS, 2003).

A lógica da dialética marxista deve ser desenvolvida, atualizada e enriquecida. O marxismo revela as desigualdades e a diversificação da barbárie das relações sociais capitalistas, a exclusão do operariado, a nova reconfiguração do imperialismo com um novo papel para as formas estatais no seio de uma totalidade concreta, complexa e contraditória, mas que semeou muito a desordem, a miséria e o desemprego pelo mundo todo.

A totalidade do Estado e do capital continua produzindo desigualdade, oposição no processo de socialização humana, a lógica da dominação, e potencializando a via da dominação cultural burguesa. Assim, como afirma Farias (2009, p. 14): “O capitalismo liberal inovou em mitos e artimanhas que buscam quer segmentar o proletariado e impedi-lo de apreender sua própria vida de conjunto e subconjunto, quer ocultar suas realidades e práticas específicas.”

Entretanto, a sociedade capitalista necessita ser desnudada nos mais diversos mecanismos. Faz-se necessário estimular e levar os operários, a população e os movimentos sociais a refletir e entender a realidade de exploração humana, ambiental etc. que é realizada pelo e no capitalismo.

6 A crise do capitalismo global como oportunidade histórica

Na realidade atual, embora o processo de globalização seja múltiplo (financeiro, comercial, produtivo, tecnológico, cultural etc.), as finanças internacionais têm-se desenvolvido de acordo com sua própria lógica e não mais em relação direta com o financiamento dos investimentos e do comércio em nível internacional, delineando um regime de acumulação mundial que adquiriu a marca, cada vez mais nítida, de um capitalismo predominantemente rentista e parasitário subordinado às necessidades do capital dinheiro (CHESNAIS, 1996).

Na crise atual, o reformismo entrou em ação para preservar o sistema capitalista e o Estado foi novamente chamado para salvar o capitalismo financeiro e garantir sua sobrevivência. Os programas de resgate do sistema financeiro foram

de tal monta que evitou uma depressão econômica. Todavia, como o processo não objetivou mudar o sistema e nem procurou penalizar os que causaram a crise, essa dinâmica rentista que produziu a crise logo retornou na Europa, levando os apologistas liberais e conservadores a apresentar as consequências da atual crise global não como prosseguimento e consequência dos estragos causados pela crise do capital iniciada em 2007, mas devido à ineficiência e à culpa do Estado do Bem-Estar Social e do keynesianismo, ou seja, passaram a afirmar que a crise não era do capitalismo e sim uma crise fiscal, crise do Estado, e fruto de má administração dos recursos públicos pelo Estado providência.

Acontece que as políticas postas em prática procuraram socializar os prejuízos e não penalizar os que construíram a catástrofe do capital. As revoltas dos “indignados” que se espalharam por diferentes países representam então uma afirmação da população de que estava percebendo que o capital financeiro continuava ganhando e transferindo os prejuízos para a sociedade, via políticas dos Estados do Bem-Estar Social para os ricos (BAUMAN, 2010). Dada a gravidade da crise e as incertezas que se apresentam, uma questão a ser respondida é o que nos reserva o futuro do capitalismo, bem como quais são as opções que existem, como os cientistas sociais estão realizando as análises e quais são as suas opiniões sobre o futuro do capital e da humanidade.

Para Bauman (2011), as notícias sobre a morte do capitalismo são um pouco exageradas; o sociólogo acredita na capacidade surpreendente de ressurreição e regeneração do capitalismo que é inerente a esse organismo parasitário, como afirmava Rosa Luxemburgo. Já Wallerstein (2011) defende que o capitalismo chegou ao fim da linha e que está condenado; resta saber o quê irá substituí-lo. Embora no fim, para Wallerstein, a questão que se apresenta é que o fim do capitalismo não será uma transição apocalíptica e a alternativa que surgirá dependerá das escolhas da humanidade. Tanto pode ser para uma linha mais igualitária, democrática e moral, como pode caminhar para um sistema muito pior: mais desigual, polarizado e explorador.

Para os economistas keynesianos e regulacionistas, a crise financeira global é decorrente da falta de moralismo nas práticas do setor financeiro e bancário, ou seja, da falta e da falha de regulamentação por parte do Estado. Dani

Rodrik (FUCS, 2011) constata que predominou o que ele denomina de hiperglobalização, centrada na abertura comercial e financeira que chegou a ameaçar a democracia e a soberania das nações; e defende que os países que se deram melhor nessa competição global foram os que se integraram gradualmente na economia mundial, utilizando as políticas industriais e comerciais para diversificar sua economia.

Bourdieu (2001) afirma que no processo de criação do euro os governos social-democratas e socialistas europeus foram levados a aceitar as mesmas tarefas que foram encomendadas aos governos conservadores neoliberais e, desse modo, promoveram um afastamento da política de uma parte cada vez maior dos seus cidadãos, abdicando de promover políticas públicas de coesão social mínima. Na linha marxista, Carcanholo (2011) defende que o quadro atual não representa uma crise final do sistema capitalista; trata-se do início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo: do capital fictício e rentista. Para Carcanholo, o capitalismo infelizmente não acabou e continuará por muito tempo. Dierckxsens et al. (2010), por outro lado, afirmam que são múltiplas as crises que a humanidade enfrenta nesta segunda década do século XXI: crises no aspecto econômico-financeiro, na geopolítica, no campo militar, na área de energética, a crise alimentar, a grave crise ecológica, crise na questão de uma falta de ética sem precedente e também crise no campo social. Todo este contexto decorre do desenvolvimento do capitalismo, mormente ao longo das quatro últimas décadas que aprofundaram características instáveis da gênese do capital. Na realidade, afirma Fattorelli (2011), o que está ocorrendo é que os governos na fase de globalização passaram a conceder tudo aos bancos, impulsionando um processo de degradação da democracia, e realizaram políticas de salvamento dos bancos por intermédio de empréstimos junto a esses mesmos bancos. Assim, como num passe de mágica, os bancos se transformaram em credores desses mesmos Estados.

A Europa assiste atualmente, com anuência dos partidos de esquerda e da mídia, ao poder autoatribuído dos mercados financeiros para nomear e demitir governos, impor metas e políticas que reduzem os direitos dos cidadãos, tornando a economia e a sociedade meros dentes de uma engrenagem reprodutora do capital a juro. Conforme

Mészáros (2011), trata-se de um período sob o domínio do capital, que torna alienados e fetichizados o controle social que é exercido sobre o indivíduo e que subordina as funções reprodutivas sociais ao imperativo absoluto da expansão do capital. O tripé capital, trabalho e Estado constituem o mais dinâmico, o mais poderoso e o mais abrangente dos elementos de manutenção da formação econômico-social do capital, como estrutura totalizante de organização e controle da dinâmica da sociedade, que a tudo e a todos obriga a adaptar-se. Mais poderoso do que a religião, que perdoa os pecados, desde que o indivíduo confesse suas culpas, esse deus capital somente aceita a expansão e a acumulação do capital, não perdoando quem desobedece aos seus ditames. É um sistema que não apresenta limite para sua expansão, não objetiva o atendimento das necessidades humanas e sociais, mas sim criar as condições para sua necessidade de autorreprodução. Forças antagônicas gestadas no interior desta formação impedem o predomínio e a regulação do capital, pois é este capital que é globalmente dominante, ao ponto de levar à destruição e à degradação crescentes da força de trabalho e do meio ambiente.

O método de Marx - dialético e histórico - foi o caminho teórico usado para expressar uma concepção de mundo como totalidade orgânica. Esse método revela as leis universais e concretas, as leis do real e, ao mesmo tempo, as leis do pensamento que domina a sociedade sob o predomínio do capital. É um método que mostra as leis e o movimento do todo, tanto do real como do pensamento aparente, que apresenta a totalidade do organismo social com suas leis, revelando ainda as conexões internas que são necessárias para a compreensão dessa realidade, de um ponto de vista crítico, no processo e no movimento do capital.

Marx revelou que o capitalismo é um processo histórico em permanente mudança, com suas contradições e lutas dos contrários que possibilitam uma evolução da história. O capitalismo, ao superar e solucionar as contradições do Antigo Regime, permitiu a passagem de um estado de exploração do homem, já superado, para outro novo tipo de exploração. Nessa linha, as contradições não foram excluídas ou minimizadas, transformaram-se e sugeriram novas e maiores contradições em um sistema, que ocorrem e se resolvem no interior da sociedade do

capital - uma sociedade capitalista que tenta se mostrar como uma forma de sociedade permanente, como se não existisse possibilidade de outra forma de sua superação, sendo a forma definitiva e mais evoluída de convivência que a humanidade pode permitir, não podendo atingir um novo estágio. Nesse processo, a mediação tem servido como categoria exclusiva de alienação, fetichização do mundo do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Desse modo, o método positivista e os revisionistas da burguesia não compreendem a atual crise que assola a economia burguesa. O capital e o capitalismo estão em crise e seus ideólogos não apresentam qualquer contribuição digna de consideração; estão a pregar mais do mesmo, piorando o problema da grave crise estrutural do seu “perfeito”, “natural” e “a-histórico” sistema econômico. A farsa do fim da história, do fim das ideologias, a farsa da vitória da globalização virtuosa é que revela a crise estrutural da atualidade do capital. É urgente o retorno a Marx. Nessa linha, Febbro (2012, n.p.) sinaliza um caminho a ser seguido:

Há textos filosóficos de Karl Marx que não são muito conhecidos e nos quais Marx queria a realização total do indivíduo fora dos circuitos mercantis: no amor, na relação com os outros, na amizade, na arte. Poder criar o máximo a partir das disposições de cada um. Talvez seja o caso de recuperar esse relato do Marx filósofo e esquecer o do Marx marxista.

O capitalismo planetário parece estar em fase terminal ou vai durar muito tempo? É uma pergunta que ninguém na sociedade sabe responder. Não parece existir luta pelo desmoronamento da civilização do capital, que apresenta perspectivas de desdobramentos terríveis, podendo caminhar para a barbárie social ou para a humanidade ter condições de construir e buscar alternativas sociais.

O problema é identificar se atualmente existe luta e se é possível identificar a disputa de projetos de sociedade (MONTAÑO, 2002). O capital e o projeto neoliberal criaram uma sociedade composta por indivíduos cada vez mais hedonistas, egoístas, consumistas, frívolos, obcecados pelos objetos inúteis e pela imagem, pelo que está na moda. O objetivo de vida na modernidade liberal é produzir, consumir e enriquecer - uma forma de viver medíocre.

Os cientistas reformistas não apresentam potencial para conter os aspectos destrutivos do capital. Um projeto revolucionário tem a obrigação

de avançar e construir uma alternativa que deve se concentrar para vencer a batalha de ideias para a construção de uma sociedade alternativa.

7 Conclusão

A discussão da gênese, desenvolvimento e atualidade da formação social do capital demonstrou a forma vulgar da economia política, em sentido amplo, procurando aprofundar a visão dos alunos a respeito dos métodos empregados, com os economistas clássicos representando a defesa do modo de produção capitalista, realizando uma abordagem que implicou em uma visão que passou a ser a dominante e na linha positivista, que defende uma abordagem técnica e neutra, a externalidade do Estado em relação ao capital. O método positivista deu margem a diferentes escolas de economia que caminham para o retorno, na atualidade, do domínio da economia vulgar, que representa uma apologia da globalização e da mundialização do capitalismo financeiro, das ideias neoliberais.

Neste artigo também se apresentou a força maior do curso, que foi desenvolvido a partir do método da obra “O Capital”, ou seja, de uma análise crítica de todas as abordagens apologéticas anteriores, mostrando simultaneamente a dialética/materialista e a crítica revolucionária contra este modo de produção capitalista, que é histórico e transitório, que utiliza o fetiche para dominar o ser social e sua consciência, e cujo funcionamento é de difícil compreensão. Demonstrou-se, ainda, a abordagem de Farias a respeito do Estado capitalista contemporâneo como entidade de natureza social, concreta, complexa e contraditória; bem como a questão das crises como elemento típico da sociedade capitalista. Assim, pode-se inferir que o método de Marx é revolucionário e também visa estimular a superação do modo de produção do capital. Destarte, conclui-se que a disciplina Economia Política - objeto deste artigo - demonstra a fragilidade dos questionamentos, das modificações e das críticas à obra “O Capital”, de Karl Marx; e que mesmo diante do domínio da era de pós-modernidade, o professor Farias continua sendo um cientista que não se encantou com o sucesso das abordagens neutras, técnicas, nem com o as abordagens revisionistas que procuraram desqualificar, modificar a abordagem de Marx em sua crítica da economia política ●

Nota:

(1) Notas de aula da disciplina Economia Política, do Doutorado em Políticas Públicas, ministrada pelo professor Flavio Bezerra de Farias, em São Luís, na UFMA, no segundo semestre de 2011.

Referências

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (Org.). Retórica na economia. São Paulo: Editora 34, 1996.

BAUMAN, Z. Capitalismo parasitário. São Paulo: Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. Contra o capitalismo, Bauman convoca à imaginação. 29 out. 2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/29/para-superar-capitalismo-bauman-convoca-a-imaginacao/>>. Acesso em: 29 out. 2011.

BOURDIEU, P. Contrafogos 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARCANHOLO, R. A. A atual crise capitalista. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/000140749ff5409070d3d>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, F. N. Economia em 10 lições. São Paulo: Makron Books, 2000.

DIERCKXSENS, W. et al. Século XXI. Goiânia: Cepec, 2010.

FARIAS, F. B. Os elementos do capital produtivo individual e do capital social. São Luís: Nepes, 1983a. (mimeo).

FARIAS, F. B. Introdução à economia II. São Luís: Nepes, 1983b. (mimeo).

FARIAS, F. B. O estado capitalista contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIAS, F. B. A globalização e o estado cosmopolita. São Paulo: Cortez, 2001a.

FARIAS, F. B. A descoberta do estado brasileiro. In: LIMA, M. C. (Org.) O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo: Cortez, 2001b.

FARIAS, F. B. A economia política do financeiro. Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 7, n. 2, p. 141-174, jul.-dez., 2003.

FARIAS, F. B. A crise do capitalismo global. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. Anais... São Luís: UFMA, 2009. v. 1. p. 2-27.

FARIAS, F. B. Economia política. Notas de aula. Disciplina ministrada no Doutorado em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2011.

FATTORELLI, M. L. A crise da dívida dos EUA. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2011/08/a-crise-da-divida-dos-eua-por-maria-lucia-fattorelli/>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

FEBBRO, E. Contra o estrago do liberalismo, recuperar o Marx filósofo. 05 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19334>. Acesso em: 05 jan. 2012.

FUCS, J. Dani Rodrik: "A globalização foi longe demais". Época, 12 abr. 2011. Negócios & carreira. [online]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI224639-15259,00-DANI+RODRIK+A+GLOBALIZACAO+FOI+LONGE+DEMAIS.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. H. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. Ideologia e ciências sociais. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social. São Paulo: Cortez, 2002.

NASSIF, L. Os cabeças-de-planilha. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

VIOTTI, E. B. A economia e o estado capitalista. Petrópolis: Vozes, 1986.

WALLERSTEIN, I. O tempo em que podemos mudar o mundo. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/10/14/o-tempo-em-que-podemos-mudar-o-mundo/>>. Acesso em: 14 out. 2011.

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, mestre em Economia/UFC-CAEN e doutorando em Políticas Públicas no Dinter Universidade Federal do Piauí/Universidade Federal do Maranhão.**

FALHAS DE MERCADO E REGULACÃO NO SANEAMENTO BÁSICO

Por José Lourenço Candido*

Resumo: O serviço de saneamento básico é considerado em todo o mundo como um serviço de monopólio natural, ou seja, não é possível o estabelecimento de mercado para ofertar o serviço dada as economias de escala e economias de escopo. Assim, o objetivo do artigo é fazer um levantamento das falhas de mercado no setor de saneamento básico e apresentar algumas das questões a serem resolvidas pela regulação econômica no Brasil neste setor.

Palavras chaves: Falhas de mercado. Regulação econômica. Saneamento básico.

Abstract: Basic sanitation service is regarded worldwide as a natural monopoly service, ie, it is not possible to establish the market to offer the service given the economies of scale and economies of scope. The objective of this paper is to survey the market failures in the sector of basic sanitation and present some of the issues to be resolved by economic regulation in this sector in Brazil.

Keywords: Market failures. Economic regulation. Basic sanitation.

1 Introdução

Saneamento são todas as ações na sociedade que objetivam a salubridade ambiental. O saneamento básico pode ser entendido como a montagem de infraestrutura para abastecimento de água às populações, recolhimento e tratamento de esgotos e detritos sanitário de todas as atividades sociais com o fim de gerar maior bem-estar social e sustentabilidade ambiental.

No Brasil existem, historicamente, ineficiências no que se refere à oferta do serviço de saneamento básico, de modo universal e de qualidade, devido às incertezas institucionais que ainda envolvem o setor, como a ausência de programas de incentivos a novos investimentos, indefinição da titularidade dos direitos de exploração dos serviços de água e esgotos etc.

Aliado aos problemas político-institucionais existe uma complexidade quanto à determinação de um modelo tarifário que abarque a recuperação de custos e a universalização dos serviços, devido ao caráter de monopólio natural e às falhas de mercado características desse setor da infraestrutura.

Assim, no que se refere a setores com caráter de monopólio natural, a teoria econômica defende a implantação de um sistema regulatório que intervenha na conduta do monopólio, ou seja, orientação sobre preços a serem praticados, investimentos e qualidade dos serviços, uma vez que não é possível (como se verá mais adiante) estabelecer uma estrutura concorrencial no setor. No entanto, segundo Galvão Junior e Paganini (2009, p. 84),

Para os serviços de infraestrutura, o formato de regulação depende da análise, entre outras, das seguintes variáveis: falhas de mercado, características do mercado regulado, ambiente político-institucional, propriedade dos ativos, titularidade dos serviços e capacidade administrativa do Estado para regular os serviços.

O objetivo do artigo é fazer um levantamento das falhas de mercado no setor de saneamento básico e apresentar algumas das questões a serem resolvidas pela regulação econômica no Brasil neste setor.

2 Falhas de mercado

A teoria tradicional microeconômica considera que, estabelecidos alguns pressupostos básicos, os mercados poderiam funcionar perfeitamente sem qualquer intervenção estatal, de modo que os preços e as quantidades estabelecidos neles seriam de eficiência econômica. Entretanto, a dificuldade em verificar os pressupostos empiricamente e as repetidas crises sistêmicas pelas quais passaram as sociedades revelam que os mercados apresentam falhas de funcionamento que justificariam a intervenção pública desde a regulação econômica dos mercados até a entrada do Estado na produção de bens e serviços.

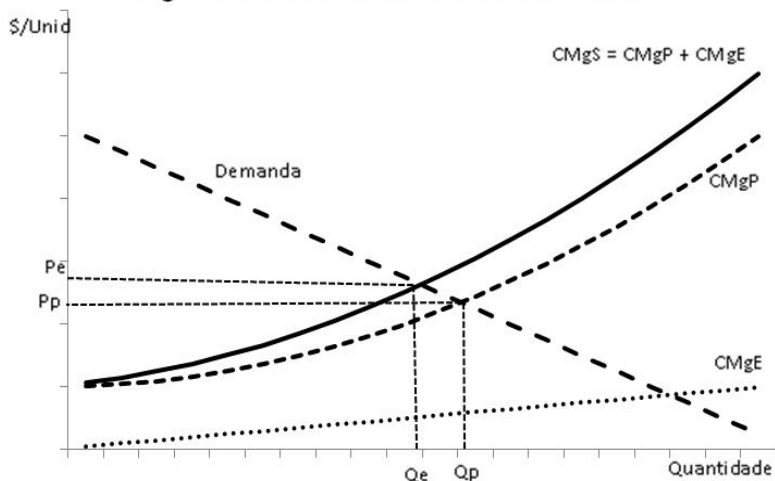
As falhas de mercado podem ser classificadas em: externalidades (positivas ou negativas), informação assimétrica, bens públicos e poder de mercados.

Para Pindyck e Rubinfeld (2010, p. 576), externalidade é a "ação de um produtor ou consumidor que afeta outros produtores ou consumidores, mas que não é considerada no

preço de mercado”, ou seja, as externalidades podem ser entendidas como consequências econômicas do consumo ou da produção que não podem ser percebidas pelo mercado e, portanto, não entram na função custo das empresas (externalidade negativa) ou na função de benefícios (externalidade positiva) sociais, ou seja, os efeitos do consumo ou da produção, como, por exemplo, a poluição, não têm mercado e, apesar de causar custos à sociedade, o poluidor não paga por isso e assim produz em excesso.

O custo marginal da produção, que é o custo adicional por unidade produzida, pode ser dividido em duas partes: o custo marginal privado (CMgP) e o custo marginal externo (CMgE) que, somados, formam o custo marginal social (CMgS). O custo marginal privado mede os custos da empresa ao elevar cada unidade produzida, enquanto o custo marginal externo mede o custo gerado pela mesma produção, mas que não é absorvido pela empresa (como a poluição), mas percebido pela sociedade. Dessa forma, na determinação do preço de mercado não entram os custos externos e o preço (Pp) fica abaixo do custo marginal social (Pe) elevando o nível de produção (Qp) para além do nível de eficiência social (Qe), conforme a Figura 1.

Figura 1 - Externalidade e ineficiência de mercado



Fonte: Elaboração própria

Assim, o preço vigente no mercado não serve como indicador preciso de escassez do bem ou serviço, ou seja, o preço é igual ao custo marginal privado, mas inferior ao custo marginal social - aquele que é suportado por toda sociedade. Portanto, o mercado funciona com ineficiência econômica na presença de externalidades negativas, produzindo mais do que o nível socialmente desejado.

No saneamento básico a externalidade positiva

surge devido ao significativo impacto sobre a saúde da população, uma vez que o maior acesso à água tratada e esgotamento sanitário reduz o risco de contaminações principalmente de crianças. Portanto, a oferta desse serviço eleva o bem-estar da população ao mesmo tempo em que reduz os custos sobre o sistema público de saúde.

Outra falha de mercado é a informação assimétrica que, segundo Pindyck e Rubinfeld (2010, p. 550), é a “situação na qual o comprador e o vendedor possuem informações diferentes sobre uma transação”, ou seja, ela surge quando o comprador ou o produtor (vendedor) de um bem ou serviço possui informação privilegiada acerca do bem ou serviço que o beneficia; a posse de um maior nível de informação influencia o preço para um nível diferente da condição de eficiência de Pareto.¹

No saneamento básico, a empresa de abastecimento de água possui informação privilegiada em comparação à agência reguladora (quando esta existe), a qual desconhece a qualidade das redes distribuidoras de água e de coleta de esgotos e, portanto, os principais ativos da empresa monopolista; informação esta que só pode ser prestada pela companhia. Isto eleva a complexidade da mensuração do capital investido pela empresa e, por conseguinte, da proposição de um arcabouço regulatório mais preciso. Nesses casos, serão necessários custos adicionais para gerar ou nivelar as informações, o que nem sempre é viável economicamente, uma vez que o custo de obtenção pode ser maior do que os benefícios gerados.

Outra falha de mercado são os chamados bens públicos, que, para Varian (2006, p. 720), é apenas uma forma particular de externalidade.

[...] os bens públicos são exemplos de um tipo particular de externalidade de consumo: toda pessoa é obrigada consumir a mesma quantidade do bem. Eles são um tipo especialmente perturbador de externalidade porque as soluções de mercado que os economistas gostam tanto não funcionam bem na alocação de bens públicos. As pessoas não podem comprar quantidades diferentes de defesa pública, têm de decidir, de alguma forma, por uma quantidade comum.

Os bens públicos são não exclusivos, ou seja, não se pode excluir ninguém do consumo (ou uso); por exemplo, um serviço de combate a mosquitos em uma determinada região não pode ser ofertado no mercado, pois não é possível cobrar de cada morador pelo serviço e não há como excluir dos serviços aqueles que não têm disposição a pagar;

todos os moradores daquela região serão beneficiados (efeito carona). Outra característica dos bens públicos é que são não disputáveis, ou seja, o custo marginal de prover o bem para um consumidor adicional é zero para qualquer nível de produção. Como exemplos, têm-se: estradas, farol marítimo, televisão aberta etc.

O conjunto dessas características impede o funcionamento pleno de um mercado, pois impossibilitam a captação da disposição a pagar dos usuários. Nesses casos, o Estado passa a ofertar o bem ou serviço a partir de recursos orçamentários, os quais todos pagam de forma indireta via impostos, taxas ou contribuições.

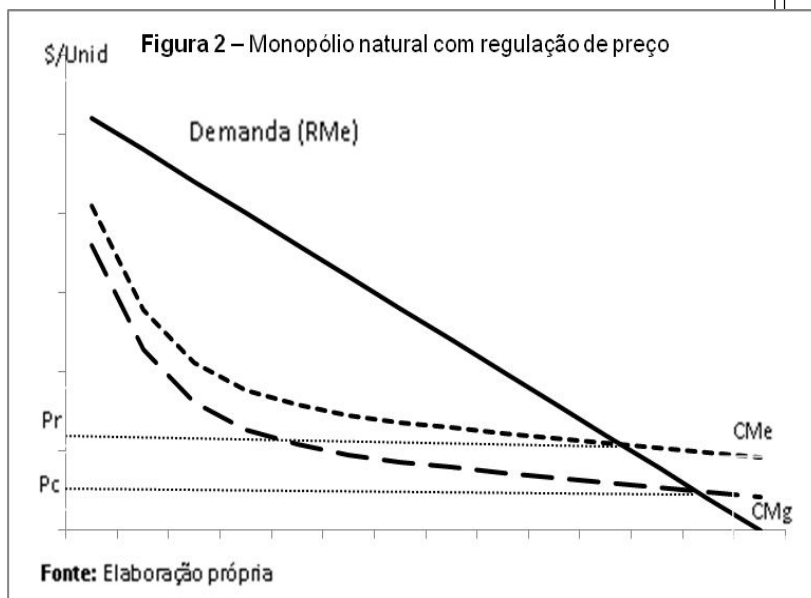
E, finalmente, o poder de mercado ou competição imperfeita, que é uma falha de mercado que ocorre quando um produtor ou um grupo de produtores ou consumidores exerce poder de mercado fixando o preço acima do custo marginal (monopólio e oligopólio) ou abaixo do valor marginal (monopsônio e oligopsônio). Nesses casos, seria necessária a intervenção pública com objetivo de incentivar a concorrência ou coibir a monopolização de tal modo a pressionar o preço para próximo do nível competitivo.

Empresas monopolistas desfrutam de demanda inelástica, de modo que conseguem auferir rendas econômicas significativas. Um caso particular do monopólio é o monopólio natural, assim denominado por não ser possível a existência de concorrência, dado que o setor exige custos fixos elevados aliados a uma função de produção geradora de economias de escala, ou seja, as curvas de custo médio e custo marginal são decrescentes para qualquer nível de produção relevante de mercado.

Conforme a Figura 2, nessas condições, o custo marginal (CMg) estará sempre abaixo do custo médio (CMe), ou seja, se se tentar estabelecer competição neste mercado, a condição de equilíbrio (CMg=RMe) implicaria em um preço (Pc) menor que o custo médio, assim, com essa perspectiva de prejuízo econômico, nenhuma empresa se arriscaria a entrar neste mercado e não haveria oferta.

Nessas condições, faz-se necessária a regulação econômica do setor. Para Pinto Junior e Fiani (2002, p. 515), "Define-se regulação como qualquer ação do governo no sentido de limitar a liberdade de escolha dos agentes econômicos."

A regulação de preço surge como forma de se evitar o ônus do monopólio sem inviabilizar a oferta



do bem ou serviço. Nos setores de infraestrutura, a regulação de preços ou tarifas (Pr) deveria ser realizada de modo que Pr se iguale ao custo médio (conforme Figura 2), quando, então, o monopolista não desfrutaria de lucro econômico nem de prejuízo; no entanto, na prática, a definição da função custo não é tão trivial, devido às percepções subjetivas do regulador e do regulado, como também a dificuldades de mensurar custos de domínio da empresa.

No setor de saneamento básico, além das economias de escala, há também economias de escopo, quando a oferta conjunta de água (A) e esgotamento (E) pela empresa *x* custa menos do que ofertar água pela empresa *y* e esgotamento pela empresa *z*, ou seja, não há viabilidade econômica na desintegração vertical com vistas à elevação da concorrência e da eficiência econômica, conforme a expressão (1).

$$Cx(A,E) < Cy(A,0) + Cz(0,E) \quad (1)$$

Assim, além da regulação do preço, a regulação da conduta passa a ter um papel fundamental para o adequado funcionamento do setor, embora questões não econômicas, como a universalização dos serviços, estejam subjacentes a esta discussão, mas com a mesma importância.

3 Alguns aspectos do saneamento básico no Brasil

No Brasil, a maior parte das companhias de saneamento são públicas e, por isso, estão à mercê da idiosincrasia política que em grande parte renega tais considerações econômicas no momento de tomar as decisões de investimento em infraestrutura e na universalização dos serviços; daí

a cogitação da implantação de sistemas regulatórios que pudessem atender às demandas históricas dos sistemas de saneamento.

No entanto, uma maior preocupação com o setor de saneamento básico só passou a tomar maior fôlego após a abertura econômica, por volta dos anos 1990, e principalmente com as privatizações em outros setores da infraestrutura.

Ao longo da década de 90 esteve em debate a necessidade de criação de estruturas de regulação e de marcos regulatórios para a prestação do serviço. Esta regulação, defendida por diferentes atores do campo do saneamento, deveria ser voltada tanto para o controle e fiscalização dos serviços prestados por entes de caráter público, como as empresas estaduais que operavam sob concessão dos municípios, como para o controle e fiscalização dos serviços prestados por empresas privadas. O campo mais progressista associa as idéias de regulação e controle social, pensando a regulação como instrumento indispensável de controle público da prestação de serviços. [...] Um serviço essencial sob o regime de monopólio exige regulação bem estruturada para que seja garantida a universalização e para evitar que os cidadãos ou sejam privados do acesso ou paguem taxas excessivas pelos serviços prestados. A regulação e o controle público destes serviços dependem – mais do que da designação formal de competências ao regulador setorial – de toda uma complexa estrutura institucional e legal que determina as condições reais de acesso dos cidadãos aos serviços públicos (BRITTO, 2013, p. 11-12).

Portanto, o problema da regulação em saneamento básico não pode resumir-se a fixação de tarifas, mas também garantir serviços universais e de qualidade, assim como a necessidade da participação pública no desenvolvimento deste setor, embora, segundo Britto (2013), verificou-se que ao longo dos anos 1990 houve uma forte retração dos investimentos no setor simultaneamente ao estímulo das concessões ao setor privado.

Uma tentativa no sentido de definir critérios para a regulação no setor de saneamento ocorreu na Conferência das Cidades, em 2003, quando foram lançadas algumas propostas de marco regulatório, como:

[...] a garantia da gestão pública dos serviços, a necessidade de ampliação dos financiamentos, tendo como princípio a idéia de os investimentos em saneamento são investimentos em saúde pública e, portanto não oneram a dívida pública, a necessidade de definição de uma política nacional de saneamento e de seus instrumentos, a defesa de uma gestão democrática, garantindo a participação da sociedade civil na definição de políticas e o controle social da prestação dos serviços (BRITTO, 2013, p. 13).

No ano de 2007, a lei n. 11.445 veio a estabelecer o tão esperado marco regulatório e, apesar dos avanços ocorridos nesses aspectos,

ainda é polêmica a definição da titularidade dos serviços de saneamento em sistemas de interesse comum, como é o caso das regiões metropolitanas, sendo tal definição fundamental para desenvolvimento do aparato regulatório nos níveis estadual e municipal.

O problema da definição da tarifa de água e esgotos envolve a discussão entre recuperação de todos os custos das prestadoras e a busca do objetivo de universalização dos serviços. A recuperação de todos os custos exige que a tarifa média esteja no nível pelo menos igual ao custo médio; no entanto, devido à necessidade de se alcançar um número cada vez maior de usuários, a maioria das empresas de serviços de água e esgotos não consegue recursos suficientes para o seu auto-financiamento, recorrendo sempre aos recursos orçamentários e ao subsídio cruzado, “isto deixou os investimentos em saneamento dependentes de negociações políticas muitas vezes de caráter clientelista” (BRITTO, 2013, p. 7). De fato, as empresas públicas de saneamento têm atendido fundamentalmente a apelos políticos muitas vezes distantes de modelos econômicos que possibilitem a viabilidade das companhias, originando a insegurança hídrica e de projetos de investimentos nas demais atividades econômicas da região.

4 Conclusão

A maioria dos setores de infraestrutura é caracterizada como monopólio natural, de modo que sua livre atuação, sem regulação, repercute sobre o bem-estar da sociedade devido ao ônus do monopólio. Assim sendo, faz-se necessário uma solução baseada na regulação onde o monopolista deverá cumprir metas que levem ao objetivo fundamental da eficiência econômica e social.

No caso do setor de saneamento básico, acrescentam-se às dificuldades referentes ao monopólio natural os objetivos de universalização dos serviços, que obriga os prestadores a ofertá-lo a todos os usuários, independentemente do poder de pagamento ou da sua disposição a pagar, podendo levar a uma situação conflituosa de subsídio cruzado.

No Brasil, a discussão acerca da titularidade dos serviços de saneamento, a dificuldade em desenvolver um plano de investimento robusto para o setor ao longo dos anos, a gestão política das companhias impedem sobremaneira a construção de aparato regulatório para todo o setor em nível municipal ou estadual.

A existência de várias propostas em torno do modelo tarifário e de regulação tem inviabilizado a criação de uma proposta nacional, de modo que cada município ou estado acaba escolhendo o seu modelo de tarifação e oferta dos serviços, mas que nem sempre garante a segurança hídrica necessária ao desenvolvimento econômico local ●

Nota:

(1) No nível de eficiência de Pareto não se pode melhorar o bem-estar de alguém sem piorar o bem-estar de outra pessoa (agente econômico). Quando se alcança o eficiente de Pareto, todas as trocas vantajosas foram realizadas. Quando não é atingido o eficiente de Pareto, o bem-estar de alguém pode melhorar sem prejudicar o bem-estar de outrem.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pesquisador do Laboratório de Estudos em Desenvolvimento Regional (Leder). Mestre em Economia/UFPB. (candido@ufcg.edu.br).

Referências

- BRITTO, A. L. *Tarifas sociais, justiça social e justiça ambiental no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil*. Disponível em: <<http://rededepesquisasemfavelas.files.wordpress.com/2012/05/814.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2013.
- GALVÃO JUNIOR, A. C.; PAGANINI, W. S. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. *Eng Sanit Ambient.*, Fortaleza, v. 14, n. 1, 2009. p. 79-88.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- PINTO JUNIOR, H. Q.; FIANI, R. Regulação econômica. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- VARIAN, H. R.. *Microeconomia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A 2012: uma aplicação da regra de Taylor*

Por Marcius Medson Campelo de Sousa** e Edivane Lima ***

Resumo: O objetivo deste trabalho é verificar a formação da taxa de juros a partir da regra de Taylor e observar se a aplicação desta regra permite suavizar a taxa de juros no período de 2005 a 2012. A Regra de Taylor é utilizada como metodologia apropriada; sendo a taxa de inflação, o hiato do produto e a taxa de juros Selic as principais variáveis econômicas utilizadas. Os resultados apresentados mostram, de maneira geral, que é possível obter taxas de juros menores, em comparação àquelas praticadas no mercado durante o período analisado, ressalvadas algumas exceções. Conclui-se que a regra de Taylor dá importante contribuição para atenuar o comportamento da taxa de juros de curto prazo em boa parte do período analisado.

Palavras-chave: Política Monetária. Taxa de Juros. Regra de Taylor.

1 Introdução

A condução da política monetária através de uma taxa de juros que proporcione um baixo índice de inflação e favoreça o crescimento econômico tem sido um dos desafios das autoridades monetárias no Brasil. O Banco Central do Brasil (Bacen), por exemplo, tem utilizado o sistema de metas para convergir a taxa de juros e a inflação para valores preestabelecidos.¹ Dessa forma, a política monetária adotada pelo Bacen visa controlar o nível de preço e o crescimento da taxa de juros.

A partir dos regimes de metas de inflação o Bacen pode estimar e divulgar uma meta de inflação que permita um controle da atividade econômica. Taylor (1993) apresenta uma regra prática que possibilita a obtenção de taxas de juros

que garantam, em maior ou menor grau, o balanceamento da política monetária.

O período analisado no trabalho compreende uma época de elevadas taxas de juros Selic. Durante este período, a elevação desta taxa teve a função de restringir a demanda agregada, visando controlar a inflação e estimular a entrada de capitais para equilibrar o balanço de pagamentos. A regra de Taylor é apresentada como uma alternativa para conter as taxas de juros elevadas no período de 2005 a 2012.

Em seu formato original, a regra de Taylor é representada matematicamente por meio de uma função linear simples, não sendo utilizados modelos econométricos para estimar a taxa de juros. Por se tratar de um modelo simples e de grande previsibilidade da taxa de juros, a regra de

Taylor vem sendo utilizada por vários autores, tais como Mendonça (2001), Barcellos (2003), Carvalho et al. (2007) e Sulzbach (2009), como modelo capaz de provocar uma redução da taxa de juros e aumentar a previsibilidade das autoridades monetárias, o que tem permitido maior confiança da população na política monetária brasileira.

Neste sentido, o principal objetivo deste trabalho é a obtenção de taxas de juros brasileira a partir da regra de Taylor, na intenção de verificar se a aplicação desta regra é capaz de suavizar a taxa de juros no período de 2005 a 2012. A taxa de juros de curto prazo é um instrumento importante utilizado pelas autoridades monetárias para atingir os objetivos da política monetária, dentre eles, reduzir o nível de inflação e proporcionar o crescimento do produto.

Além desta introdução, o artigo apresenta na segunda seção alguns conceitos sobre política monetária e metas de inflação. Na terceira seção, é desenvolvido o conceito da regra de Taylor e apresentado o processo metodológico que permitiu aplicar essa regra à economia brasileira no período de 2005 a 2012. Em seguida, são apresentados os resultados da aplicação da regra de Taylor e, por fim, as conclusões.

2 Política monetária

Proporcionar o bem-estar da sociedade tem sido um dos principais objetivos da política monetária. Ela é usada como mecanismo eficiente de controle, fazendo uso de taxas de juros e metas de inflação que busquem uma estabilidade de preços na economia, o que tem sido alvo de trabalho das autoridades monetárias, especialmente do Bacen.

A principal função de um banco central consiste em adequar o volume dos meios de pagamento à real capacidade da economia e absorver recursos, sem causar desequilíbrios nos preços. Para isso, controla, por meio de instrumentos de efeito direto² ou induzido,³ a expansão da moeda, do crédito e da taxa de juros, buscando adequá-los às necessidades do crescimento econômico e da estabilidade dos preços, além de zelar pela estabilidade da moeda, permitindo a manutenção do poder de compra da população (BACEN, 2008).

Carvalho et al. (2007) apresenta a formação da taxa de juros de curto prazo da economia sendo o resultado do confronto entre a oferta de reservas, definidas pelas atuações do Bacen nas operações compromissadas⁴ e operações definitivas⁵ e o saldo do fluxo de entrada e saída de dinheiro para o

sistema bancário. Em contrapartida, a demanda de reservas dessas operações é definida pelas suas necessidades de atender às exigibilidades compulsórias e seus compromissos com o setor não monetário da economia.

A taxa de juros Selic remunera os títulos públicos e apresenta a característica de transmitir-se ao mercado financeiro remunerando, assim, as demais operações. Sua operacionalidade tem sido conduzida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária. Nesse sentido, o Copom trabalha com estabelecimento de metas de inflação para obter a taxa de juros mais apropriada ao controle e à estabilidade dos preços.

O controle da inflação permite um crescimento mais estável da economia. Segundo Barcellos (2003), o Bacen utiliza a taxa referencial de juros Selic como principal instrumento de condução dos preços para o mais próximo possível da meta. No entanto, as oscilações na taxa de juros terminam gerando impactos adversos nas demais variáveis econômicas, especialmente nas decisões de consumo, no nível de atividade produtiva e no fluxo de capitais para o país.

A política monetária no Brasil é executada dentro do sistema de metas para a inflação (SMPI). Com este sistema, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece a meta para a inflação. A partir dessa meta, o Copom reúne-se periodicamente para analisar a economia brasileira e a tendência futura da inflação; com base nessa análise, decide qual a taxa de juros mais adequada para atingir a meta. Uma vez definida a taxa de juros, o Bacen atua de forma a fazer com que a taxa de juros do mercado seja efetivada durante o período de vigência do regime de metas de inflação (BACEN, 2008).

2.1 Regime de metas de inflação

No trabalho desenvolvido por Sulzbach (2009), o autor argumenta que o regime de metas de inflação foi iniciado pela Nova Zelândia, em 1990, espalhando-se posteriormente para outros países,⁶ inclusive desenvolvidos, como Reino Unido e Canadá, embora países como a Alemanha já adotasse, desde a década de 1970, um regime semelhante às metas de inflação.

A partir do segundo semestre de 1999, a política monetária brasileira passou a ser orientada pelo conceito de meta de inflação. Sua sistemática foi estabelecida por decreto presidencial e serve como diretriz para a política monetária, na tentativa de

manter a liquidez da economia e assegurar o crescimento econômico sustentado.

Assim, por lei, o Bacen tem a obrigação de usar todos os meios necessários de política monetária para a obtenção dessa meta. Uma vez estabelecida, ela não pode ser alterada, mesmo que ocorram choques externos ou internos.

Segundo Sulzbach (2009), o regime de metas de inflação é uma estratégia de política monetária em que o Bacen apresenta uma estimativa para a meta e divulga uma meta de inflação que estabilize a atividade econômica, e se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação observada esteja obedecendo à meta preestabelecida. A partir desse conceito, a política monetária busca atingir seus objetivos, como o nível de preços estáveis e crescimento econômico favorável.

Mendonça, Dezordi e Curado (2005) mencionam a transparência sendo um ponto que merece atenção, porque a necessidade de seu aumento na condução da política monetária tem sido um dos principais argumentos favoráveis à adoção de metas inflacionárias.

O regime de metas de inflação não pode ser interpretado como uma regra rígida da política monetária. Sobre o assunto, Mendonça (2001, p. 1) afirma que

[...] de forma diferente de simples regras políticas, as metas para a inflação permitem ao Banco Central o uso de modelos de estrutura e decisão em conjunto com todas as informações relevantes para determinar a ação política mais adequada para obter a meta anunciada". As metas de inflação devem se adaptar às melhores condições que o Banco Central observa na economia.

Gomes e Holland (2003, p. 4) apontam que o regime de metas inflacionárias vem justamente para dar apoio às funções de reação do Bacen. Com as metas inflacionárias "o manejo dos instrumentos de política econômica se torna prerrogativa do arbítrio das autoridades monetárias que, por sua vez, devem ter transparência em suas atitudes e, também, devem prestar contas dos caminhos traçados". Os autores ressaltam que, ao serem estabelecidas as metas inflacionárias, as autoridades monetárias devem torná-las públicas para que os agentes econômicos possam aumentar a expectativa de consumo, buscando a maior transparência possível ao público.

Em um estudo realizado pelo Bacen (2010), "Regime de Metas para a Inflação no Brasil", a autonomia operacional do Bacen apresenta-se como um fator importante para o estabelecimento das metas de inflação. O Bacen (2010, p. 8)

"menciona a necessidade de a situação fiscal estar sobre controle e o sistema financeiro nacional estável, de modo a não comprometer o alcance da meta de inflação.". As metas de inflação devem estimar valores aceitáveis; para realizar essa estimação, o Bacen deve ter conhecimento da situação econômica do país e dos mecanismos de transmissão da política monetária para adequar melhores modelos macroeconômicos e torná-los mais eficientes.

O Bacen almeja evitar grandes variações do produto para manter as metas no nível programado. Barcellos (2003, p. 15), citando Mishkin e Schmidt-Hebbel, menciona que "quanto maior o tempo que a política monetária leva para ter efeito sobre a economia, maior a necessidade de um horizonte de tempo para observar os resultados das ações tomadas pelo Banco Central." Ele reforça a discussão desses autores quando expressa a atuação da política monetária com regime de meta de inflação da seguinte forma:

Esse procedimento é muitas vezes adotado porque, se a política monetária leva muito tempo para surtir efeito, e o intervalo de tempo é pequeno, qualquer choque na economia, gerador de um aumento generalizado de preços, terá que ser reprimido fortemente para que a taxa de inflação não se desvie da meta (BARCELLOS, 2003, p. 14).

As metas inflacionárias trabalham com um horizonte de tempo determinado para verificar o alcance da meta, e ao final do período estimado ocorre o estabelecimento de outra meta com os indicadores da meta anterior, o que permite estabelecer um novo período. Em geral, esse período é de um a dois anos para estimação dessa meta de inflação. Conforme o Bacen (2010), o regime de metas de inflação deve apresentar as principais características a seguir:

- a) escolha do índice de inflação;
- b) definição da meta, que pode ser pontual ou intervalar. No caso intervalar (banda), ainda existe a alternativa de ter ou não uma meta central;
- c) horizonte da meta: definição do período de referência para avaliar o cumprimento da meta para a inflação;
- d) existência de cláusulas de escape: estabelecimento *a priori* de situações que podem justificar o não cumprimento das metas;
- e) transparência: formas de comunicação da autoridade monetária visando informar à sociedade sobre a condução do regime de metas.

Portanto, o regime de metas de inflação atua como um guia para as autoridades monetárias

alcançar a estabilidade dos preços. A partir de um regime de metas de inflação, o Bacen busca maior previsibilidade da atividade econômica, estruturando um modelo capaz de suavizar o viés inflacionário.

3 A regra de Taylor

A regra de Taylor foi desenvolvida na obra "Discretion versus Policy Rules in Practice". Nesta obra, lançada em 1993, nos Estados Unidos, o autor, John B. Taylor, demonstra que a política monetária deve seguir regras transparentes e aceitáveis para a obtenção de melhores resultados. Estes resultados são obtidos por meio da introdução da taxa de inflação e da taxa de crescimento do produto em uma equação linear, juntamente com suas respectivas metas, com a finalidade de obter uma taxa de juros básica capaz de suavizar os efeitos adversos de uma política monetária estruturada com taxas de juros elevadas.

Taylor (1993) apresenta uma função de reação baseada no comportamento das taxas internas de juros dos Estados Unidos no período entre 1987 a 1992. De acordo com o autor, a formação da taxa de juros nesse país pode ser representada por meio de uma função linear, adotando a taxa de inflação e sua meta correspondente, juntamente com a taxa de juros de equilíbrio e o desvio percentual do produto interno bruto (PIB) real e do PIB potencial, formando o hiato do produto.

Barcellos (2003) menciona que a regra de Taylor não foi estimada econometricamente. A equação apresentada por Taylor (1993) adotou parâmetros utilizados pelo *Federal Reserve* (FED).

A regra de Taylor é capaz de orientar as autoridades monetárias, ou seja, o banco central, a formular políticas monetárias baseadas em uma taxa de juros que permita maior previsibilidade econômica. Entretanto, no caso em que as condições expansionistas ou restritivas são adotadas, tem-se uma taxa de juros menor ou maior do que a ideal; em função disso, o bem-estar social que depende, em parte, tanto da inflação como do nível de emprego, somente pode ser aumentado gradualmente, informando ao público os planos de mudar para uma nova política.

A regra de Taylor incorpora indicadores de períodos anteriores como resultado obtido através da inflação, do PIB real e potencial para alcançar taxas de juros que permitam às autoridades monetárias adotarem padrões mais confiáveis quando se estabelecem limites de políticas expansionistas ou reducionistas. Essa regra foi

formulada a partir de resultados obtidos pelo *Federal Open Market Committee* (FOMC), órgão ligado ao banco central americano.

Taylor (1993) defende a utilização de sua função de reação pelo banco central americano e argumenta que os formuladores de políticas monetárias, tais como os membros do FOMC, baseiam suas decisões nos seguintes fatores: nos indicadores obtidos por políticas monetárias anteriores; nos valores assumidos pela taxa de juros e por meio da utilização de modelos funcionais que absorvam melhores resultados para definir os valores da taxa de juros.

Os bancos centrais aumentam sua previsibilidade ao adotarem novos mecanismos de condução de políticas monetárias, sendo a regra de Taylor uma função de reação capaz de conter o alto nível de inflação e gerar percentuais positivos para a produção do país.

Taylor (2007) mostra que o banco central americano reage de forma mais agressiva ao perceber um aumento da inflação, elevando as oscilações das taxas de juros. Por meio de uma aplicação da regra de Taylor nos Estados Unidos, foi possível, nesse país, reduzir o viés inflacionário, contribuindo para o aumento do produto ao reduzir o ciclo de recessão e as grandes flutuações nas taxas de juros que tinham causado a grande volatilidade na economia norte-americana.

Os bancos centrais têm atuado no controle da estabilidade dos preços, adotando regimes de meta inflacionária, buscando reduzir os desvios do produto. A regra de Taylor reflete o objetivo dos bancos centrais, atuando na estabilidade de preços e previsibilidade dos agentes econômicos, por meio do equilíbrio das taxas de juros.

A função de reação apresentada por Taylor (1993) indicou que o melhor comportamento das taxas de juros norte-americana foi durante o período presidido por Greenspan. A aplicação dessa regra foi amplamente confiável, estimando um regime de política destinada à inflação baixa no longo prazo e um nível estável de produção no curto prazo.

3.1 Metodologia empírica

A investigação empírica sobre o comportamento da taxa de juros no período de 2005 a 2012 (BACEN, 2013a), descrita nesta parte do trabalho, é constituída através da regra de Taylor original, com algumas adaptações.

A metodologia adotada por Mendonça (2001) é utilizada, também, como referência para a

constituição da regra de Taylor. Este autor formula melhores condições matemáticas da regra para o caso brasileiro, apresentado a seguir.

A taxa de juros Selic é estabelecida a partir da média percentual efetivada durante os períodos analisados. Esta taxa é adotada por se tratar de um instrumento primário de política monetária e incidir sobre os financiamentos de curto prazo. Portanto, existe o interesse das autoridades monetárias de manter a taxa básica de juros (Selic) na meta estabelecida.

O trabalho adota a inflação medida com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O IPCA mede a inflação oficial do Brasil, sendo divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de inflação adotada para estimar a regra de Taylor é baseada na taxa de inflação acumulada ao final de cada período analisado. Portanto, utilizando essas variáveis, o trabalho verifica se a regra de Taylor é capaz de atenuar o comportamento elevado da taxa de juros (Selic) durante o período de 2005 a 2012.

3.1.1 Base de dados

A regra de Taylor é constituída a partir de dados obtidos através da divulgação da meta da taxa de juros e seus valores efetivos apresentados pelo Bacen. Também é adotada a inflação efetiva com base no IPCA, divulgada pelo IBGE (2012). A partir dessas variáveis, ocorre a formação da regra de Taylor, seguindo sua estrutura original, também aplicada com modificações por Mendonça (2001).

A aplicação da regra é realizada com base nas seguintes variáveis: a) inflação: acumulada nos últimos 12 meses; b) meta de inflação: divulgada pelo Bacen a cada ano; c) taxa de juros real: média da taxa de juros Selic efetivada a cada ano; d) hiato do produto: constituído pela diferença entre PIB real e o PIB potencial.

3.1.2 Método utilizado

A regra de Taylor utilizada na determinação da taxa de juros segue a seguinte especificação:

$$i_t = \bar{\delta}_t + r^* + 0,5(\delta_t - \bar{\delta}^*) + 0,5(y_t)$$

i_t = Taxa básica de juros estimada pela regra de Taylor no período t;

r^* = Taxa real de juros efetiva no período de 2005 a 2012;

$\bar{\delta}_t$ = Taxa média de inflação efetiva para o período t;

$\bar{\delta}^*$ = Meta da taxa de inflação estabelecida para os anos de 2005 a 2012;

y_t = Hiato do produto no período t.

Este modelo, em seu formato original, foi desenvolvido por Taylor (1993), sendo adaptado por Mendonça (2001) para ser aplicado à economia brasileira. O cálculo do hiato do produto também foi realizado de acordo com Taylor (1993), sendo formulado da seguinte maneira:

$$y_t = 100 \cdot \left(\frac{\text{PIB real} - \text{PIB potencial}}{\text{PIB potencial}} \right)$$

4 Aplicação da regra de Taylor no caso brasileiro

4.1 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2005

Em 2005, através da aplicação da regra de Taylor foi possível obter uma taxa de juros menor que a praticada no mercado. A taxa Selic permaneceu na média de 19,14%; já por meio da utilização da regra de Taylor obteve-se uma taxa de juros de 15,08%. Este valor abaixo da taxa básica de juros proporcionado pela regra de Taylor atribui-se ao aumento da inflação no ano de 2005. Durante esse ano, a inflação efetiva divulgada pelo IBGE (2012) foi de 5,69%, distanciando-se da meta estabelecida. Através da aplicação da regra de Taylor observou-se que a inflação, ao se distanciar da meta estabelecida pelas autoridades monetárias, proporciona taxa de juros menores que a praticada no mercado. O PIB real durante o ano de 2005 permaneceu próximo do PIB potencial, não provocando uma grande variação no cálculo do hiato do produto.

4.2 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2006

A regra de Taylor também permitiu uma redução da taxa de juros para o ano de 2006, quando a taxa de juros básica (Selic) foi de 15,05%. Através da aplicação da regra de Taylor, a taxa de juros é reduzida para 7,94%. Neste mesmo ano, a taxa de inflação ficou em torno de 3,14%; enquanto a meta estabelecida manteve-se em 4,5%. A inflação efetiva manteve-se abaixo da meta estabelecida, proporcionando taxas de juros ainda menores que as aplicadas no mercado (IBGE, 2012). O hiato do produto não apresentou uma variação muito acentuada, devido à aproximação do PIB real com o PIB potencial.

4.3 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2007

A aplicação da regra de Taylor permitiu uma estimativa da taxa de juros de 13%, percentual maior que a taxa Selic, que foi de 11,86%. A inflação efetiva no ano de 2007 permaneceu bem próxima da meta, o que revela o sucesso das políticas monetárias. Nessa situação, a regra de Taylor não foi capaz de provocar a redução da taxa de juros. A taxa de inflação divulgada pelo IBGE (2012) foi de 4,46%, já a meta manteve-se em 4,5%. A regra de Taylor não permitiu estimar valores menores da taxa básica de juros durante esse ano, devido à aproximação dos valores efetivos da inflação e sua meta estabelecida. Nesse ano, ocorreu um aumento da perspectiva de crescimento econômico do país, mas o crescimento do PIB real manteve-se próximo ao do PIB potencial, não contribuindo com uma grande variação do cálculo do hiato do produto.

4.4 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2008

No ano de 2008, a taxa de juros Selic efetivou-se em 12,50%. A taxa de juros obtida pela regra de Taylor foi de 12,44%, o que demonstra equilíbrio entre as duas taxas. Este equilíbrio, resultado da aplicação da regra de Taylor, foi provocado pelo aumento da inflação e pelo aumento do PIB real, aproximando a taxa de juros Selic da taxa de juros estimada pela regra de Taylor. Esse ano também registrou aumento percentual da inflação de 5,90% (IBGE, 2012). O PIB real foi de 5,10%, sendo que o PIB potencial foi estimado em 4,5%. Nesse caso, o aumento do hiato do produto utilizado na Regra de Taylor foi capaz de estimar uma taxa de juros menor, mas bem próxima àquela estabelecida pela taxa de juros Selic.

4.5 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2009

A taxa de juros Selic, durante o ano de 2009, efetivou-se em 9,73%. A aplicação da regra de Taylor permitiu obter uma taxa de juros maior, equivalente a 11,27%. Neste ano, o Brasil apresentou um período de recessão. Em contrapartida, a regra de Taylor, em seu formato original, não atende às condições de recessão, já que foi desenvolvida para economias em períodos normais de crescimento econômico. A regra de Taylor aplicada à economia brasileira foi estimada desconsiderando o período de recessão, acumulando o crescimento do produto ao longo do

ano. A partir desse método, a regra de Taylor foi capaz de obter uma taxa de juros de 11,27%, situando-se acima da taxa Selic, devido ao baixo crescimento do PIB.

4.6 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2010

Em 2010, a taxa de juros Selic efetivou-se em 9,93%. Nesse ano, o PIB real apresentou um crescimento de 7,5%. Esse crescimento contribuiu para a redução da taxa de juros no modelo de Taylor; o que permitiu obter uma taxa de juros de 1,89%. É possível que este valor reduzido tenha sido resultado de um afastamento do PIB real em relação ao PIB potencial. Esse valor reduzido da taxa de juros foi o menor durante o período analisado, confirmando que o afastamento dos resultados obtidos da meta planejada é capaz de provocar uma redução da taxa de juros, quando se utiliza a regra de Taylor.

4.7 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2011

No ano de 2011, a aplicação da regra de Taylor permitiu a obtenção de uma taxa de juros de 3,48%. Este valor percentual manteve-se abaixo do estimado pelo Bacen, sendo de 11,68%. O hiato do produto absorveu o crescimento econômico obtido no ano de 2010, registrando o maior crescimento durante os períodos analisados. O PIB potencial foi estimado em 4,8%; efetivando-se em 2,7%, segundo o IBGE. O distanciamento do PIB real, em relação ao PIB potencial, permitiu estimar uma taxa de juros inferior àquela estabelecida pelas autoridades monetárias. A inflação (IBGE, 2012) efetiva manteve-se superior ao estabelecida pelo Bacen, contribuindo para o baixo valor encontrado pela regra de Taylor.

4.8 Resultado da regra de Taylor para o ano de 2012

A taxa de juros Selic efetivou-se em média durante o ano de 2012 em 8,05%. Utilizando a regra de Taylor para este ano, foi possível estabelecer uma taxa de juros de 5,67%, mais uma vez abaixo da taxa de juros Selic. O aumento do valor obtido pela regra de Taylor no ano de 2012 em relação a ano de 2011 ocorreu por meio da aproximação do PIB real e do PIB potencial, favorecendo um aumento percentual da regra de Taylor, apesar de o Bacen ter obtido sucesso no alcance e na redução da taxa de juros Selic.

5 Conclusão

A análise da regra de Taylor como estratégia de condução da política monetária permitiu chegar a conclusões interessantes durante boa parte do período analisado. Observou-se que para o Bacen obter taxas de juros mais brandas, o cumprimento das metas torna-se fundamental. A aplicação da regra de Taylor demonstrou-se sensível aos distanciamentos das metas, apresentando valores menores na presença destes distanciamentos. Taylor (1993) demonstrou que as mudanças na taxa de inflação e no PIB real influenciaram a trajetória da taxa de juros, o que é confirmado pela aplicação do modelo ao caso brasileiro.

Os desvios das metas de inflação e do PIB real em relação ao PIB potencial desempenharam um papel importante na determinação da taxa de juros pela regra de Taylor, quanto maior a magnitude dos desvios da meta, menores as taxas de juros estimadas por esta regra.

Os resultados obtidos a partir da metodologia adotada por Taylor (1993) demonstraram que quanto maior for o hiato do produto, melhor a possibilidade de estabelecer taxas de juros menores. O hiato do produto, além de contribuir com a formação de taxa de juros menores, também demonstra que a economia está crescendo, conforme a estimativa feita a partir do PIB potencial.

A regra de Taylor apresenta limitação por não ser estimada econometricamente, mas Taylor (1993) utiliza-se das experiências de estudos de outros autores para avaliar que modelos econométricos não necessariamente são capazes de prever, com precisão, todos os comportamentos da política monetária. Outra limitação da regra de Taylor consiste em não prever se aumentos da inflação são temporários ou permanentes, sendo necessária a utilização de pesquisas ou análises mais precisas que aumentem o índice de confiança do método.

Ao se aplicar a Regra de Taylor à economia brasileira no período estudado, foi possível obter, de maneira geral, um comportamento suave da taxa de juros, ressalvadas algumas exceções, mas que não comprometem sua aplicação, nem a análise ●

Notas:

- (1) Para ver históricos das taxas de juros e das metas de inflação, cf. Bacen (2013a, 2013b).
 (2) Os condicionantes diretos da política monetária são atribuídos ao uso dos instrumentos clássicos: as operações de mercado aberto, o redesconto e as reservas obrigatórias.
 (3) Como efeitos indiretos da política monetária são atribuídos a reorganização das finanças públicas e os ataques especulativos sofridos pela moeda nacional.
 (4) Consiste na compra e venda de títulos em que o vendedor se compromete a recomprar o título a um preço acordado, e em data especificada, do comprador.
 (5) Neste tipo operação, o título se incorpora à carteira da instituição compradora.
 (6) Austrália e Finlândia (1993), México (1994), Tailândia, Coreia do Sul, Filipinas e Indonésia (1997), Rússia (1998), Argentina (2002), Polônia e República Tcheca (1998).

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Banco Central do Brasil: Fique por dentro*. 4. ed. Brasília: Bacen, 2008.
 BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Regime de metas para a inflação no Brasil: Série Perguntas mais Frequentes*. Brasília: Bacen, 2010.
 BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 20 jan. 2013a.
 BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico de metas para a inflação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/metad/TabelaMetadResultado.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013b.
 BARCELLOS, P. *Estimando uma Regra de Taylor para o sistema de metas de inflação brasileiro*. Porto Alegre, 2003.
 CARVALHO, F. J. et al. *Economia monetária e financeira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
 GOMES, C.; HOLLAND, M. *Regra de Taylor e política monetária em condições de endividamento público no Brasil*. Minas Gerais, 2003.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Índices de inflação*. Disponível em: <<http://www.furb.br/ips/ip/IndicesDiversos.html>>. Acesso em: 01 maio 2012.
 MENDONÇA, H. F. Mecanismos de transmissão monetária e a determinação da taxa de juros. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 16, p. 65-81, jun. 2001.
 MENDONÇA, H. F.; DEZORDI, L. L.; CURADO, M. L. A determinação da taxa de juros em uma economia sob metas para inflação: o caso brasileiro. 2005. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/indicadores/33_03/11_parte.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2011.
 SULZBACH, V. N. *Política monetária sob o regime de metas de inflação*. 2009. 86 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
 TAYLOR, J. B. *Discretion versus policy rules in practice*. Stanford: Stanford University, 1993.
 TAYLOR, J. B. *The explanatory power of monetary policy rules*. Stanford: Stanford University, 2007.

* Este artigo é baseado no trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas (UFPI), intitulado "A regra de Taylor como estratégia de condução da política monetária brasileira no período de 2005 a 2011".

** Bacharel em Ciências Econômicas (UFPI) e mestrando em Ciência Política (UFPI)

*** Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas (UFPI).

O GOVERNO E O SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO

Por Giovanni D. Montagnana*

Resumo: O objetivo deste artigo é elucidar que o brasileiro, ou pelo menos grande parte dele, vive mal; e mostrar, em uma análise sobre a eficiência do acesso ao crédito de várias formas - seja por atuação do governo ou do mercado financeiro habitacional -, que a atual política habitacional está contribuindo para que o agente possa sozinho optar por melhorar de vida no que diz respeito a ter um endereço de qualidade.

Palavras-chave: Políticas de habitação. Sistema financeiro habitacional. Inflação nos preços. Sub-habitações.

Abstract: the objective of this paper is to elucidate that the Brazilian, or at least most of it, live badly, and show, with an analysis of the efficiency of access to credit in several ways - either by government action or financial market of the housing - which the current housing policy is contributing to the agent choose alone to improve your live with regard to having an dwelling of the quality.

Keywords: Housing policy. Housing finance system. Inflation in prices. Sub-housing.

1 Introdução

O Brasil é um país de dimensões continentais e necessidades da mesma proporção, com problemas deveras históricos que têm características próprias. Se este autor tentar listar parte deles, este artigo não teria fim e propósito. Mas um deles, sem dúvidas, e de importância fundamental, é o problema da habitação no seu sentido mais amplo. Sabemos que o poder de compra do brasileiro historicamente foi baixo. É difícil imaginar os malabarismos feitos até então para um cidadão comum obter um imóvel; pior ainda para a população de baixa renda. As políticas voltadas para esta classe social desfavorecida, conforme Sachs (1999), somente começaram a se concretizar no Governo Vargas (1930-1945), com o decreto-lei n. 58, de 1937 - regulando o espaço urbano com a venda de lotes à prestação e logo por carteiras prediais dos institutos de aposentadorias e pensões¹ - e também com o decreto-lei do inquilinato, de 1942 [decreto-lei n. 4.598], congelando os aluguéis, que, na prática, desestimulou a construção de novas casas para este fim (INFOMONEY, 2003). A insuficiência de renda e a crescente demanda por imóveis acabou por estimular a formação de casas na periferia.

As periferias no Brasil são outro grande problema; geralmente tratadas como áreas de habitações irregulares, porque não seguem nenhum padrão arquitetônico decente, ainda situam-se em terrenos invadidos ou adquiridos a preços ínfimos diretamente com intermediários ilegais. Sem nenhum equipamento urbano adequado, esta

população tem, historicamente, enfrentado grandes problemas locais. Não bastasse o problema de morar em sub-habitações sensíveis a quaisquer intempéries, os moradores da periferias convivem com o desconforto gerado por aglomerados familiares entre pais, filhos, tios, sobrinhos, cunhados etc., tendo praticamente que dividir o mesmo quatinho, e passam por problemas diariamente como esgoto a céu aberto, falta de caminho para fruição de águas pluviais, em muitos casos, falta água encanada, eletricidade coleta de lixo etc. Cada favela tem sua peculiaridade de problemas, mas um ponto em comum entre elas é a ausência do Estado e a presença da violência.

O objetivo deste artigo não é fazer uma radiografia da desgraça e sim elucidar que o brasileiro, ou pelo menos grande parte dele, vive mal; e mostrar em uma análise sobre a eficiência do acesso ao crédito de várias formas - seja por atuação do governo ou do mercado financeiro habitacional -, que a atual política habitacional está contribuindo para que o agente possa sozinho optar por melhorar de vida no que diz respeito a ter um endereço de qualidade. Neste sentido, a segunda seção deste trabalho faz uma análise sobre o crescimento demográfico e seus impactos; a terceira trata da estrutura do sistema financeiro habitacional e sua contribuição para o aumento do *funding* para o setor; a quarta seção trata das práticas que desenvolve o sistema financeiro imobiliário sob iniciativas da legislação e regulação do sistema financeiro habitacional; por fim, a conclusão.

2 Uma análise do crescimento demográfico brasileiro

Em 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (apud GIRARDI, 2008), o Brasil tinha uma população urbana de 11 milhões de habitantes. Em 2010, passou para 160 milhões; e foram financiados 25% dos imóveis no período em que funcionou o Banco Nacional da Habitação (BNH), de 1967 a 1986.

Os dados da Tabela 1 mostram que a população de 1991 a 2010 cresceu 30%, com maior expressão no estado do Pará, com 53,15%; São Paulo, com aumento de 30,6%; Rio de Janeiro, 24,8%; Minas Gerais, com 24,5%; e Bahia, com 18,1%. No entanto, o crescimento do produto interno bruto (PIB) foi muito baixo em relação ao crescimento populacional no mesmo período, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 1 - População. Brasil. 1991-2010
(em milhões de habitantes)

Estados	1991	2010
AC	417.718	733.559
AI	2.514.100	3.120.494
AM	2.103.243	3.483.985
AP	289.397	669.526
BA	11.867.991	14.016.906
CE	6.366.647	8.452.381
DF	1.601.094	2.570.160
ES	2.600.618	3.514.952
GO	4.018.903	6.003.788
MA	4.930.253	6.574.789
MG	15.743.152	19.597.330
MS	1.780.373	2.449.024
MT	2.027.231	3.035.122
PA	4.950.060	7.581.051
PB	3.201.114	3.766.528
PE	7.127.855	8.796.448
PI	2.582.137	3.118.360
PR	8.448.713	10.444.526
RJ	12.807.706	15.989.929
RN	2.415.567	3.168.027
RO	1.132.692	1.562.409
RR	217.583	450.479
RS	9.138.670	10.693.929
SC	4.541.994	6.248.436
SE	1.491.876	2.068.017
SP	31.588.925	41.262.199
TO	919.863	1.383.445

Fonte: Ipeadata (2013).

O crescimento do PIB no período em análise foi de 18,5%. Já o crescimento médio anual da população foi de 1,5%, enquanto o PIB teve um crescimento anual médio, no mesmo período, de 0,9% ao ano. Em comparação com o crescimento populacional, vê-se que o crescimento do PIB não acompanhou a evolução deste crescimento para

que se pudesse acomodar as demandas da população.

Tabela 2 - Crescimento do PIB. Brasil. 1991-2010 (em %)

Ano	Produto Interno Bruto (PIB) - variação em volume
2010	7,5
2009	-0,3
2008	5,2
2007	6,1
2006	4,0
2005	3,2
2004	5,7
2003	1,1
2002	2,7
2001	1,3
2000	4,3
1999	0,3
1998	0,0
1997	3,4
1996	2,2
1995	4,2
1994	5,8
1993	4,9
1992	-0,5
1991	1,0

Fonte: IBGE (2013)

Se tomarmos como exemplo o município de São Paulo, nesse mesmo período (1991-2010), o crescimento populacional foi de 16,9%, resultado da diferença de um crescimento populacional de 9.626.894 habitantes para 11.253.503 habitantes (PASTERNAK, 2010); um crescimento, em termos absolutos, de 1.626,629 mil habitantes, o que equivale - somente este crescimento - a uma população maior que a de Recife (PE), mesmo Taschner e Bógus (2000) tendo detectado um pequeno decréscimo populacional no período de 1986 a 1994, devido a efeito do deslocamento de parte da indústria paulistana para o interior, diminuindo a oferta de empregos. Este fator gera uma tensão muito grande, se considerar que este

crescimento se dá mais por migrações do que crescimento natural do município. Em geral, isto se deve à população advinda dos mais variados rincões do País que procuram, historicamente, na cidade melhores oportunidade de vida (SACHS, 1999). A maioria desta população tem baixo nível agregado de mão de obra, além de serem desprovidos de poupança para melhor se situarem. O resultado são subempregos, informalidade, aglomerações e as piores formas de condições de vida.

O Brasil ainda é um país com grandes bolsões de pobreza em quase todas as suas localidades. Cerca de 85% da população vive em áreas urbanas comutadas em vias favoráveis e desfavoráveis, onde casas e boas vias são compartilhadas com casas mal construídas sem planejamento arquitetônico.

Nos anos 1980, ocorreu a decaída do sistema habitacional, porque os recursos de depósitos para financiamentos tornaram-se insuficientes, acompanhado de aumento na inadimplência, principalmente da classe média, em razão do crescimento da inflação, gerando aumento do valor

nas prestações dos imóveis em descompasso com o aumento dos salários corrigidos pela correção monetária com os programas de compensação salarial (AZEVEDO, 1988)² provocando aumento na inadimplência, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 - Nível de inadimplência do SFH. Brasil 1980-1984 (em %)

Ano	Até três prestações	Mais de três prestações em atraso	Total
1980	21,8	4,3	26,1
1981	24,1	3,7	28,8
1982	28,7	4,8	33,5
1983	34,1	12,3	46,4
1984	31,5	23,1	54,6

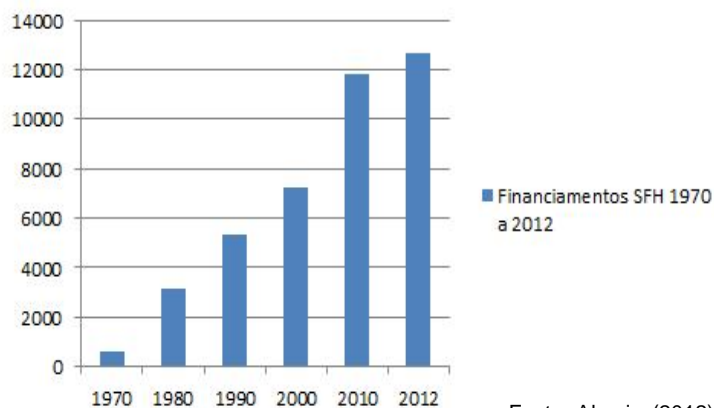
Fonte: Santos (1999, p. 15)

O BNH garantiu, por um período, uma fonte estável para os financiamentos, porém, não foram atingidas as metas das demandas sociais de um país tão grande, como o Brasil. Por ser um caráter de jogo financeiro, demorou para que o governo subsidiasse os projetos, dando prioridade aos sistemas de recursos de retorno financeiro, que, assim excluindo grande parte da população de baixa renda.

A grande preocupação do governo era a crescente inadimplência. Sofreram, até mesmo, os financiamentos da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), criada pelo BNH em 18 de abril de 1974³ (AZEVEDO, 1988). Diante disto, aumentaram os critérios para os financiamentos aos de renda mínima, de três para cinco salários mínimos para o financiamento habitacional. Se o mínimo de três salários mínimos já não atendia aos mais desvalidos, a elevação para cinco salários aumentou o abismo de necessitados de habitação.

Gráfico 1 - Financiamentos do SFH. Brasil. 1970/2012. (em milhões)

Financiamentos SFH 1970 a 2012



Esta é a grande discussão. “A concentração do déficit na faixa de até três salários mínimos: 89,4% das famílias, e para as famílias de renda de até cinco salários mínimos é de 6,5%” (BRASIL, 2009, p. 28).

Como se pode observar no Gráfico 1, houve um pico de crescimento nos financiamentos do SFH, entre os anos 2000 e 2010, de 7.239 milhões de casas para 11.815 milhões; um aumento de 63,2%, ante um crescimento de 36,39% dos anos 1990 a 2000.

Desde a extinção do BNH em 1986, devido a desgastes políticos, endividamento excessivo e o repúdio da população ao associar o banco à época inflacionária dos anos 1980, os recursos passaram a ser administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), trazendo dificuldades técnicas iniciais pela inexperiência de seus funcionários ante aos experientes do BNH que foram demitidos. Vários ministérios foram direcionados para administrar a questão da habitação no Brasil, até que em, 1º de março de 2003, criou-se o Ministério das Cidades, que passou a definir para onde iriam os investimentos (IPEA, 1989).

Já no início do segundo mandato do presidente Lula, em novembro de 2007, o governo federal criou um pacote de investimentos chamado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que incluiu vários projetos de investimentos em infraestrutura para todo o País, além da construção de milhões de habitações e saneamento, como forte apelo social a fim de extinguir o *deficit* habitacional do País, com o *slogan* “Minha casa, minha vida”. Este programa foi incorporado ao Ministério das Cidades, que libera os recursos através da CEF, advindos da caderneta de poupança, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e subsídios do governo. Os mecanismos para liberação de recursos têm seu destino às construtoras e incorporadoras que apresentam projetos a CEF, tendo uma comissão de análise para aprová-los e liberar todos os recursos necessários para os empreendimentos (CEF, 2013).

O programa do PAC para habitação concede financiamento habitacional na área urbana a famílias com três tipos de faixa de renda (dados de 2012) (CEF, 2013): famílias de renda bruta de até R\$ 1.600,00; com renda entre R\$ 1.601,00 e R\$ 3.100,00; e as de renda de R\$ 3.100,00 a R\$ 5.000,00. Isto é possível através do financiamento do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), criado pela lei n. 10.188, de 12 de fevereiro de

2001, autorizando a CEF a “criar um fundo financeiro privado com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa.” (art. 2º)⁴ em parceria com os órgãos estaduais e municipais. Seus valores máximos para as famílias de baixa renda (renda bruta de até R\$ 1.600) variam para cada município: o maior valor fica para São Paulo, Distrito Federal e nas capitais com suas regiões metropolitanas (R\$ 76 mil) e o menor valor é para o interior dos estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (máximo de R\$ 60 mil), uma diferença de 21,05%. Fatores como valorização local dos terrenos são levados em conta neste cálculo. Há subsídio de até 90% dos valores feito pelo governo e nas parcelas não incidem taxas e nem juros com correção, somente pela taxa referencial (TR). Os financiamentos são de até 10 anos e com prestações de até 10% dos salários (CEF, 2009). Para a faixa de renda de até R\$ 3.100,00, as famílias são beneficiadas com subsídios financiados pelo FGTS e os de renda de até R\$ 5.000 têm o benefício do fundo garantidor de habitação (CEF, 2012).

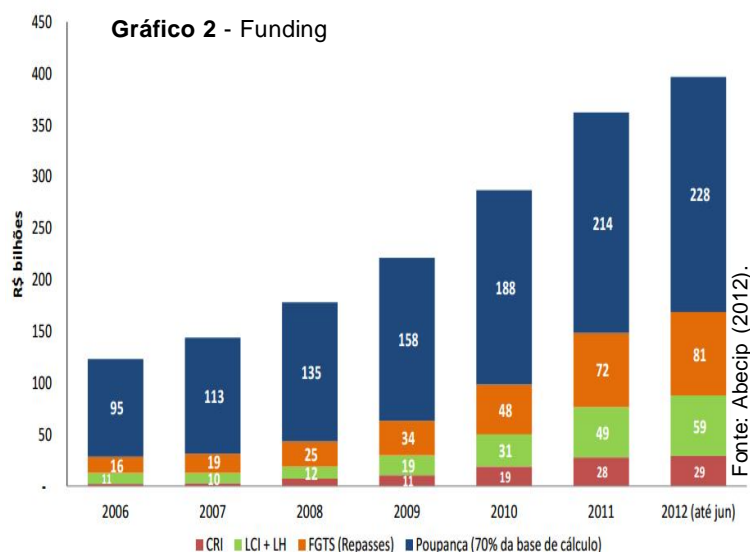
3 Sistema financeiro habitacional

O mercado financeiro imobiliário, que engatinhou por muito tempo sustentado por emissão de letras hipotecárias, cartas de crédito etc., desenvolveu-se a partir de 1997, quando foi criado pelos ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, o SFI, com a lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, possibilitando a formação de organização de fundos de captação ampliada para financiamento de empreendimentos imobiliários. Sua função é obter *fundings* de longo prazo. Criam-se vários fundos imobiliários a rentabilidades atraentes, assim como o Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e várias companhias de securitização.⁵ O CRI, de acesso restrito, somente era destinado a investimentos com capital mínimo de R\$ 300 mil que, por lei, destina 65% dos seus recebíveis diretamente na caderneta de poupança para financiar imóveis. Desde então, surgiram outros fundos para o fortalecimento do mercado secundário.⁶ Isto proporcionou que os investidores institucionais migrassem suas aplicações tradicionais para os certificados imobiliários, ajudados pela inflação e, em certa época, pagando juros maiores que as do Tesouro Nacional. “Levantamento da Uqbar (apud ACIONISTAS.COM.BR) demonstra que os bancos

ainda são os maiores participantes deste mercado. Eles representam 47,7% dos investidores. Mais de 25% são pessoas físicas, 12,5% são fundos de investimentos, 7,1% são entidades de previdência privada, e 5,2%, instituições financeiras.”

Um grande atrativo para a entrada de investimentos foi a criação de uma emenda à medida provisória 460, com a lei n. 12.024, de 27 de agosto de 2009, que desobriga os fundos imobiliários a recolherem imposto de renda, assim aumentando a rentabilidade das carteiras de investimentos dos aplicadores, incentivando a migração de grandes fundos institucionais para os fundos imobiliários.⁷ Tal incentivo propiciou a criação de companhias hipotecárias e bancos entrando em operações similares. Também a decisão judicial desde a remuneração da poupança até a facilitação na liberação do crédito é de grande valia aqui para ser analisada. Este mercado, com lastro em construção e aluguel de imóveis, propicia a participação de grandes seguradoras para dar *hedge* ao mercado e ampliar o número de investidores. Mas isto não seria viável se algumas práticas de facilitação de acesso ao crédito, bem como de garantias reais não fossem implantadas pelo governo.

Os dados do Gráfico 2 evidenciam o predomínio do *fundings* gerado pela caderneta de poupança, com 70% de participação. Em seguida, vêm os depósitos do FGTS, com 20,4%; logo após, vem a participação do SFI, liderado pelas Letras de Crédito Imobiliário, 14,3%, devido a isenção de imposto de renda (IR), seguida dos CRIs, com 7,4% e a letra hipotecária (LH), com 0,5%. Em comparação com os anos anteriores, todas as categorias de fundos cresceram, tais como os depósitos em poupança disponíveis em mais de



140% no período, além do FGTS, que cresceu 414%, estoque de letra imobiliária (LI) e LH, em 455%, e os CRIs, com mais de 1255%; isto devido à sua abertura a investimentos a pessoas físicas e não somente privilegiar investidores qualificados (investidores com mais de R\$ 300 mil de capital investido).

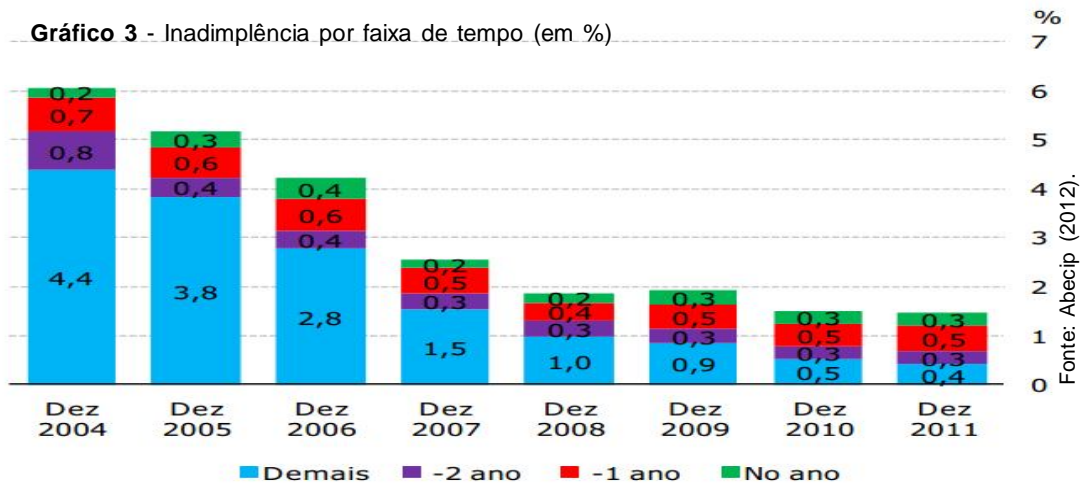
4 Práticas que desenvolvem o sistema financeiro imobiliário

Lazari Junior (apud MOROOKA, 2012) conclui que o SFI, com sua segurança jurídica regulatória consolidada, desenvolveu o mercado de securitização. Isto trouxe maciços investimentos dos bancos. O autor frisa também a atenção à educação e ao desenvolvimento técnico do crédito imobiliário através de certificação como fatores atrativos positivos ao financiamento imobiliário. Também como fator positivo de atrativo, o nível de inadimplência se encontra em 1,4%, o que garante

ampliação do mercado para liberação de crédito à população de baixa renda devido ao nível de comprometimento da renda em honrar com as prestações.

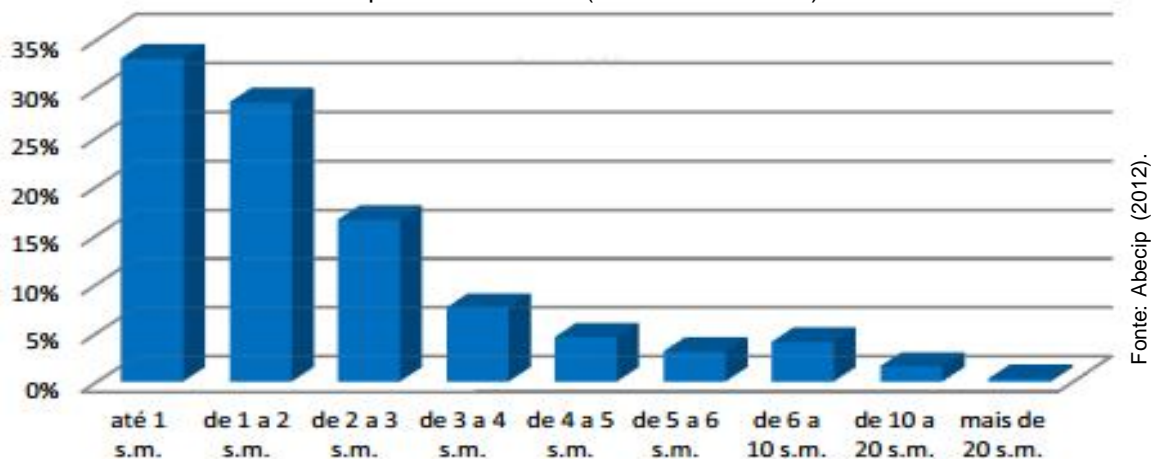
No Gráfico 3, vê-se uma queda muito grande do nível de inadimplência de 2004 a 2011, principalmente na inadimplência de longo prazo, de 4,4% para 0,4%. Isto se deve a progressiva queda na taxa de juros, aumento na renda, relativa queda na inflação e mecanismos flexíveis para obtenção de financiamentos, com destaque para a diminuição das hipotecas e aumento da alienação fiduciária (que será explicado adiante), o que também ajuda na queda dos juros. Porém, o grande financiador de empreendimentos de longo prazo para a população de baixa renda ainda é o governo. Como o país ainda convive com altíssimo índice de pobreza, informalidade e baixos salários, é natural que o governo tenha um papel fundamental nisto.

Gráfico 3 - Inadimplência por faixa de tempo (em %)



Se considerarmos que 72% da população brasileira vive com até 5 salários mínimos e confrontar com os dados do Gráfico 4, há de se imaginar o tamanho do problema: investimentos maciços devem ser feitos, em participação dos *fundings* criados e os a se desenvolver para absorver toda esta demanda.

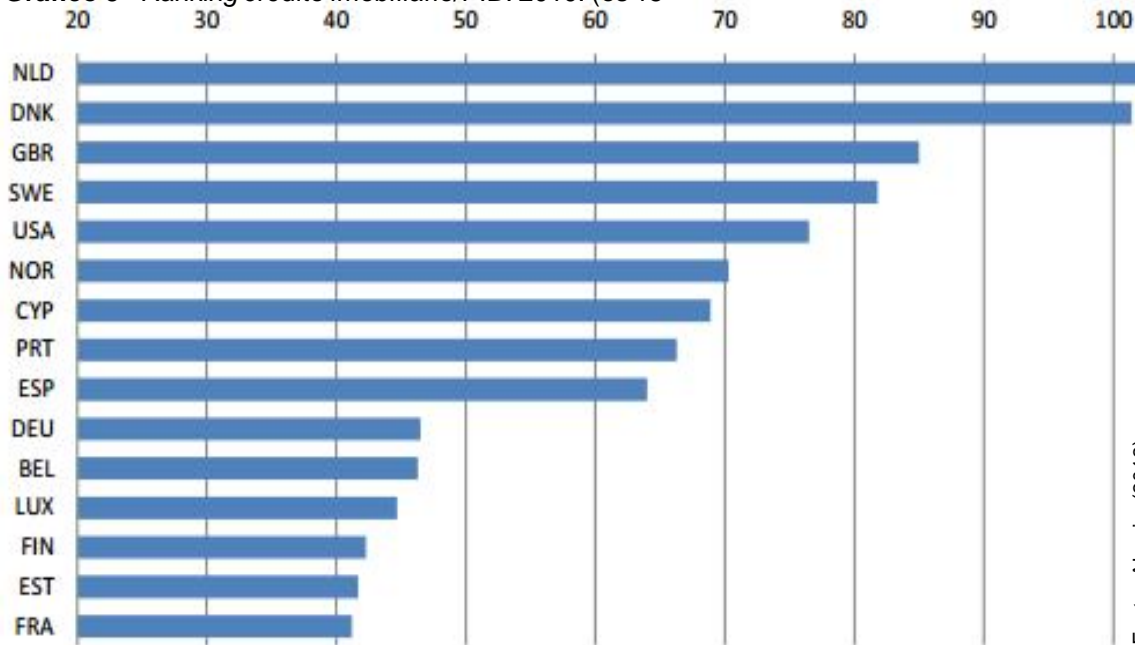
Gráfico 4 - Deficit habitacional por faixa de renda (em salário mínimo)



Se a Holanda ultrapassa os 100% do seu PIB na concessão de crédito habitacional (cf. Gráfico 5), o Brasil, em 2012, ainda não ultrapassou os 6% do seu PIB (cf. Gráfico 6). Por esta razão, não se sustenta a tese de que o Brasil esteja passando por um *boom* imobiliário, o que pressupõe a recente inflação nos preços devido a fundamentos econômicos de oferta e demanda. Esses são os dados. O Brasil somente ultrapassou os 2% de

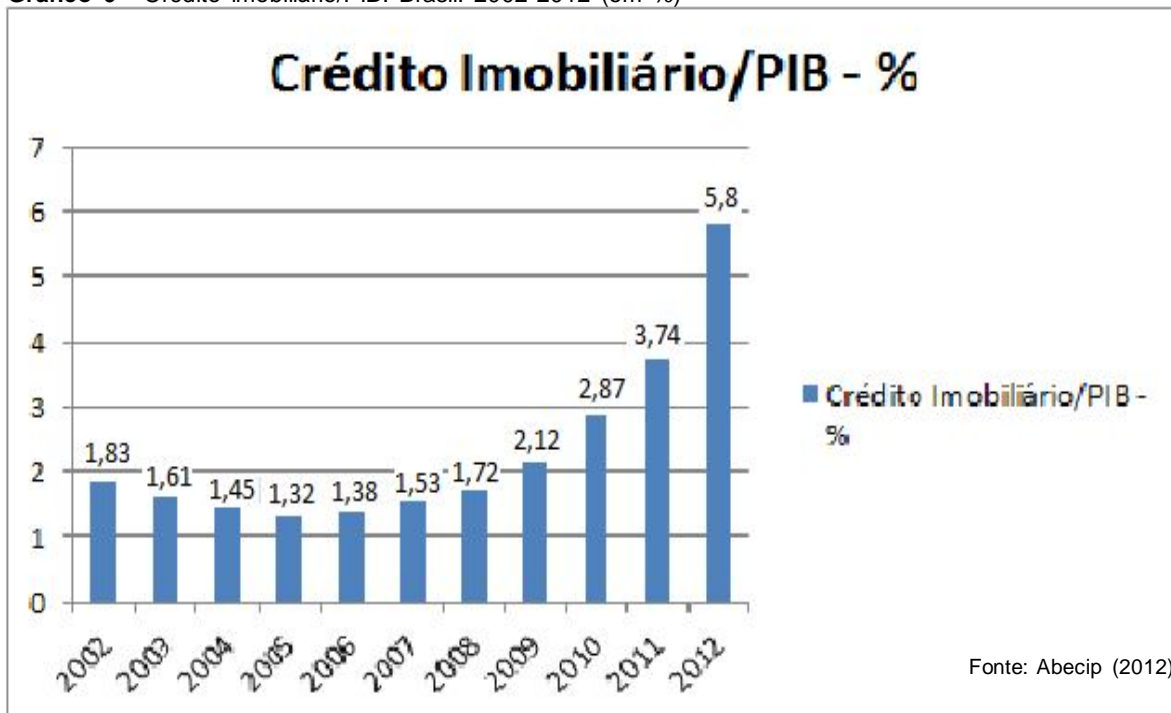
crédito imobiliário/PIB, na série histórica, em 2009, com 2,12% do PIB. Em 2012 o crédito habitacional chegou próximo aos 6% do PIB, ante 4,3% do PIB em 2011 (Gráfico 6). Com uma situação de taxa de juros reais baixos, os investidores terão que apostar em aplicações menos rentáveis e de longo prazo. Isto pode ser uma oportunidade para o mercado habitacional, que é um setor sólido e de base jurídica institucional.

Gráfico 5 - Ranking crédito imobiliário/PIB. 2010. (os 15



Fonte: Abecip (2012).

Gráfico 6 - Crédito imobiliário/PIB. Brasil. 2002-2012 (em %)



Fonte: Abecip (2012).

5 Conclusão

Há muito a se fazer e o potencial de crescimento ainda é real e animador, podendo contar com a tendência de desaceleração dos preços dos imóveis, a disponibilidade de acesso ao crédito crescente pelo sistema brasileiro de poupança e empréstimo e FGTS, aumentos constantes da renda real acima da inflação, diminuição nas taxas de juros e a determinação em os agentes desejarem morar melhor e achar que isto é viável. Sem dúvidas, isso dinamizará o futuro crescimento da economia brasileira ●

Notas

(1) Decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942. Até esta data, a legislação era bastante flexível e a inflação era baixa, não havendo problemas com os reajustes nos preços. Com esta lei, já influenciada pelas novas leis trabalhistas, congelaram-se os preços e dificultou-se o despejo dos inadimplentes. Houve, então, uma queda nos investimentos neste ramo em contramão com o aumento da demanda devido ao aumento da população (INFOMONEY, 2003).

(2) Desde os primeiros anos da criação do SFH, implicações políticas de queda dos salários devido a flutuações na economia diminuía a capacidade de pagamento do mutuário gerando aumento na inadimplência e descompassos contábeis causados por políticas anti-inflacionárias, resultando em baixo crescimento na economia e baixos salários reais. Porém, houve aumento nas prestações prejudicando os mutuários. Criou-se, portanto dois mecanismos: um era o Plano de Equivalência Salarial, que reajustava anualmente as prestações de acordo com o aumento médio dos salários; e o outro era o Fundo de Compensação das Variações Salariais, espécie de sobreprestação mensal que foi criada para os novos mutuários a fim de financiar um fundo de compensação das variações salariais, assim quitando o saldo devedor dos remanescentes mutuários (SANTOS, 1999).

(3) Os principais atuantes nas construções de casas populares eram as Cohab. Existiam também as cooperativas habitacionais, institutos de caixas de pensão que juntamente com as Cohab, eram definidas como agentes operadores do SFH.

(7) Nestes dois casos, além do comprovante de renda, tem-se que apresentar o imposto de renda de pessoa física.

(8) Securitização: criada nos anos de 1970 pelo mercado financeiro internacional como prática de estruturar e vender investimentos negociáveis vendido a diversos investidores um risco absorvido por somente um credor, transformando seus passivos em títulos distribuídos no mercado e não mais com empréstimos. É uma grande saída para países cujo déficit habitacional é grande, afinal, o SFH não tem condições de levantar um volume de capitais suficiente para financiamentos em série. O SFI ajudou as empresas construtoras, incorporadoras e instituições financeiras voltadas para o setor. Neste caso, a securitização é a vinculação destes créditos a diversos títulos de créditos e recebíveis. O prazo do investimento é igual ao prazo do financiamento, o que inibe a entrada de investidores autônomos (ALVES, 2005).

(9) Um grande problema apresentado é a baixa liquidez do mercado secundário, ou seja, não existe, efetivamente, um mercado forte de compra e venda normal do mercado de ações com os certificados imobiliários após a sua emissão. Isto porque os adquirentes de certificados costumam mantê-los até o final do prazo de vencimento.

(10) Segundo Sorima Neto (2013), as aplicações em fundos de investimentos imobiliários cresceu mais de três vezes de 2011 para 2012, chegando a 95 mil investidores.

Referências

ACIONISTA.COM.BR. Investimentos. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/investimentos/040510_cri.htm>. Acesso em 20 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP. A revolução do crédito imobiliário 1967/2011. São Paulo: Abecip, 2012.

ALVES, Paulo Roberto Rodrigues. O desenvolvimento do sistema financeiro imobiliário e da securitização de recebíveis imobiliários na redução do déficit habitacional brasileiro. 2005. 79 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

BRASIL. Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937. Diário Oficial da União, 13 dez. 1937, retificado no D.O.U. 17.12.1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1058.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.598, de 20 de agosto de 1942. Diário Oficial da União, 21 ago. 1942. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4598&tipo_norma=DEL&data=19420820&link=s>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997. Diário Oficial da União, 21 nov. 1997, retificado no D.O.U. de 24 nov. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9514.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. lei n. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. Diário Oficial da União, 14 fev. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10188.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2007. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. Um milhão de casas para os brasileiros. 2009. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/popup/resources/hotsite_mcmv_25062009.swf>. Acesso em: 07 out. 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. Demanda habitacional no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/habitacao/mcmv/habitacao_urbana/ate5000/index.asp>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. Cartilha Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/Cartilha_MCMV.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

GIRARDI, P. E. O rural e o urbano. Presidente Prudente: 2008. Disponível em: <http://www.geo.uel.br/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

INFOMONEY. Lei do Inquilinato: ruim para proprietários e pior para inquilinos – 2003. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/imoveis/noticia/137540/lei-inquilinato-ruim-para-propriet-aacute-rios-pior-para-inquilinos>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Séries estatísticas. 1902-2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 mar. 2013

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. As políticas federais de desenvolvimento urbano em 1988. Brasília: Ipea, 1989.

IPEADATA. Social: temas. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

MOROOKA, T. O crédito imobiliário pesa cada vez mais no PIB. Revista SFI, n. 37. p. 8-14, 2012.

PASTERNAK, Suzana. O estado de São Paulo no Censo 2010. Observatório das Metrópoles. 2010. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_2010_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2013..

SACHS, Céline. São Paulo, políticas públicas e habitação popular. São Paulo:Edusp, 1999.

SANTOS, C. H. M. Políticas federais de habitação no Brasil. Texto para discussão, Brasília, n. 654, 1999. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1349872065.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SORIMA NETO, João. Renda fixa com jeitinho de renda variável. O Globo, 31 mar. 2013. [on line]. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/renda-fixa-com-jeitinho-de-renda-variavel-7992605>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Queiroz (Org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan; IPPUR/UFRJ-FASE, 2000. p. 153-174.

MOVIMENTO QUILOMBOLA DO PIAUÍ: participação e organização para além da terra

Por Daniely Monteiro Santos* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: Os movimentos sociais na sociedade contemporânea vêm assumindo uma complexidade crescente e uma riqueza organizativa destacável. O objetivo principal deste artigo é apresentar uma reflexão sobre as experiências do movimento quilombola no Piauí, iniciado no final da década de 1980 e fortalecido nos últimos 10 anos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Movimento quilombola. Cidadania.

1 Introdução

Os movimentos sociais no Brasil contemporâneo caracterizam-se por complexidade crescente e pluralidade organizativa; dentre eles, destaca-se a articulação política de populações tradicionais, a exemplo dos remanescentes de escravizados organizados como movimento quilombola. Objetiva-se neste artigo apresentar a trajetória do movimento quilombola no Piauí, iniciado no final da década de 1980 e fortalecido nos últimos 10 anos, que contribuiu para ampliar a discussão de questões pertinentes à luta dos povos quilombolas na definição de políticas públicas no estado, tais como territorialidades, identidades, cidadania e regularização fundiária.

A criação, em 1990, de uma coordenação estadual de comunidades quilombolas fortaleceu a luta pela posse da terra, a busca pela garantia de institucionalização de seus direitos sociais e a elevação de identidades negras em cerca de 170 comunidades quilombolas identificadas no estado do Piauí. A referida coordenação favoreceu a efetivação de políticas públicas de inclusão, transformando-se em um dos movimentos mais organizados do estado. A presença negra no Piauí iniciou com a ocupação do atual território, no século XVII, com a utilização de mão de obra negra escravizada para a atividade econômica predominante - a pecuária - e se mantém como referência principal nos séculos de vigência do sistema escravista.

Segundo Lima (2005), práticas senhoriais de castigos e violências simbólicas buscavam a manutenção da estabilidade dessas relações escravistas. Contudo, nesses longos anos de cativeiro, foi recorrente o processo de resistência da população negra cativa com o intuito de superação da condição de escravizados e da busca

de sua liberdade perdida. Nesse sentido, a resistência negra manifestou-se em diferentes formas. Uma delas, e provavelmente a mais comum, foi a fuga de escravizados; e foram a partir dessas fugas que, em geral, surgiram os denominados quilombos, lugares onde os escravizados refugiavam-se com o principal objetivo de assegurar sua liberdade. Para Costa (2009, p. 56) “quando o escravizado cometia o ato da fuga, colocava-se de modo ativo em relação ao seu proprietário, bem como o próprio sistema escravista, reclamando assim o direito de ser livre.”

A historiografia tradicional sobre a escravidão e a formação dos quilombos no Brasil narra, na maioria das vezes, uma trajetória de construção dos quilombos a partir da resistência através de fugas migratórias realizadas pelos escravizados. Silenciam, assim, outras possibilidades analíticas de resistência dos mesmos. Quando analisamos a trajetória de formação das comunidades quilombolas piauienses, deparamo-nos com outros processos de resistências. Através da construção histórica da memória coletiva dos moradores aquilombados, nova ferramenta de análise da formação dos quilombos piauienses emerge, como a formação de comunidades remanescentes de quilombos através de concessões e doações de terras das fazendas públicas e particulares existentes no sertão nordestino.

A construção histórica das comunidades quilombolas tem por base a memória coletiva dos remanescentes de quilombos, materializada em inúmeros espaços de memórias representados pelo cemitério, pelas casas mais antigas, pelo rio, pela seca, pelas roças, enfim, lugares de memória (NORA, 1993), que consiste na necessidade de registrar a memória coletiva construída no seio da comunidade como garantia de continuidade,

legitimidade territorial e pertencimento. Como afirma Pollak (1992), ela é essencial para manutenção e vivência em grupo, pois está ligada às construções de identidades múltiplas necessárias à coesão do grupo.

O testemunho oral dos moradores aliado à documentação disponível nos laudos antropológicos permitem uma análise sistemática do surgimento dessas comunidades. O uso da história oral como metodologia reveladora da memória quilombola torna-se fundamental e legítima, uma vez que parte desses grupos de não letrados quase não deixou registro escrito e a tradição oral revela o lugar privilegiado para o conhecimento das trajetórias desses grupos sociais. Neste sentido, pode-se registrar que negros ajudaram a estabelecer comunidades no interior do Piauí. Essas comunidades são denominadas quilombolas, cuja formação tem possibilitado a continuidade como remanescentes da luta de resistência dos negros escravizados.

2 Comunidades rurais quilombolas

Segundo Boakari (2005), as populações negras rurais são consideradas comunidades porque, em sua maioria, os habitantes (a) têm relações de parentesco e descendência comum, ou seja, escravizados, (b) mostram grande sentimento de pertencimento ao território em que vivem, (c) orientam-se por normas históricas baseadas nas influências da presença dos seus antepassados, valorizando suas identidades e a vida em grupo. Estas comunidades, reconhecidas negras rurais, ganharam uma nova identidade a partir da Constituição Brasileira de 1988, com a elaboração do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. Nele, garante-se o direito aos remanescentes das comunidades de quilombos o reconhecimento da propriedade definitiva sobre as terras que estiverem ocupando, com o dever estatal da emissão dos respectivos títulos.

Portanto, o referido artigo, quando cria o dever da titulação de terras, constrói também uma nova categoria política - remanescentes de quilombos - para as comunidades rurais negras espalhadas por todo o País. Ou seja, a partir da constituinte de 1988, o Estado garante uma existência jurídica aos povos remanescentes de quilombos, o que implica o surgimento de um sujeito constitucional específico. A partir de então, surgiu a necessidade de o conceito quilombo ser ressignificado e reinterpretado, exigindo uma leitura para além da visão historicista.

Para Fiabani (2007), atualmente os quilombos contemporâneos são considerados territórios de resistência cultural do qual fazem parte grupos étnicos raciais que se identificam. Ele identifica que são determinados como comunidades negras remanescentes de quilombos conforme os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional. Assim, no ano de 2003, o governo federal editou o Decreto n. 4887 que regulamenta, no plano constitucional, o reconhecimento das ocupações quilombolas, apresentando avanços na absorção de conceitos, como territorialidade, identidade e autorreconhecimento.

A partir de então, a legalização das terras dos remanescentes de quilombos brasileiros passa por discussões e redefinições em torno de questões como identidades e territorialidades. Quando se trata das identidades, o fator identitário levou as populações negras rurais a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem pertencimento a um grupo, a afirmarem territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas ao Estado, exigindo o reconhecimento de formas intrínsecas de acesso a terra e políticas públicas e de exercício da cidadania.

Nesse sentido, a inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas, ouvindo-os, institucionalizando sua participação e legitimando parcialmente suas demandas, em um cenário em que o fazer passou a ser de iniciativa da sociedade, que não pode esperar pelo Estado,

Torna-se mais complexa a tessitura da esfera pública [...] a política amplia-se [...] para as concepções conservadoras, elitistas, vem a exigência de admitir a co-presença de atores populares [...]; para as concepções de esquerda, vem a exigência de admitir outros referências que não o de classe[...] referenciais que implicam, igualmente numa pluralização deste sujeito (BURITY, 2005, p. 71).

Em suma, à medida que avançou o processo de democratização, depois da crise econômica instaurada na década de 1980, emergiu um crescente número de demandas e atores sociais, como o movimento quilombola, em busca de atendimento e reconhecimento. A pluralidade de identidades dos atores sociais, como dos remanescentes de quilombos, revela a necessidade de ampliação da cidadania, o reforço da malha associativa, a reconstrução dos laços de solidariedade e a reciprocidade entre indivíduos e grupos, tanto no âmbito da sociedade civil como no âmbito do Estado.

Neste sentido, a identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e de um mito de uma democracia racial. Ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. São, portanto, os ativistas negros os chamados a falar, explicar e expressar todo o saber que acumularam na construção de sua identidade negra.

Para Telles (1999), a elevação e construção de sua identidade amplia a cidadania e se faz presente a partir das reivindicações dos primeiros movimentos sociais da década de 1980. A esperança da cidadania e a generalização de direitos que essas mobilizações foram capazes de suscitar formaram uma dinâmica de negociações centrada nos conflitos e na justiça social, e não centrada no Estado. Neste sentido, a autora aponta possibilidades reais de invenção democrática, que teve resultado na descoberta de direitos e ações organizadas pela sociedade civil e reconhecidas pelo Estado. Tais possibilidades são a contratualidade entre sociedade e Estado; medidas de equidade, com políticas sociais alternativas que passaram a ser discutidas pelas organizações populares; e formas de negociação que os movimentos sociais passaram a estabelecer com governos locais e que a participação tem possibilitado uma gestão pública realmente pública.

Quando se trata das territorialidades, é necessário compreender as comunidades quilombolas como territórios de pertencimento que foram sendo construídos historicamente e politicamente através das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e tempos históricos. O processo de territorialização, como afirma Almeida (2008), é, logo, resultante de um conjunto de fatores envolvendo a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidades, e do jogo de forças em que os agentes sociais travam suas lutas e reivindicam direitos face ao Estado.

Os remanescentes quilombolas caracterizam-se por modos específicos de ser, viver e fazer. São seus territórios, os espaços de produção destas manifestações e, neste sentido, condição fundamental para a sobrevivência da própria comunidade. A territorialidade representa, portanto, o esforço de uma coletividade em ocupar, usar, controlar e identificar-se com um grupo específico. Assim, a territorialidade é entendida como uma

expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, comunidade rural, e produzido, formado por sujeitos que o redefinem no seu cotidiano.

A organização quilombola tem o diferencial de fixar-se na discussão em torno da territorialidade sob duas bases fundamentais: a herança africana, fixação de seus saberes originários, e a defesa de um território. A territorialidade é baseada na relação de parentesco, no respeito aos mais velhos, no papel de cada um dentro da comunidade, na religiosidade, nos espaços concretos e simbólicos e na manutenção e transmissão de seus costumes.

Portanto, a construção política de uma identidade coletiva em que seja possível assegurar a maneira estável do acesso a recursos básicos resulta, deste modo, em uma territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas dos remanescentes de quilombo por acesso a terra e a políticas públicas de inclusão social. Com a regularização fundiária, as comunidades passaram a reivindicar, além do título da terra, o acesso a várias políticas públicas do governo federal destinadas aos remanescentes de quilombo, como abastecimento de água, estrada, eletrificação, serviços de saúde, saneamento básico e educação; direitos básicos para o exercício da cidadania.

3 A luta pela regularização da terra

Apesar de considerar a auto-atribuição como critério da identidade quilombola, é necessário que as comunidades quilombolas busquem este reconhecimento junto ao Estado. As etapas que devem ser seguidas para a identificação, ou seja, abertura dos processos de reconhecimento enquanto comunidade quilombola, são: criar uma associação comunitária em sua comunidade, registrar em cartório, encaminhar para a Fundação Cultural dos Palmares (FCP) um documento em que se autodefinem como remanescentes de ex-escravizados e pedir o seu cadastramento para solicitar a regularização fundiária de suas terras (cf. BRASIL, 2007). Logo após a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado, a FCP encaminha a solicitação de regularização para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela delimitação e titulação das terras. Para que o mesmo inicie os trabalhos nas comunidades, elas devem apresentar a certidão de registro no Cadastro Geral de Remanescentes de

Comunidades de Quilombos, emitida pela FCP (BRASIL, 2009).

A primeira parte dos trabalhos do Incra consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território. A segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte corresponde à regularização fundiária, com a saída de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada (BRASIL, 2009).

Segundo Assunção Aguiar, (2010), então do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (Emater-PI), as comunidades quilombolas defendem o título coletivo para o quilombo, pois a coletividade é um dos elementos de sua identidade e se estende para além da titulação. A titulação das áreas quilombolas mostra ser um processo difícil e complexo, pois envolve relações que não são somente geográficas e sim culturais, religiosas, simbólicas e políticas. Neste sentido, a constituição de um território quilombola extrapola a questão geográfica e administrativa.

Para Alberti e Pereira (2007), o movimento negro urbano contribuiu significativamente para a visibilidade da organização quilombola, ampliando-a para o espaço público. Esta visibilidade existente iniciou-se por meio de um processo histórico de lutas pela manutenção do território quilombola e por políticas públicas de inclusão nas comunidades negras rurais. Essa luta começou a mais de duas décadas, quando se institucionalizou a relação entre o Estado e as comunidades quilombolas por intermédio da FCP, ligada ao Ministério da Cultura e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, órgãos que têm como objetivo ajudar na garantia dos direitos territoriais as populações aquilombadas.

O movimento negro é entendido como um sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influenciar o governo brasileiro e seus principais órgãos com uma trajetória histórica integrante do contexto atual da organização dos

movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970. Esse reconhecimento tem possibilitado uma mudança dentro de vários setores do governo no processo de implementação de políticas públicas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

Segundo Gomes (2011), enquanto sujeito coletivo e político, esse movimento é visto como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem interesses, expressam vontades e constituem-se identidades, marcados por interações e processos de reconhecimento recíprocos. O movimento negro, portanto, inserido num contexto de uma sociedade determinada pelo racismo, pauta a necessidade de negar a história oficial e contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil; assim se distinguem dos demais movimentos sociais e populares.

Um dos setores do governo criado neste contexto foi a FCP, que é uma instituição pública federal, criada em 22 de agosto de 1988, pela lei n. 7.668, em resposta às pressões do movimento negro organizado no Brasil que lutava pela oportunidade de contribuir para uma mudança mais rápida da realidade discriminatória e excludente da sociedade brasileira. Logo depois de criada, ela tomou para si o combate à intolerância racial no Brasil, além de potencializar a participação da população afro-brasileira no processo de desenvolvimento do País; sua principal função, portanto, é o reconhecimento das terras quilombolas, além de conduzir o processo de formulação de políticas públicas que atendam às demandas e especificidades dos povos remanescentes de quilombos (BRASIL, 2013).

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi criada pelo governo federal no dia 21 de março de 2003. Sua criação é mais um reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro; sua missão é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país e, dentre seus principais objetivos, podemos destacar: a promoção da igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra; acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios, especialmente o Ministério de Desenvolvimento Agrário, e outros órgãos do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial, articulando e promovendo a execução de programas de cooperação com organismos

públicos e privados, nacionais e internacionais (BRASIL, 2005).

4 Organização quilombola no Piauí

A organização quilombola em âmbito nacional surgiu a partir do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que é hoje um dos mais ativos agentes do movimento rural no Brasil. “Unidos pela força da identidade étnica, os quilombolas construíram e defendem um território que vive sob constante ameaça de invasão.” A partir da década de 1990, configura-se uma articulação própria quilombola com contornos nacionais. Em 1995, foi realizado em Brasília, de 17 a 20 de novembro, o I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (TERRA DE DIREITOS, 2011, n.p.).

Em maio do ano seguinte, foi criada a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em Bom Jesus da Lapa (BA). Ela ainda não possui personalidade jurídica; seu trabalho consiste em diferentes formas de organização: associações, coordenações e conselhos. Os objetivos da Conaq são “lutar pela garantia do direito a terra [e] pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades, preservar os costumes, a cultura e a tradição entre as gerações [das populações quilombolas]”, propor políticas públicas, “levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, sua história e cultura em harmonia com o meio ambiente.” (MDA, 2004, p. 54-55).

O movimento negro junto com o movimento quilombola fazem parte de um mesmo contexto de lutas pelo alcance do reconhecimento, redistribuição e representação política na esfera pública para os negros no Brasil. Assim, no Piauí, o movimento quilombola surgiu em meados de 1988 - época em que todos negavam a existência de quilombos no estado - com a necessidade de melhorias das condições de vida das populações negras que viviam isolados no interior. Nomes como Seu Andreino, Negro Bispo, Naldinho, Maria Rosalina e Oswaldina dos Santos surgiram com o objetivo de alavancar discussões e lutas para as populações quilombolas (BATISTA, 2010).

Os trabalhos nas comunidades quilombolas piauienses iniciaram com a influência da Igreja Católica, em 1985, realizando trabalhos de identificação das comunidades, introdução política

e religiosa, evangelizando e organizando os vários núcleos de trabalhadores a fim de discutir e propor soluções para diversos problemas sociais que afligiam as comunidades rurais. Neste período, houve a entrada do movimento social negro no meio rural, criando um vínculo entre esses últimos atores e as comunidades negras, o que foi essencial para a organização e surgimento do movimento quilombola do Piauí (SANTOS, 2006).

No início da organização quilombola do Piauí, um dos primeiros pontos que se privilegiou no trabalho com as comunidades foi a valorização da cultura negra, desenvolvido a partir da década de 1990 pelo Grupo Coisa de Negro, de Teresina. O grupo foi responsável pela introdução de novos militantes voltados para o fortalecimento cultural e artístico nas comunidades. Com as iniciativas de Ruimar Batista, Assunção Aguiar, Lúcia Araújo, Halda Regina, Deputada Francisca Trindade (*in memoriam*), entre outras pessoas, utilizaram-se da cultura negra para mobilizar e sensibilizar as comunidades quilombolas. Outros temas foram paralelamente trabalhados a exemplo da participação da mulher na organização das comunidades e a elevação da identidade quilombola com a formação política (AGUIAR, 2010).

O movimento negro de Teresina, na figura de Ruimar Batista, Amparo Aguiar, Áureo João e outros militantes, iniciou, neste período, um processo de formação de uma coordenação de lideranças quilombolas e, logo após, a criação de um núcleo de articulação estadual com o objetivo de incluir os debates sobre consciência negra, identidade quilombola, reconhecimento de sua raça negra e de sua religião, além de formação política para os moradores das comunidades quilombolas do estado (BATISTA, 2010).

Como resultado deste processo, despertou nas comunidades rurais o desejo por lutar pela causa quilombola: liberdade e terra. Assim, iniciou-se a criação de sindicatos e associações comunitárias nas comunidades com o objetivo de desenvolver, política e socialmente, a implementação de políticas públicas que atendessem às necessidades reais das comunidades quilombolas.

Podemos concluir que a partir da criação da coordenação estadual das comunidades quilombolas do Piauí, no final da década de 1990, ocorreu uma maior relação entre o Estado e as comunidades, bem como uma articulação maior com o movimento nacional. Através disso, a identificação dos quilombos, os trabalhos de

formação e as políticas públicas adquiriram mais eficácia e efeito, melhorando as condições de vida e ampliando o acesso às políticas públicas nas comunidades quilombolas, como, por exemplo, projetos de desenvolvimento cultural e social ligados à Petrobras, inventários de mapeamento das comunidades quilombolas e de suas manifestações culturais, realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, projetos de assistência à agricultura familiar, realizados pela Emater e Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc), dentre outros.

Pensando nas especificidades do meio rural, surgiram projetos iniciais introduzidos nas comunidades quilombolas no Piauí. Um deles foi o projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Ater) no quilombo. Este projeto é financiado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO), pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar/Fome Zero, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Emater-PI. Ele, o projeto, tem por objetivo o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas através de projetos nas áreas de caprino e ovinocultura, galinha caipira, apicultura, horta orgânica e comunitária, algodão, mamona e outras áreas que a comunidade demandar. Além de realizar um trabalho de assistência técnica e ações na área social, como cursos sobre afrodescendência, cultura negra, associativismo, cooperativismo, segurança alimentar dentre outros (PIAUI, 2010).

Segundo dados do Emater-PI (PIAUI, 2010), o projeto atuou em 67 comunidades quilombolas das regiões de Picos e Paulistana, envolvendo cerca de 40 técnicos do Emater, da Fundação Cultural do Estado do Piauí, Sasc, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Grupo Afro Cultural Coisa de Nego, Núcleo de Pesquisas sobre Africanidades e Afrodescendentes da Universidade Federal do Piauí (Ifaradá) e educadores populares das comunidades.

Hoje, temos no Piauí 172 comunidades quilombolas que são reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Emater, com apoio da ONU/FAO, apoiada pela Secretaria Nacional de Igualdade Racial (SOUSA, 2013).

Outro exemplo de projeto implementado em comunidades quilombolas é o caso do Quilombo Salinas, localizado no município de Campinas do Piauí. Conforme Ferreira (2012), as manifestações culturais da comunidade são alvos de projetos de

incentivos culturais realizados pela Petrobras. Manifestações como samba de cumbuco, capoeira de quilombo e reisados são tradições da comunidade passadas de geração a geração, responsáveis pela preservação cultural dos moradores de Salinas. Com o dinheiro proveniente dos projetos e investido na comunidade são criados oficinas e projetos de manutenção da cultura negra africana dentro da comunidade, tais como corte e costura, computação, oficina de violão e batuque e estética africana. Atualmente, devido à forte atuação e participação do movimento quilombola piauiense, temos na Conaq duas representantes, Maria Rosalina dos Santos, do quilombo Tapuio, em Queimada Nova, e Cleane Silva, do quilombo Salinas, em Campinas do Piauí, ambas levando o grande desafio de transmitir para outras comunidades a importância da valorização e percepção enquanto ser negro e quilombola.

5 Conclusão

Embasados na reflexão de Flávio dos Santos Gomes (2003) a despeito da sociedade escravista que se impôs sobre nosso país, observamos que os cativos e outros segmentos sociais constituíram-se como sujeitos de suas próprias vidas e histórias. As lutas contemporâneas, tanto nas cidades como no caso estudado, nas áreas rurais representam nada mais do que o desdobramento desse processo contra a exclusão social.

As comunidades quilombolas cada vez mais procuram forjar significados que legitimem sua busca por liberdade. Seja no século XIX seja na contemporaneidade, buscam sua liberdade sob a forma de aquilombamento, que se caracteriza como protestos reivindicatórios, ora para que não fossem vendidos ou transferidos, ora para a manutenção na terra com condições de dignidade.

Os quilombolas, historicamente, vivem em busca de sua liberdade e luta por transformações em suas vidas. O desejo desta população parece ir além das políticas públicas; ela busca reconstrução de sua história, articulando as lutas pelo acesso, direito à propriedade da terra e a continuidade de sua cultura originária. A recuperação da história dos quilombos é um capítulo importante para a luta em torno do acesso a terra e de conquista de cidadania. Trata-se, portanto, de um capítulo da história de um país que se apresenta como estado democrático de direito voltado a garantir a dignidade e o respeito à diversidade étnico-racial de seu povo ●

Referências

- AGUIAR, A. *Organização das comunidades quilombolas no Piauí*. Entrevista concedida a Daniely Monteiro. Teresina, Piauí, 24 nov. 2010.
- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. *Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos*. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.
- BATISTA, R. *Organização das comunidades quilombolas no Piauí*. Entrevista concedida a Daniely Monteiro. Teresina, Piauí, 25 nov. 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília: SEPPPIR, 2005.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares - FCP. Portaria n.º 98, de 26 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/portarias/2007/PCT%20Portaria%20no%2098-%20de%2026%20de%20novembro%20de%202007.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2013.
- BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 21 out. 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/doc/id=136>>. Acesso em: 13 set. 2010.
- BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. *O que é*. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- BOAKARI, M. F. *Comunidades negras rurais no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2005.
- BURITY, J. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D. B.; MELO, M. A. (Org.). *Desenho institucional e participação política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- COSTA, F. R. *Escravidão e conflitos [manuscrito]*. 2009. 61 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.
- FERREIRA, M. V. *Organização das comunidades quilombolas no Piauí*. Entrevista concedida a Daniely Monteiro. Teresina, Piauí, 10 jul. 2012.
- FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo, 2007.
- GOMES, F. S. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil. *Política & Sociedade*, Santa Catarina: v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.
- LIMA, S. O. *Braço Forte*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. *Contextualização e mapeamento das propostas, projetos e programas de educação do campo das entidades participantes do grupo temático*. Brasília: MDA, Condraf, 2004.
- NORA, P. Entre a memória e a história. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PIAÚÍ. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí - Emater-PI. *Projeto Ater no Quilombo*. 2010. Disponível em: <http://www.emater.pi.gov.br/download/200605/EMATER23_800a2e85ba.doc>. Acesso em: 07 mar. 2013.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- SANTOS, C. A. B. P. *Quilombo Tapuio (PI)*. 2006. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SOUSA, A. J. Marcação e demarcação de identidades e territórios de quilombolas. Teresina: [s.n.], 2013. (mimeo).
- TELLES, V. S. Sociedade civil e espaço público: os caminhos (incertos) da cidadania no Brasil atual. In: TELLES, V. S. *Direitos sociais afinal dos que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 135-168.
- TERRA DE DIREITOS. *CONAQ realiza marcha nacional em defesa dos direitos dos quilombolas*. 01 nov. 2011. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/agenda/conaq-realiza-marcha-nacional-em-defesa-dos-direitos-quilombolas/>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

* Aluna do Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e membro Grupo de Pesquisa da Escravidão à Autogestão (dannymanteiro@hotmail.com).

** Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em História do Brasil na UFPI. Doutor em História do Brasil na UFPI. (s.olima@bol.com.br).

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA A CERA DE CARNAÚBA: comparação entre preços mínimos e preços de mercado das safras de 2003/2004 - 2011/2012

Por Vera Lúcia dos Santos Costa*, Taffarel Francisco Oliveira Soares**
e Jaíra Maria Alcobaça Gomes***

Resumo: O objetivo geral é analisar a política de garantia preços mínimos para a cera de carnaúba nas safras de 2003/2004 - 2011/2012. Especificamente, objetiva-se identificar a metodologia para a fixação do preço mínimo da cera de carnaúba e analisar o comportamento dos preços mínimos e de mercado. Os fatores que determinam o preço o mínimo são os custos de produção, o preço de mercado e o preço de paridade.

Palavras-chave: Carnaúba. Cera. Política de garantia de preços mínimos.

1 Introdução

A cera de carnaúba, produzida a partir do pó cerífero, tem grande demanda em decorrência de suas características físico-químicas, permitindo-lhe ampla aplicabilidade industrial. Os estados em que há produção de cera de carnaúba são o Piauí, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Constituem o mercado da cera de carnaúba o interno (mercado brasileiro) e o externo (mercado mundial), contudo, a maior porcentagem da produção de cera destina-se ao mercado externo, ficando os produtores à mercê da conjuntura econômica global. Em decorrência disto, os preços da cera oscilam tanto no mercado interno como no externo, sendo necessária a intervenção do governo por meio de uma política que estabilize os preços. Para atingir esse objetivo, foi criada, no Brasil, em 1943, a política de garantia de preços mínimos (PGPM) por meio da Comissão de Financiamento da Produção.

No caso da cera carnaúba, as primeiras intervenções nos preços ocorreram nas safras de 1951/1952, de 1952/1953 e de 1961/1962. Só a partir da safra de 1970/1971 foi que, definitivamente, a cera de carnaúba passou a ser amparada, permanentemente, pela PGPM (CASADIO, 1980). A mudança seguinte ocorreu a partir da safra de 2008/2009, quando a PGPM contemplou, também, produtos da sociobiodiversidade; e a política foi desdobrada em uma nova modalidade denominada de PGPM-Bio. A PGPM-Bio é resultado do plano nacional de

promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, o qual estabeleceu, em seu terceiro eixo de ação, a estruturação e o fortalecimento de mercados que seriam conseguidos por meio de estudos e pesquisas sobre os mercados desses produtos, capacitação dos agentes da cadeia produtiva, ampliação das linhas de crédito para comercialização, ampliação do acesso ao mercado, divulgação e promoção desses produtos, desenvolvimento e implantação de mecanismos de avaliação de conformidade e adequação do marco regulatório às especificidades dos produtos (MDA; MMA; MDS, 2009).

Conforme a temática aqui desenvolvida, cabe ressaltar que um dos meios para realizar essa meta é a ampliação do número de produtos contemplados na PGPM-Bio. Os produtos enquadrados nessa política são: babaçu (amêndoa), açaí (fruto), borracha natural, castanha-do-brasil, baru, carnaúba (pó cerífero e cera), pequi (fruto), piaçava (fibra), mangaba e umbu.

A pesquisa baseia-se nos estudos sobre a PGPM para o pó e cera de carnaúba de Casadio (1980), D'Alva (2004), Cerqueira, Gomes e Silva (2011); bem como no estudo da cadeia produtiva da cera de carnaúba de Gomes, Santos e Silva (2006) e no estudo sobre extrativismo da carnaúba de Alves e Coêlho (2008).

Este estudo é resultado do projeto de pesquisa intitulado "Eficiência e eficácia da política de

garantia de preços mínimos para o pó e cera de carnaúba”, desenvolvido no período de agosto de 2011 a julho de 2012, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O objetivo geral desse artigo consiste em analisar a PGPM para a cera de carnaúba nas safras de 2003/2004-2011/2012. Especificamente, objetiva-se: identificar os critérios de fixação do preço mínimo da cera de carnaúba e analisar o comportamento dos preços mínimos e de mercado.

Para tanto, a seção seguinte discorre sobre a intervenção do governo no mercado de produtos agrícolas, com uma breve caracterização do mercado da cera de carnaúba e da PGPM; em seguida, tem-se os procedimentos metodológicos, a comparação dos preços mínimos e de mercado da cera de carnaúba e conclusão.

2 Intervenção do governo no mercado: a necessidade de estabilizar preços

Conforme a teoria econômica clássica, o mercado funciona bem quando não há intervenção de agentes externos; as forças de mercado, compradores e vendedores sempre encontram um ponto de equilíbrio; e a ação de qualquer agente estranho ao mercado altera esse ponto desejável. Contudo, o mercado falha, o que torna necessária a existência de uma mão visível que o conduza para o ponto de equilíbrio. Para que haja esse equilíbrio de mercado, é necessário que a concorrência seja perfeita - grande quantidade de produtores e de compradores - quando, na realidade, o mercado que mais se aproxima da concorrência perfeita é o de produtos agrícolas, na condição *coeteris paribus* de não haver nenhum acontecimento extraordinário, como mudanças no clima, aumento de chuvas ou redução destas e outros (EATON; EATON, 1999).

Conforme a teoria da microeconomia (EATON; EATON, 1999), no mercado perfeitamente competitivo, o preço é determinado num ponto em que a quantidade ofertada é igual à demanda, resultando num preço de equilíbrio. Em preços mais elevados que estes, os produtores aumentam as quantidades ofertadas, porém, essa ação se refletirá no preço que tende a baixar. É neste momento que entra o governo com a política de suporte de preços, com o objetivo de, ao aumentar a quantidade ofertada, manter o preço do produto nesse mercado competitivo.

Há alguns fatores que justificam a intervenção do governo nos preços dos produtos e é em função

desses fatores que os governos de diversos países subsidiam sua produção agrícola. Segundo McConnell e Brue (1990), tais fatores são problemas relacionados ao curto prazo - flutuações ano a ano dos preços e rendas agrícolas - e ao longo prazo - declínio do setor agrícola. Segundo os autores, “o problema agrícola de curto prazo é o resultado (1) de uma demanda inelástica por produtos agrícolas, combinada com (2) flutuações na produção agrícola e (3) de deslocamento da curva de demanda por produtos agrícolas” (McCONNELL; BRUE, 1990, p. 329).

A fim de se proteger das flutuações dos preços, a partir da segunda metade do século XX, formaram-se grupos (*lobbies*) bem-sucedidos de agricultores no Brasil, Estados Unidos e outros países, inclusive os da Europa, com o objetivo de conseguir um suporte de preços para uma série de produtos agrícolas junto ao governo (EATON; EATON, 1999). Nessa concepção, o governo pode atuar por meio de dois programas genéricos: programas de estoques reguladores e programa de subsídio de preços. No primeiro, há a compra do produto a um preço de suporte determinado e armazenamento de toda quantidade adquirida. No segundo, o governo pagaria aos produtores agrícolas um subsídio por unidade produzida igual à diferença entre o preço de suporte designado e o preço pelo qual o produto fosse efetivamente vendido no mercado.

No Brasil, a intervenção governamental na agricultura iniciou-se com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que tratava de questões relacionadas ao financiamento; e com criação da Comissão de Financiamento da Produção, em 1943, para garantir preços na comercialização de produtos (GRAMACHO, 1993).

Lucena e Souza (2001), ao analisar a política agrícola e o desempenho da agricultura brasileira no período de 1950 a 2000, fizeram um panorama da política agrícola brasileira realizada nesse período. Segundo os autores, nas décadas de 1950 a 1970, o governo brasileiro preocupou-se em melhorar a infraestrutura de comercialização, especialmente por meio de investimentos em transporte e armazenamento e na modernização do setor agrícola, por meio de subsídios à importação de insumos modernos, ao crédito rural e à ampliação do sistema de assistência técnica. Para tanto, na década de 1960, implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural.

Em função desta política, juntamente com o crescimento da demanda interna e externa, a agricultura cresceu aproximadamente 66% na década de 1970 (LUCENA; SOUZA, 2001). Contudo, no final dessa mesma década, a política de crédito rural deteriorou-se em função dos desequilíbrios macroeconômicos internos. A consequência de toda essa conjuntura foi a mudança de foco na política agrícola e, desse modo, o governo passou, então, a dar prioridade à política de preços mínimos, pela qual o governo assegura uma renda mínima ao produtor rural e protege o setor agrícola das oscilações de preços, acentuadas na época de comercialização da safra, quando a oferta é maior que a demanda (LUCENA; SOUZA, 2001).

Já na década de 1990, houve uma reformulação na política agrícola brasileira. Foi nessa década que a política agrícola passou a fazer uso dos mercados futuros, nos quais os produtores se protegem de riscos e perdas financeiras causadas por variações nos preços de seus produtos; foi introduzida a securitização - alongamento das dívidas dos produtores rurais, dando a opção ao produtor de entregar em produto o valor equivalente ao refinanciamento do débito - e a adoção da política de preços mínimos associada à de gestão de estoques (LUCENA; SOUZA, 2001). Nessa mesma década, foi criado, também, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (MASSUQUETTI; SOUZA; BEROLDT, 2010).

No início da década de 2000, o governo criou o programa de modernização Moderfrota, viabilizando uma grande expansão no estoque de máquinas e implementos agrícolas e a isenção do imposto de renda sobre as atividades agrícolas (GUANZIROLI, 2006).

Em 2008, foi realizado o “Seminário nacional das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidar os mercados para estes produtos (MMA; MDA; MDS, 2009). Neste âmbito, foram inseridos produtos da sociobiodiversidade na PGPM, passando esta a ser denominada de PGPM-Bio, como já mencionado.

Observa-se o esforço do governo ao longo dos anos em apoiar o desenvolvimento do setor

agrícola através de políticas e programas que beneficiem os agentes sociais que estão na base do setor como, por exemplo, o produtor rural e o agricultor familiar.

2.1 Cera de carnaúba: caracterização do mercado e da PGPM

O estudo do mercado da cera de carnaúba compreende análises da oferta, da demanda, dos produtos substitutos e da conjuntura econômica. Entretanto, para caracterizar o mercado, fez-se apenas a identificação por meio de estudos já realizados sobre a temática como a pesquisa da Casadio (1980); o artigo de Cerqueira, Gomes e Silva (2011); o artigo de Oliveira e Gomes (2006) e o artigo de Souza, Bezerra e Gomes (2006).

A cera de carnaúba é obtida do pó cerífero por meio de processos químicos na indústria ou de forma artesanal. A produção de cera ocorre nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, os quais ofertam tanto no mercado interno como externo. Nesses estados, há várias empresas que processam de forma industrial a cera de carnaúba, concorrendo entre si. Segundo Souza, Bezerra e Gomes (2006), a concorrência entre elas chega a ser predatória, baixando o preço até certo limite, forçando o aumento da demanda somente para sua oferta.

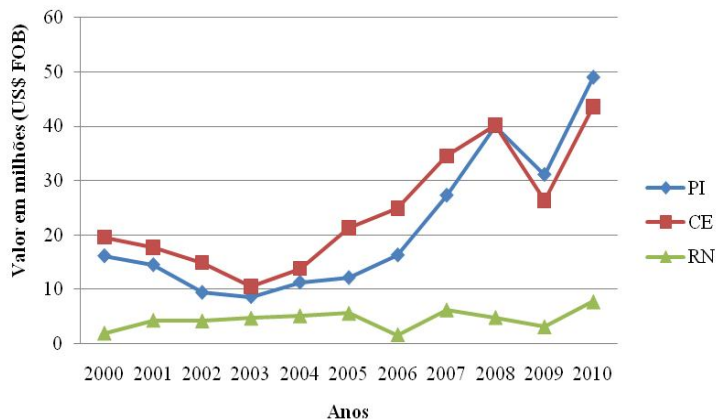
A demanda interna é formada pelas indústrias de polimentos, moldes, papel carbono, cosméticos, alimentícia e outras situadas principalmente nas regiões Sul e Sudeste; exceto os estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, na região Nordeste; Amazonas e Pará, na Região Norte; Goiás e Distrito Federal, na região Centro-Oeste (OLIVEIRA; GOMES, 2006). A demanda externa é constituída por distribuidores nos Estados Unidos e na Europa, sendo que os maiores distribuidores estão no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha. Entre os ramos industriais a que se destina a cera de carnaúba, citam-se polidores de couro, farmacêutico e material de limpeza (SOUZA; BEZERRA; GOMES, 2006). Como o número de produtores de cera de carnaúba é menor que o de compradores, estes têm o poder de negociação no mercado, de barganhar melhores preços e, conseqüentemente, têm maior influência na formação do preço do produto.

Os substitutos da cera de carnaúba, parafina, cera de candelila e cera microcristalina, segundo Casadio (1980), tinham preços mais baixos, o que ameaçava o mercado da cera de carnaúba. Citam-se ainda a cera da cana-de-açúcar, de jojoba, de

retamo, do farelo de arroz, de mirtilo, da alfafa, do cânhamo, do linho, do café, de esparto, de bambu, de cortiça de algodão, de chá e do Japão (OLIVEIRA; GOMES, 2006). Estes tipos de cera são de origem vegetal, mas existem outras que são as de origem animal, mineral e sintéticas.

Outro fator que influencia os preços da cera de carnaúba é a conjuntura econômica do período. Em momentos de crise, a demanda se retrai, tornando a oferta maior e os preços mais baixos; e, na fase de expansão da economia, os preços ficam mais altos. A cera de carnaúba, por ter sua demanda essencialmente externa, sofre as consequências da conjuntura econômica mundial (COSTA, 2011). No Gráfico 1 tem-se a variação do valor das exportações de cera de carnaúba do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte no período de 2000 a 2010.

Gráfico 1 - Valor corrente (US\$ FOB) de cera de carnaúba exportada dos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. 2000-2010



Fonte: Costa (2011)

A redução do valor exportado no período de 2001-2003 e no ano de 2009 pode ser explicada pela conjuntura econômica global. Segundo Lourenço (2003), a economia mundial sofreu um desaquecimento no período de 2000-2003, sendo explicado pela reversão do *boom* acionário da nova economia dos Estados Unidos, causando retração do comércio internacional; pela recessão japonesa que foi alimentada pelos créditos podres do seu sistema financeiro; e pela crônica estagnação da União Europeia. Embora o preço das *commodities* tenham se elevado de forma geral no ano de 2003 (MENEZES et al., 2010), o preço médio da cera no mercado externo reduziu em relação aos anos anteriores. No ano de 2008, ocorreu a crise econômica mundial que ocasionou a retração de todo o setor exportador brasileiro. Como a cera de carnaúba é um produto dependente do mercado externo, sendo empregado largamente na

composição de produtos de empresas multinacionais, o setor produtivo teve, com a crise econômica, sua demanda reduzida.

Com as desestabilizações do mercado, afetando o preço da cera de carnaúba, conseqüentemente afeta a oferta do produto, cuja base de sua produção provém do extrativismo do pó cerífero. A indústria de cera de carnaúba reduz a demanda por essa matéria-prima, atingindo o lucro da produção dos extrativistas. Daí provém a necessidade de intervenção do governo, dando suporte ao preço do produto.

A cera de carnaúba foi enquadrada nas seguintes políticas: financiamento, executado por meio da Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil, a partir de 1948; aquisição de excedentes da produção por meio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil; e fixação de preços mínimos por meio da Comissão de Financiamento da Produção (CASADIO, 1980).

Inicialmente, a fixação de preços mínimos pelo governo tinha por objetivo estabilizar os preços da cera de carnaúba no mercado externo; depois, passou a ter outra justificativa, a garantia de renda aos produtores. Casadio (1980) cita que as premissas para formalização da política de renda, conforme trabalhos feitos sobre a cera de carnaúba no início de 1979 eram: (a) queda sucessiva no consumo de cera de carnaúba decorrente principalmente de diminuição de seus usos (indústrias de papel carbono e polimento) e sua substituição por ceras artificiais (montana e microcristalina) e outros produtos sintéticos; (b) existência de dois mercados principais para a cera de carnaúba: produtos cosméticos com demanda inelástica e papel carbono com demanda elástica; (c) os substitutos da cera de carnaúba têm preços menores e regularidade de abastecimento; e (d) custo de oportunidade nulo, pela inexistência de outra atividade alternativa na entressafra de outras culturas.

O primeiro estudo específico sobre a PGPM para a cera de carnaúba foi realizada por Casadio (1980). A autora analisou a eficiência desta política por meio dos seguintes indicadores: exportações de cera, emprego e distribuição de renda. O segundo que também tratou do tema foi o de D'Alva (2004), ao abordar o extrativismo da carnaúba no Ceará. O terceiro foi publicado por Cerqueira, Gomes e Silva (2011). Estes autores fizeram uma análise da influência da PGPM sobre os preços de mercado do pó e cera de carnaúba. Este estudo

concluiu que o principal problema para a operacionalização da PGPM é a falta de informação dos extrativistas em relação à política e que a PGPM não influi no preço de mercado do pó e cera de carnaúba.

O mercado da cera de carnaúba é caracterizado por uma pequena demanda interna concentrada na região Sul e Sudeste e demanda externa que absorve mais da metade da produção, sendo que os maiores compradores estão nos Estados Unidos, Japão e Alemanha. A cera de carnaúba concorre com outras ceras que, no entanto, não são substitutos perfeitos. A conjuntura econômica também influencia o mercado de ceras, afetando sua demanda.

3 Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, é analisada a PGPM nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, nos quais há produção de cera de carnaúba.

Para verificar os critérios de fixação do preço mínimo da cera de carnaúba, fez-se a análise do decreto-lei n. 79, de 19 de dezembro de 1966; e revisão bibliográfica do trabalho Moura (2005).

A pesquisa utilizou dados secundários referentes ao preço de mercado da cera de carnaúba, fornecido pela gerente de produtos da sociobiodiversidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ianelli Loureiro (2012), por meio de correio eletrônico; e preço mínimo da cera de carnaúba divulgado pela Conab, Título 47 - Normas específicas de cera de carnaúba - safra; e Diário Oficial da União. Além disso, fez-se visita técnica à Conab e foi realizada uma oficina sobre a PGPM para o pó e cera de carnaúba em março de 2012 com produtores e técnicos da Conab na Universidade Federal do Piauí, *campus* de Parnaíba, no dia 30 março de 2012.

A cera de carnaúba é classificada em grupos e tipos. Os grupos são cera bruta - obtida do pó cerífero em fusão com água ou extração com solventes orgânicos e é feita de forma artesanal - e cera refinada - obtida a partir da cera bruta por processos físicos e/ou químicos para a melhoria da qualidade, sendo produzida na indústria -, ambas são provenientes do pó cerífero do tipo A (olho) e do tipo B (palha). A cera bruta é classificada em três tipos: cera olho - extraída do pó olho e apresenta coloração amarela; cera gorda - extraída do pó palha e apresenta coloração de marrom escura a preta; cera arenosa - extraída do pó palha e apresenta coloração cinza (BRASIL, 2004). A cera

refinada pode ser centrifugada, filtrada e clarificada, sendo classificada em cinco tipos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Grupos e tipos de cera de carnaúba dos grupos cera bruta e cera refinada

Pó	Cera bruta	Cera refinada
A	Olho	Prima 1 ou filtrada amarela
B	Gorda	Média 2 ou filtrada extra gorda Clara 3 ou filtrada gorda
	Arenosa	Bruma 4 ou filtrada cinza Negra 5 ou centrifugada cinza

Fonte: Brasil (2004)

Os preços de mercado da cera de carnaúba fornecidos pela Conab foram: cera tipo 1 e tipo 3 do Piauí; cera tipo 1, tipo 4 e tipo 5 do Ceará; e cera tipo 1 e tipo 4 no Rio Grande do Norte.

4 Comparação de preços mínimos e de mercado da cera de carnaúba nas safras de 2003-2004 a 2011-2012

Segundo Moura (2005), os critérios utilizados para a determinação do preço mínimo são o custo de produção; preço pago ao produtor; preço no atacado e preço de paridade; e importação e exportação. O custo de produção inclui, também, gastos com escoamento.

Em 2009, a Conab fez uma revisão da metodologia dos cálculos de custos de produção, a qual serve de base para a fixação do preço mínimo. O objetivo era atualizá-la a fim de evitar a defasagem dos cálculos (CONAB, 2010a). Isso fez com que a PGPM para a cera de carnaúba fosse mais condizente com a realidade.

De acordo com a pesquisa de Santos et al. (2006), realizada no período de maio de 2003 a setembro de 2004 nas empresas do Piauí, a estimativa do custo unitário da produção de cera de carnaúba, incluindo os custos de escoamento, variava de R\$ 3,42 a R\$ 6,68, sem especificar o tipo de cera. Já a pesquisa de Alves e Coêlho (2008) estimou o custo de produção da cera de origem nos anos de 2005 e 2006 no Ceará, sendo que o custo unitário foi de R\$ 1,88. Neste caso, estão inclusos os custos com a matéria-prima, no entanto, omite os custos com o escoamento da produção, ressaltando-se que o produtor de cera também faz a extração do pó cerífero.

Cabe destacar que a cera produzida na indústria, ao agregar valor, possui custo de

produção maior que a cera produzida artesanalmente, sem uso de máquinas ou qualquer produto tecnológico. De acordo com Moura (2005), o coeficiente técnico mais relevante do custo de produção é a mão de obra; e o critério de maior peso na determinação do preço mínimo da cera de carnaúba é o preço recebido pelo produtor. Para tanto, o órgão faz levantamentos mensais junto aos produtores com o objetivo de acompanhar as oscilações do mercado. Para que a análise fosse mais detalhada, seria necessário fazer um acompanhamento da variação do custo de produção da cera ao longo do período proposto.

Os preços mínimos são fixados anualmente com antecedência mínima de 30 dias antes do início da atividade extrativa (BRASIL, 1966). Para o estabelecimento do preço mínimo, segundo o técnico da Conab, Humberto Pennacchio, segue-se o seguinte fluxo para a aprovação: (a) a Conab elabora a proposta e submete-a ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); (b) o Mapa analisa e coordena a reunião com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento; (c) após a aprovação, o Mapa prepara e encaminha a voto ao Conselho Monetário Nacional (CMN); (d) o CMN aprova; (e) o Mapa faz a Portaria; (f) a Conab prepara e divulga as normas operacionais; e (g) a Conab executa as operações. Juntamente com os preços mínimos, são definidos também os instrumentos de operacionalização e o ano de vigência para a safra.

Os instrumentos de operacionalização da política para a cera de carnaúba são: aquisições do governo federal (AGF), empréstimos do governo federal (EGF), empréstimos do governo federal sem

opção de venda (EGF/SOV) e subvenção direta ao extrativista (SPDE).

Para a operacionalização dos recursos financeiros, deve-se observar o Manual do Crédito Rural (MCR), que estabelece os limites e prazos dos recursos. Conforme o MCR, fica estabelecido o limite de 50% da capacidade anual da unidade de beneficiamento ou de industrialização e, no caso de unidades de beneficiamento ou de industrialização não veiculadas à cooperativa de produtores rurais, o valor dos créditos fica limitado a R\$ 40 milhões, respeitado o disposto no MCR 3-4-3 e o limite por tomador constante do item 9 (BACEN, 2010).

Os beneficiários de AGF são produtores rurais, associações formais de produtores rurais, cooperativa de produtores rurais e produtores. Os beneficiários de EGF/SOV incluem estes e as indústrias e beneficiadores (BRASIL, 2002). Já os beneficiários da subvenção são extrativistas, cooperativas e associações (BRASIL, 2011). No Quadro 2, estão os preços mínimos para os tipos de cera de carnaúba e os instrumentos de operacionalização permitidos para a execução da política para as safras de 2001/2002-2011/2012.

Com a PGPM-Bio e a revisão metodológica dos custos de produção, o preço mínimo da cera de carnaúba na safra de 2009/2010 aumentou em 64,79% para a cera tipo 1 e tipo 2; 67,25% para a cera tipo 3 e tipo 4; e 37,10% para a cera tipo 5, permanecendo constante nas safras seguintes.

Quanto aos preços de mercado da cera de carnaúba, foram disponibilizados pela Conab os dados da cera tipo 1 para o Piauí, o Ceará e o Rio Grande do Norte; tipo 3 para o Piauí; tipo 4 para o

Quadro 2 - Preços mínimos nominais (R\$) para os tipos de cera de carnaúba e instrumentos de operacionalização nas safras de 2003/2004 – 2011/2012

Políticas	Safras	Cera T 1 e T 2	Cera T 3 e T 4	Cera T 5	Instrumentos de operacionalização
PGPM convencional	2003/2004	5,05	2,90	...	-
	2004/2005	5,05	2,90	2,90	AGF
	2005/2006	5,40	3,10	2,78	AGF
	2006/2007	5,40	3,10	2,78	AGF
	2007/2008	5,40	3,92	2,78	AGF; EGF
PGPM BIO	2008/2009	5,51	4,00	2,83	AGF; EGF
	2009/2010	9,08	6,59	3,88	AGF; EGF
	2010/2011	9,08	6,59	3,88	AGF; EGF
	2011/2012	9,08	6,59	3,88	EGF; SPDP

Fonte dos dados básicos: Conab (2011). Nota: Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

Ceará e o Rio Grande do Norte; e tipo 5 para o Ceará, conforme consta na Tabela 1, que demonstra a evolução da média do preço nominal de mercado anual para os tipos de cera de carnaúba nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

No Piauí, a média do preço nominal de mercado da cera tipo 1 sofreu variações de alta e baixa. Cabe destacar a variação do período de 2006-2007, que foi a menor de todo o período analisado. Também houve variações positivas e negativas no preço médio nominal de mercado na cera tipo 3. No Ceará, a cera tipo 1 teve a menor variação no período de 2005-2006 e, depois, teve variações positivas; enquanto as ceras tipo 4 e tipo 5 tiveram tendência crescente na variação dos preços. No Rio Grande do Norte, tanto na cera tipo 1 quanto na cera tipo 4, os preços de mercado variaram positivamente.

A comparação dos preços médios nominais de mercado com o preço mínimo foi feita por safras, que compreendem o período de julho do ano corrente a junho do ano seguinte. Ao fazer a comparação dos preços médios nominais de mercado da cera tipo 1 com o preço mínimo, observou-se que, nas safras analisadas, o preço mínimo sempre se manteve abaixo do preço de mercado.

Quanto ao preço médio nominal de mercado da cera tipo 3 no Piauí, ele esteve sempre acima do preço mínimo nas safras de 2003/2004 e 2009/2010; a cera tipo 4, no Ceará, esteve abaixo do preço mínimo na safra de 2005/2006; e o da cera tipo 5, ficou abaixo do preço mínimo nas safras de

2004/2005 e 2005/2006; No Rio Grande do Norte, o preço mínimo da cera tipo 4 esteve abaixo do preço médio de mercado na safra de 2012/11.

Conforme a pesquisa de Cerqueira, Gomes e Silva (2011), realizada para as safras de 2001/2002 a 2009/2010, a Conab não foi acionada por parte dos produtores nos períodos em que os preços de mercado estiveram abaixo do preço mínimo. Segundo os mesmos autores, isto se deve à falta de informação sobre a política por parte dos produtores, mesmo que para algumas safras da cera de carnaúba o governo tenha estabelecido o limite de recursos financeiros a ser despendido com política.

Para a safra de 2002/2003, o governo estabeleceu o limite de recursos de até 60 mil reais para produtores, cooperativas e associações formais de produtores rurais para EGF de cera de carnaúba (BRASIL, 2002). Na safra 2007/2008, para os EGFs de cera de carnaúba, foram estabelecidos os limites de: 100 mil reais para agricultores familiares e produtores individuais; 100 mil reais para cooperativas de produtores que comercializem, beneficiem ou industrializem o produto livre negociação entre as partes contratantes; e 10 milhões de reais para beneficiadores e indústrias (CONAB, 2008).

A partir da safra de 2008/2009, com a PGPM-Bio, os limites dos EGFs passaram a ser determinados pelo manual do crédito rural. Segundo a Conab (2010b), a estimativa de desembolso financeiro para a safra de 2010/2011 para a cera de carnaúba (não especificado o tipo) era de 670 mil reais. O limite de recursos para a

Tabela 1 – Média anual do preço nominal de mercado (R\$) da cera de carnaúba nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. 2003-2011.

Tipos de cera/ ano	Piauí		Ceará			Rio Grande do Norte	
	Tipo 1	Tipo 3	Tipo 1	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 1	Tipo 4
2003	5,89	2,97	...	2,87	2,70
2004	7,86	4,18	10,45	3,08	2,83
2005	8,51	4,59	8,29	3,05	2,82
2006	7,65	3,78	6,87	3,29	3,07
2007	5,52	3,28	7,71	6,13	5,68
2008	8,44	6,16	8,21	7,46	7,00
2009	8,15	6,17	8,53	7,18	6,70
2010	10,16	7,78	9,95	7,17	6,75	10,58	6,32
2011	11,60	7,38	...	10,78	6,94

Fonte dos dados básicos: Conab (2011). Nota: Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

subvenção direta por extrativista, cera tipo 4, é de 1.365 reais e foi concedida para a safra de 2011/2012 (BRASIL, 2011).

5 Conclusão

Após a fixação do preço mínimo pelo governo, cabe à Conab publicá-lo no Título 47 - Normas específicas de cera de carnaúba - e operacionalizar a PGPM quando acionada. A determinação do preço mínimo leva em consideração diversos fatores que incluem custos, basicamente os custos de produção, preço de mercado e o preço de paridade.

A PGPM para a cera de carnaúba beneficia produtores individuais, cooperativas e associações formais nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Com as mudanças ocorridas a partir de 2009, revisão metodológica dos custos de produção e criação da PGPM-Bio, os preços mínimos aumentaram substancialmente, aproximando-se mais dos preços de mercado. Com a PGPM-Bio surgiu também uma nova modalidade de operacionalização, a subvenção direta ao extrativista ●

Referências

- ALVES, M. O.; COELHO, J. D. *Extrativismo da carnaúba*. Fortaleza: BNB, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Manual do crédito rural*. n. 518, 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- BRASIL. Decreto-lei n. 79, de 19 de dezembro de 1966. *Presidência da República*. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- BRASIL. Comunicado MOC nº 023, 20 de novembro de 2002. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. n. 251, 30 dez. 2002, Seção 3, p. 5.
- BRASIL. Instrução Normativa n. 34, de 30 de novembro de 2004. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. n. 230, 01 dez. 2004, Seção 1, p. 58-60.
- BRASIL. Comunicado n. 16, de 15 de julho de 2011. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. n. 137, 19 jul. 2011, Seção 3, p. 9-20.
- CASADIO, E. S. *Uma avaliação da política de preços mínimos para a cera de carnaúba*. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.
- CERQUEIRA, E. B.; GOMES, J. M. A.; SILVA, M. S. da. Política de garantia de preços mínimos e preservação na cadeia produtiva da cera de carnaúba. *Informe Gepec*, v. 15, n. 1, p. 64-81, jan./jun. 2011.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Custos de produção agrícola: a metodologia da Conab*. Brasília: Conab, 2010a.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Título 47 - Normas específicas de cera de carnaúba - safra 2010/2011. *Comunicado CONAB/MOC*, n. 24, out. 2010b.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Título 47 - Normas específicas de cera de carnaúba - safra 2007/2008. *Comunicado CONAB/MOC*, n. 2, jan. 2008.
- COSTA, V. L. S. *Indústria de cera de carnaúba*. 2011. 78 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.
- D'ALVA, O. A. *O extrativismo da carnaúba no Ceará*. 2004, 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.
- EATON, B. C.; EATON, D. F. Microeconomia: uma metodologia de trabalho. In: EATON, B. C.; EATON, D. F. *Microeconomia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 2-37.
- GOMES; J. M. A.; SANTOS, K. B.; SILVA, M. S. (Org.). *Cadeia produtiva da cera de carnaúba*. Teresina: Edufpi, 2006.
- GRAMACHO, A. A política de garantia de preços mínimos e o sistema cooperativo brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, A. II, n. 3. Edição comemorativa: PGPM 50 anos, p. 10-12, 1993.
- GUANZIROLI, C. H. Agronegócio no Brasil. *Texto para Discussão*, n. 186, 2006.
- LOUREIRO, I. S. *Preços de mercado e preços mínimos para o pó e cera de carnaúba*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <taffa_soares@hotmail.com>, em 11 jul. 2012.
- LOURENÇO, G. M. Economia brasileira. *Análise Conjuntural*, v. 25, n. 3-4, mar./abr. 2003.
- LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/00. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 180-200, ago. 2001.
- MASSUQUETTI, A.; SOUZA, O. T.; BEROLDT, L. A. instrumentos de política agrícola e mudanças institucionais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. 2010, Campo Grande, MS. *Anais...* Campo Grande, MS, 2010. p. 1-20.
- MCCONNELL, C. R.; BRUE, S. L. Agricultura: economia e política. In: MCCONNELL, C. R.; BRUE, S. L. *Microeconomia*. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990. p. 329-341.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA; MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. *Plano nacional de promoção de cadeias de produtos da sociobiodiversidade*. Plano de ação 2009. Brasília: MDA, MMA, MDS, Conab, 2009.
- MENEZES, A. M., et al. *20 anos da secex e 200 anos de comércio exterior*. Brasília, MDIC, 2010.
- MOURA, D. Cera de carnaúba. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Proposta de preços mínimos safra 2006/2007. Conab, 2005, p. 132-136.
- OLIVEIRA, A. M. S.; GOMES, J. M. A. Exigências e vantagens mercadológicas da cera de carnaúba. In: GOMES; J. M. A.; SANTOS, K. B. dos; SILVA, M. S. da (Org.). *Cadeia produtiva da cera de carnaúba*. Teresina: Edufpi, 2006, p. 85-98.
- SANTOS, K. B. et al. Os custos de produção, rentabilidade e lucratividade do pó e da cera de carnaúba. In: GOMES; J. M. A.; SANTOS, K. B.; SILVA, M. S. (Org.). *Cadeia produtiva da cera de carnaúba*. Teresina: Edufpi, 2006. p. 99-118.
- SOUZA, G. A.; BEZERRA, D. C.; GOMES, J. M. A. Os canais de comercialização internacionais da cera de carnaúba do estado do Piauí. In: GOMES; J. M. A.; SANTOS, K. B. dos; SILVA, M. S. da (Org.). *Cadeia produtiva da cera de carnaúba*. Teresina: Edufpi, 2006. p. 61-84.

* **Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPI, mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo TROPEN/PRODEMA/UFPI, ex-bolsista PIBIC/CNPq e bolsista DAAD, e-mail: eco.vera09@gmail.com.**

** **Estudante do curso de Ciências Econômicas/UFPI, bolsista PIBIC/CNPq.**

*** **Professora do PRODEMA/TROPEN/UFPI e Depto. de Economia/UFPI, Doutora em Economia Aplicada/ESALQ/USP, e-mail: jaira@ufpi.edu.br**

O PIAUÍ NA ROTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: a presença dos comerciantes franceses no Sertão oitocentista

Por Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego*

Resumo: o objetivo deste artigo é explicar de que forma comerciantes franceses, estabelecidos em Parnaíba (PI), porto exportador e importador, articularam a integração da economia do Piauí a partir do século XVIII e explicar como a economia do Piauí se articulava, por intermédio desses comerciantes franceses, ao mercado nacional, notadamente à economia do Ceará, Maranhão e Pará e à economia internacional, caso de países como a França.

Palavras-chave: Parnaíba. Comércio. Franceses.

A expansão comercial francesa no Brasil, no século XIX, foi um processo histórico articulado à evolução da própria economia francesa como um todo, mais especialmente à evolução da indústria e do comércio exterior na França, nesse período. Centrando-se a atenção na presença do capital mercantil francês no Brasil no século XIX, deve ser observado o crescimento havido na França, no decurso do chamado segundo império francês (1852-1870), mais especialmente nos anos de 1850. Para o objetivo desta pesquisa, tal constatação é fundamental, porque foram exatamente esses anos que marcaram o começo da expansão comercial francesa para o Brasil.

O desenvolvimento do sistema de transportes, especialmente o ferroviário, possibilitou um mercado nacional unificado; o desenvolvimento da navegação (em 1860, a França inaugurou sua navegação transatlântica); e a instalação de rede telegráfica que cobre toda a França, a partir de 1851, a comunicação instantânea do pensamento, acompanhando o transporte rápido das pessoas e das coisas, operava uma revolução no grande comércio - faziam parte das transformações estruturais vividas pela França e serviram de estímulo à realização de investimentos de capital e trabalho no exterior. Diante de tais condições, a tendência do comércio exterior era crescer. Nos anos de 1850 a 1860, a indústria francesa incorporou uma série de descobertas e invenções tecno-científicas fundamentais ao setor de produção. Novos procedimentos na produção de aço e o desenvolvimento da *la nouvelle blanc* (eletrometalurgia) criaram complexas inovações tecnológicas que introduziram a industrialização da França em vias totalmente novas (REGO, 2010).

Associado ao incremento da atividade industrial, verificou-se, a partir do Segundo Império, um processo de urbanização progressiva, um aumento continuado da população urbana. Paris, especialmente, teve um considerável aumento populacional. As chamadas indústrias parisienses, empregando boa parte dessa população, forneciam, nos anos de 1864 a 1868, um quarto dos artigos manufaturados vendidos no mercado externo. Nos centros urbanos, a atividade comercial crescia, dando lugar a novos e renovados agentes comerciais, que passaram a servir de intermediários, estabelecendo relações entre industriais e comerciantes e entre industriais e fornecedores de matérias-primas. Nesse contexto, ganharam importância o comissário de mercadoria e os representantes ou viajantes do comércio (REGO, 2010).

Todo esse impulso tomado pela economia francesa no período -especialmente o industrial - manifestou-se na evolução de seu comércio exterior. A intensificação da produção de mercadorias exigia mercados cada vez mais amplos. A França, assim como a Inglaterra, entrava na etapa de ampliação do capitalismo, através da conquista dos mercados externos, o que significa que o objetivo desse comércio não se restringia apenas à aquisição de mercados consumidores de mercadorias produzidas em série, mas a conquista de um mercado fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata e com disposição para as particularidades das relações capitalistas de produção. A predominância de um objetivo ou de outro foi definida no correr do processo e em função das áreas conectadas.

Sob o Segundo Império, o comércio exterior

francês atingiu índices nunca antes alcançados. As importações francesas, tomadas em seu conjunto e no correr de todo o século XIX, caracterizaram-se, essencialmente, pelas matérias-primas necessárias à indústria (como algodão, carvão, lã, seda bruta, peles, madeira) e pelos produtos alimentícios (açúcar, cereais, carnes, cacau e café). As exportações, por sua vez, estiveram baseadas nas manufaturas compostas por tecidos, objetos de luxo e decoração (os chamados artigos de Paris) e por vinhos (TAKEYA, 1995).

Para que o Brasil passasse a integrar a economia internacional, mesmo em condições desfavoráveis, em face de alguns países já plenamente integrados ao sistema capitalista de produção, foi necessário que medidas de ordem estrutural e diplomática fossem tomadas ao longo do século XIX. A integração do Brasil com o comércio internacional, com a abertura dos portos e a consequente quebra do monopólio da metrópole portuguesa, em 1808, estimulou o aumento do número de navios que frequentavam os portos brasileiros, bem como a diversificação de nacionalidades (REGO, 2010).

O comércio direto entre Brasil e França, na primeira metade do século XIX, era feito, sobretudo, através dos portos de Havre e Marselha. De Havre, a região mais industrializada e povoada da França, partia a única linha francesa de navios à vela, então existentes, para o Brasil. A França, portanto, dependia de embarcações inglesas e de outras nacionalidades para efetuar o transporte das mercadorias que circulavam em seus portos (REGO, 2010).

É importante observar as rotas de navegação comercial no Brasil no século XIX. Uma das rotas fazia-se dentro do litoral ocidental e a outra, no litoral setentrional do País. Esta última, que tinha Belém (PA) como principal porto, e, mais secundariamente, São Luís (MA) e Fortaleza (CE), era frequentada por embarcações europeias e norte-americanas através, principalmente, de rotas diretas, isto é, aquelas que, vindas da Europa ou dos Estados Unidos, dirigiam-se diretamente para os portos do Norte do Brasil, e daí retornavam para seus portos de origem sem escalas no litoral ocidental (TAKEYA, 1995).

Acompanhando a expansão comercial, ocorreu uma onda de emigração francesa para o Brasil. Esses imigrantes franceses eram dos mais variados ramos e profissões. Interessam, neste estudo, os comerciantes e as casas de comércio

que, vendendo as mercadorias francesas no Brasil e comprando matérias-primas para exportação, viabilizaram a expansão do capital estrangeiro em terras brasileiras.

Importância crescente no incremento dessa atividade desempenhou a figura do *commissionaire*, o comissário, agente descrito por Leon (apud TAKEYA, 1995) como um regulador da atividade industrial. Na França, os anos de 1850 a 1860 registraram um grande crescimento no número de comerciantes - na qualidade de comissários em mercadorias - com negócios no mercado brasileiro. Esses negociantes, em sua maioria, estabeleceram uma matriz de sua casa comercial em Paris e uma filial no Brasil. Essa casa comercial agia nos dois polos do comércio (tanto no setor de exportação como no de importação). Tal posição privilegiada permitia aos comerciantes auferir lucros da venda dos produtos industrializados franceses, e europeus de modo geral, no Brasil, assim como das matérias-primas brasileiras no mercado francês e em outros mercados externos (REGO, 2010).

As filiais dessas casas francesas no Brasil foram, inicialmente, estabelecidas nas grandes cidades portuárias do Rio de Janeiro, de Recife e de Salvador e expandiram-se mais tarde para outras regiões do País. As principais mercadorias comercializadas por essas casas eram, em ordem de importância, tecidos, artigos de Paris, relojoaria/joalheria/ourivesaria, gêneros alimentícios, chapelaria/sapatos, livros, perfumes, móveis, drogas e instrumentos musicais (TAKEYA, 1995). Foi nesse contexto que os irmãos Boris chegaram à Província do Ceará, onde estabeleceram sua casa comercial, e, mais tarde, os irmãos Jacob fizeram o mesmo em Parnaíba (PI).

O interesse do governo francês pela cidade de Parnaíba já se manifestava de forma efetiva desde 1863, quando a agência consular da França foi criada em 19 de março daquele ano, tendo como seu primeiro titular o tenente coronel José Francisco de Miranda Filho. A agência consular aendia ao interesse de comerciantes franceses atuando em Parnaíba, caso da firma Naeff Nadler & Co., cuja matriz ficava no estado do Maranhão (NUNES, 2007) e do Sr. Lalanne, comerciante francês.

Na análise de Takeya (1995), muitos brasileiros desempenhavam o papel de agente consular da França - sobretudo naquelas cidades de menor importância econômica e onde franceses eram

escassos ou inexistentes -; eram pessoas de destaque na sociedade local, geralmente os comerciantes mais importantes.

Como era um cargo honorífico e quem o possuía tinha um certo prestígio, o tenete coronel José Francisco de Miranda Filho representou os interesses da França até o estabelecimento, em Parnaíba, de Marc Jacob, em 1886. Marc Jacob, assumindo o cargo de agente consular, representou o governo francês durante várias décadas, sendo substituído, após seu falecimento, por seu sobrinho Roland Gabriel Jacob, que oficialmente assumiu o vice-consulado em 9 de janeiro de 1927. A representação que pertenceu aos Jacob por muitos anos passou depois para Marcel Seligman, membro da mesma família que substituiu os Boris no consulado do Ceará (REGO, 2010).

As relações comerciais entre a França e o Brasil tiveram início em 1814, embora o conhecimento produzido sobre o Brasil como mercado date das primeiras décadas do século XIX. Visando atender às necessidades relativas à expansão do comércio francês no País, foram abertas representações consulares que formaram a maior e mais sistemática fonte de informações sobre o Brasil. A representação consular elaborava extensos e minuciosos relatórios contendo informações as mais variadas sobre o País. As cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife foram as primeiras a terem consulados. A estas ligava-se uma série de agências consulares - restritas, na verdade, à pessoa do agente -, formando uma verdadeira rede coletora de informações (REGO, 2010).

A representação consular era a medula da rede de informações passadas para os industriais e negociantes franceses. As informações colhidas tiveram um papel importante na origem de uma literatura voltada para a identificação das possibilidades do Brasil como um dos mercados para a expansão comercial francesa dirigida aos industriais e negociantes. Outra função vislumbrada seria a de servir de ponto de apoio para a penetração do capital mercantil francês em diferentes mercados. Cabia ao agente consular conhecer as perspectivas do mercado brasileiro, indicar as possibilidades e obstáculos para o consumo de manufaturas e produtos industrializados, conhecer a província e a capacidade de consumo de produtos e mercadorias francesas. Relatórios contendo informações comerciais e notícias sobre agricultura, colheitas,

impostos, problemas climáticos, fornecedores de matérias-primas, preços e câmbios eram enviados para a França, em boletins e relatórios ao Ministério das Relações Exteriores da França, que, por sua vez, elaborava outros relatórios. Essa massa de informações era destinada aos industriais, comerciantes e negociantes em geral; o objetivo último era aprimorar as relações entre a produção de manufaturas francesas e o mercado consumidor brasileiro e a necessidade de matérias-primas na França à produção brasileira, de forma a garantir um perfeito conhecimento e aproveitamento das possibilidades que o Brasil oferecia (REGO, 2010).

Como apontou Takeya (1995), ao consulado de Recife, em 1876, estavam ligadas as agências existentes no Pará, no Maranhão, no Piauí e no Ceará. Isaie Boris chegou ao Ceará em 1878 e foi o primeiro dos membros da família a exercer a representação consular francesa na província. Essa representação consular pertenceu aos Boris até 1925 e permaneceu vaga por dois anos, quando Adrien Seligman, membro da família Boris, assumiu o cargo - momento em que dividia a direção da Casa Boris com Aquille Boris, do final do século XIX ao começo do século XX.

Em 1869, fundava-se, no Ceará, a Casa Theodore Boris & Irmão, cujos sócios eram os irmãos Alphonse e Theodore, que chegaram a Fortaleza, respectivamente, em 1865 e 1867; os mesmos eram franceses e naturais da Província de Lorena. Os arquivos comerciais dessa firma inicial não foram conservados e nada indica que tenham exercido um comércio além da compra e venda de artigos da praça ou, quando muito, com praças de estados vizinhos. Depois da guerra franco-alemã de 1870-1871, os dois irmãos voltaram à França e associaram-se a outro irmão mais jovem (Isaie Boris) para fundar, em Paris, a casa Boris Frères (REGO, 2010).

Pouco tempo depois, Theodore voltou a Fortaleza na companhia de seus irmãos gêmeos - Achiles e Adrien - e, com eles, abriu uma nova firma, na Rua da Palma, que se desenvolveu rapidamente, pois, em poucos anos, suas relações com praças de estados vizinhos estenderam-se a praças europeias e americanas. Inicialmente, os negócios limitavam-se à importação de tecidos, confecções, perfumaria, artigos de decoração, mobílias, artigos de cozinha, papelaria e material de escritório; mais tarde, acrescentou-se maquinário, cimento e carvão. Na pauta de

exportação, estão produtos regionais, tais como: algodão, cera de carnaúba, couro, peles, borracha, café, penas de ema e cumaru (REGO, 2010).

Na década de 1880, a Boris Frères expandiu seus negócios para outras cidades do Ceará, incluindo pequenas vilas, como Ibiapina, situada próxima à divisa com o Piauí. Neste estado, há registro de suas atividades comerciais com Teresina, desde 1875, e, depois, com Picos e Parnaíba, em 1883; em julho deste ano, comercializava café, açúcar, algodão e caroço de algodão, courinhos, chifres, ossos, garras, cabelos, cera de carnaúba, mangabeira e pena de ema. Importa ainda dizer que os produtos comercializados pela Casa Boris Frères, desde sua abertura, incluindo os subprodutos do gado, fizeram parte da pauta de exportação do Piauí até, pelo menos, meados do século XX (REGO, 2010).

Na análise do movimento comercial da vila (depois cidade) de Parnaíba, impôs-se, como primeiro passo, conhecer a documentação dos comerciantes, suas casas comerciais, e analisar suas formas de atuação. Tornou-se pertinente, também, conhecer o esquema de comercialização dentro da província/estado, com a cidade de Fortaleza e com o exterior.

A leitura da correspondência comercial, realizada nos arquivos da Casa Boris, em Fortaleza, forneceu informações relevantes sobre parcerias comerciais no Piauí e sobre o papel da cidade de Parnaíba como porto receptor e distribuidor de mercadorias vindas do Ceará e da Europa ao longo da segunda metade do século XIX. Na correspondência, foram localizadas, para esta pesquisa, mais de 100 cartas de comerciantes parnaibanos encarregados de receber e reembarcar as mercadorias enviadas pela Casa Boris para Teresina. A correspondência da Casa Boris do Ceará com comerciantes do Piauí aponta a existência, em Teresina, de casas comerciais francesas anteriores à de Marc Jacob, situada em Parnaíba. Relações comerciais entre essas firmas existiriam desde 1875, como o atesta a presença de papéis de carta com o timbre Casa Francesa (REGO, 2010).

Havia uma firma de propriedade dos Mayer Frères e outra, de propriedade de O'Donnell de Alencar, além de uma terceira, pertencente ao comerciante francês Salomon Baumann. Não foi possível localizar, além das cartas, outros registros dessas firmas. Faltam, portanto, informações sobre o início e o término de suas atividades, entre

outras. O exame da correspondência estabelecida entre essas firmas data do período de 1876 a 1884, o que indica que o início de suas atividades foi anterior à abertura da Casa Comercial Marc Jacob, em Parnaíba.

A casa Mayer Frères estava sediada em Teresina, e a ligação comercial com a Casa Boris de Fortaleza era realizada através de Parnaíba por intermédio de um comerciante local, Antonio Dias de Miranda, que, além de receber, conferir e despachar as mercadorias para Mayer, escrevia a Boris, em nome de Mayer, reclamando, cobrando soluções ou apenas acusando o recebimento das mercadorias.

O exame da correspondência entre essas três firmas mostra o teor e a situação das relações comerciais dessa época. Pela correspondência de 27 de abril de 1876, tomou-se conhecimento da encomenda de mercadorias que fizeram os Srs. Mayer Frères, de Teresina, ao Sr. Boris Frères, do Ceará. Nota-se, nessa correspondência, a relação entre o que estava sendo pedido e os ramos de comércio praticados pela Casa Boris, o ramo de sapatos e os chamados artigos de Paris. Consta do pedido: três dúzias de botinas de muito boa qualidade, com polimento e enfeitadas, para senhoras e meninas, cujo preço variava entre 20 e 60 francos. Havia também uma seleção de tecidos, a serem adquiridos conforme as amostras enviadas, consistindo estas de cambraia branca, brim de linho pardo, brim branco de algodão e chita adamascada, de preferência nas cores verde e encarnada, num total orçado em mil réis. Consta, ainda, nessa correspondência, a encomenda de madapolão para ceroulas, além de outros artigos, como brincos dourados e xales de boa qualidade. Entre estes, eram preferidos os de cor roxa, preta, marrom e cor-de-rosa; e, para os estampados, os de cores vivas, excluindo os de fundo azul e verde (REGO, 2010).

A compra dos artigos deixa claro que a casa Mayer Frères tinha uma freguesia feminina, cujo gosto era conhecido e respeitado. Uma escolha tão detalhada dos artigos femininos, em termos de qualidade e cartela de cores, mostra empenho em atender às senhoras e senhoritas da sociedade, com atenção às suas preferências, e o gosto da gente luso-americana, que foi ficando plebeu, matuto ou fora de moda com a introdução dos tecidos ingleses (FREYRE, 2000). A descrição detalhada das mercadorias permite deduzir que se tratavam de artigos de luxo consumidos por um

contingente de pessoas abastadas de uma elite.

Esse mesmo cuidado não era exclusividade da casa francesa como se pôde verificar na lista de novidades oferecidas pela Livraria Econômica, situada na Rua Paissandu, em Teresina, em 1875: coques enfeitados para senhoras, gravatas e colarinhos bordados, leques com plumas para senhoras, botinas de cano alto para senhoras, chapéus para homens e senhoras, popelines, lãs e tartalanas, chitas finíssimas, padrões novos, vinhos, licores, doces, biscoitos, passas, queijos (CHAVES, 1987).

Não somente pedidos foram encontrados em meio a essa documentação. Havia, igualmente, cartas de reclamação. O comerciante Dias de Miranda, por exemplo, queixava-se das companhias de vapor (por exemplo, a Companhia Pernambucana), que, por falta de embarcação, não mandaram a carga para a cidade de Parnaíba, descarregando a mercadoria no Porto de Amarração, sob a alegação de que “[...] quem quiser mandar vir para aqui há de mandar conduzi-la a sua conta, correndo todos os riscos que possa haver na dita condução” (REGO, 2010, p. 183).

Outra reclamação dizia respeito à Alfândega de Fortaleza, que não enviava as guias ou notas do conteúdo dos caixotes de mercadorias, o que implicava no pagamento de direitos de importação e na multa de verificação do conteúdo dos volumes, uma vez que não havia dados precisos para legalizar o despacho. “Declarar o conteúdo dos volumes era uma exigência do Art. 544 do Regimento das Alfândegas, para isentar as mercadorias da multa constante no parágrafo 2 do Art. 545.” (REGO, 2010, p. 183).

A Casa Boris Frères também enviava circular comunicando o aumento de preços de suas mercadorias. Em 8 de março de 1889, a Casa Boris informa que (REGO, 2010, p. 184):

Muitos artigos subiram de valor por causa do aumento dos direitos gerais de importação, sobretudo algodãozinho (panos de algodão liso, enrançado, ou cru; riscados lisos e enrançados; lonas, meias de toda qualidade...) que hoje paga mais 20% de direito sobre a antiga taxa. É ainda que, mesmo que o câmbio conservasse os tipos atuais de 27 a 28, não se poderão fazer grandes reduções de preços [...].

O aumento de preços das mercadorias era alvo frequente de comentários e críticas. A firma Mayer Frères escrevera a Boris Frères, em 17 de janeiro de 1880, reclamando tanto do preço como da contagem das velas de carnaúba remetidas por eles. Segundo a carta, havia erro na contagem das velas, já que, na caixa declarada com 23

quilogramas a 12 réis a arroba, faltavam três quilogramas, e, na caixa de 35 réis a arroba, faltavam 300 velas; as velas, dizia ele, eram de péssima qualidade (misturadas com fava); a maior parte delas veio misturada na mesma barrica, não sendo possível distinguir entre as de 10, 14 e 15 réis o milheiro. Além disso, reclama Mayer, nenhum tratamento foi dedicado à embalagem, pois, segundo salienta, “[...] nem ao menos palha na cabeça das barricas foi colocada, resultando na grande quantidade de velas quebradas, só tendo sido possível contá-las pelos fios.” (REGO, 2010, p. 184).

Essas informações revelam que coexistiam um comércio incipiente realizado na província, ao lado de uma rede comercial que atravessava o Atlântico. As condições estruturais reduzidas apresentadas pelo Piauí traziam dificuldades para o recebimento das mercadorias nos centros consumidores e o consequente encarecimento.

Em carta do dia 20 de abril de 1880, a Casa Mayer Frères comunicou a Boris que dissolveu amigavelmente a sociedade da praça de Teresina, ficando o ativo e o passivo da mesma firma a cargo de M. Mayer, que pediu a Boris para manter o apoio e a consideração que dispensava à casa anterior. Embora a decisão (oficial) de dissolver a firma Mayer Frères tenha sido comunicada mais tarde por M. Mayer, Boris já havia sido informado (antes) por Salomon Baumann sobre essa decisão. Salomon Baumann era um comerciante francês comprador de café da Casa Boris, produto que era transportado através de vapor vindo de Parnaíba, reembarcado por Francisco da Costa Fernandes. Salomon Baumann, por sua vez, encaminhava as mercadorias tanto para Boris como para seu irmão, em Paris (REGO, 2010).

Em carta do dia 17 de abril de 1880, Baumann tratou de seus próprios assuntos comerciais e mencionou a liquidação da casa dos Srs. Mayer, nestes termos:

[...] os Srs. Mayer vão liquidar a casa porque o Pedro Mayer descobriu muita ladroeira que o Sr. Mayer fazia, por isso ele quer apartar a sociedade, eu acho que a liquidação da casa vai ser judicialmente, o José Mayer como fiador da casa Mayer Frères (REGO, 2010, p. 185).

A contenda foi de tal magnitude que, segundo Baumann, “[...] outro dia o Sr. Pedro Mayer quase quebrou a cabeça do Sr. Mayer”. As cartas de Salomon Baumann são reveladoras tanto da relação comercial que tinha com Boris como de uma relação social mais próxima com o comerciante francês, já que tomava a liberdade de

relatar, como se vê acima, uma briga familiar que evoluiu para a agressão física e antecipou o encerramento da sociedade comercial dos irmãos. Na mesma carta, na parte comercial, Baumann comunicava a Boris que não lhe mandou as penas de erna porque o “[...] Sr. José Martins Teixeira me paga também a 8.000 réis o quilo, e os cabelos a 600 réis o quilo sendo por isso melhor vender aqui”. Além disso, anunciava sua viagem de negócios para a França no fim do mês, só retornando em agosto. Acrescentou: “[...] caso queira me escrever pode dirigir-se a Jules Baumann em Chalôns sur Marne, França”. Chalôns deve ter sido a cidade de origem de Salomon Baumann, pois seu irmão Jules residia lá. Havia outro irmão, Miguel Baumann, que era comerciante em Paris e recebia de Salomon remessas de penas de erna de primeira qualidade, além de cabelos (REGO, 2010, p. 185).

A partir da leitura das cartas, fica clara a circulação de mercadorias entre França, Ceará, Teresina e Parnaíba. As cartas comerciais de 1882 mostram, além da regularidade comercial entre Salomonn, em Teresina, e Boris, no Ceará, uma relação de confiança, indicada pelo pedido de Salomonn a Boris para que “[...] remeta, mensalmente, por intermédio de sua casa em Paris, a quantia de cinquenta francos a seu irmão Jules, em Chalôns.” O crédito solicitado demonstra, da parte de Baumann, uma certeza ou, pelo menos, uma boa expectativa de sucesso na sua atividade comercial. Os negócios em Teresina iam bem e, assim, era possível remeter mensalmente dinheiro a seu irmão em Paris (REGO, 2010, p. 185).

A transferência da capital da Província do Piauí de Oeiras para Teresina teve como objetivo, como apontou Gandara (2008, p. 136) “mudar para progredir”. A nova capital teria uma nova configuração espacial cidadina, favorável à integração comercial. Seu posicionamento, em uma área cuja topografia facilitava os movimentos fluviais e terrestres, conferia-lhe excelentes potencialidades para se desenvolver e se afirmar como centro urbano e como entreposto comercial. A ambição do projeto criou um sentimento de euforia, atraindo muitas pessoas. A decisão de localizar um porto e um comércio no mesmo espaço atrairia, gradativamente, um e outro para a proximidade do rio, afinal, um grupo de indivíduos ajudaria a atrair e a manter outro. Além do que, teoricamente, as pessoas estabelecem-se, de forma natural, no lugar em que lhes seja a vida

mais produtiva e agradável. A nova capital certamente oferecia para um grupo de comerciantes vindos de diversos lugares e países, dentre eles a França, muitos atrativos (REGO, 2010).

As casas comerciais francesas estabelecidas em Teresina e já mencionadas, possivelmente pertencentes a proprietários judeus, começaram a funcionar no Piauí, como indica a documentação, bem antes da Casa Marc Jacob, e já eram clientes da Casa Boris. Elas aparecem, posteriormente, em 1886, como clientes da Casa Marc Jacob. Nos livros “Diário” e nos “Copiadores de Cartas” da Casa Marc Jacob, foram localizadas transações comerciais realizadas entre essas casas.

Em correspondência datada de 22 de outubro de 1888, Marc Jacob fatura várias mercadorias para Baumann, remetendo-as pelo vapor Teresinense. Eram pacotes contendo tecidos, como casemira de lã, setinetas, morins e algodõezinhos (das marcas Cupido, Cheguem Todos, Pechincha, Serve para Tudo, do Pereira e outros), além de duas dúzias de garrafas de vermute (REGO, 2010).

José Mayer recebia diversas mercadorias de Marc Jacob, como pimenta e botija de genebra. Conforme anotação no “Diário n. 2”, Mayer devolveu a Marc Jacob quatro latas de chá preto, seis latas de biscoitos pequenos e duas latas de biscoitos grandes, todas estragadas. A ligação de Jacob com os Mayers teve destaque em julho de 1891, quando José Mayer enviou as cópias do testamento de M. Mayer para Marc Jacob, possivelmente para serem encaminhadas à família na França (REGO, 2010).

Importa dizer que, apesar de terem-se estabelecido no Piauí em data anterior a Marc Jacob, essas casas instituíram com esse comerciante uma parceria comercial articuladora da rede comercial que conectava Teresina, Parnaíba, Ceará e Europa.

Boris, Mayer, Baumann, O'Donnell e Jacob eram franceses, judeus e negociantes atuando no Piauí, no comércio de importação e de exportação. Além da correspondência da Casa Boris, pôde-se localizar, no Arquivo Público do Piauí, em Teresina, algumas cartas do ano de 1886, reveladoras dessa atividade, e sabe-se através delas que tipo de mercadoria circulava na cidade e o nome dos comerciantes. As cartas fazem referência ao fornecimento de gêneros aos estabelecimentos da Marinha, existentes em Parnaíba - a Capitania, a Escola de Aprendizes de Marinheiro e o Farol da Pedra do Sal (REGO, 2010).

Paulino José Coelho Bastos fornecia, entre outras mercadorias, açúcar branco grosso, arroz, azeite doce, bacalhau, chá verde, vinho do porto, colchões e pares de sapato. Os Irmãos Veras forneciam carne seca e pão. E Singlehurst Nephew & Cia fornecia carne verde, açúcar refinado, chinelos de couro, cera em vela, pratos pequenos de folha, tijolos ingleses, tinta preparada, remos novos, sabão, catecismos, tabuadas, livros de primeira, segunda e terceira leitura e outros produtos. Havia, ainda, pedidos feitos aos negociantes Madeira Brandão, João Teodorico de Souza Torres e Alfredo Pereira & Cia, os quais incluem galinha, marmelada, óleo de linhaça, lamparina de vidro, talheres de ferro, goma-arábica, papel almaço pautado, genovês e mata-borrão. Quase todos esses negociantes foram encontrados nos livros contábeis da Casa Marc Jacob (REGO, 2010).

Por volta de 1881, Marc e Lazare Jacob, dois dos cinco filhos do casal de fazendeiros franceses Joseph Jacob e Marie Beatrix, vieram de Schalbach, na Lorena, França, para o Ceará, Brasil. Mais tarde, outros dois irmãos juntaram-se a eles, em Parnaíba: Myrthil e Charles. Os irmãos Jacob chegaram a Parnaíba, possivelmente, em diferentes momentos, tendo cada um permanecido lá por diferentes períodos. Dispostos a trabalhar e a investir na cidade, em 31 de outubro de 1891, os irmãos Jacob estavam construindo um armazém na Rua Grande. A presença dos quatro irmãos em Parnaíba, desde 1886, e dois deles negociando durante quase 40 anos, indica a consolidação de seus negócios na cidade, através do incremento de suas atividades comerciais. A crença no potencial da cidade e na possibilidade de investir em uma atividade comercial de retorno seguro deve tê-los motivado (REGO, 2010).

A vinda de uma família de franceses para Parnaíba suscita muitos questionamentos. O primeiro conjunto de perguntas seria: por que deixaram a França? O que teria levado os irmãos a emigrar para o Brasil? A que se deve a escolha de Parnaíba, no Piauí? Quando chegaram a Parnaíba?

Para entender como chegaram primeiro ao Ceará e incorporaram-se, direta ou indiretamente, à Casa Boris Frères, é necessário um segundo conjunto de perguntas: vieram com alguma garantia prévia de emprego com Boris Frères, de quem eram parentes? Montaram seus negócios com que capital? Financiado por quem? Pecúlio pessoal ou pecúlio familiar? Não se tem a intenção de

responder a todas essas perguntas, apenas àquelas que a documentação pesquisada permitir.

À primeira pergunta, Marc Theophile Jacob levanta uma hipótese: a de que a guerra franco-prussiana, encerrada em janeiro de 1871, e cujo resultado foi o Tratado de Paz assinado em Versalhes, no qual a França foi obrigada a ceder a maior parte de Lorena à Alemanha, teria motivado a partida dos irmãos. A Alemanha deu aos residentes na região anexada um prazo até 1º de outubro de 1872 para decidirem entre manter a nacionalidade francesa e emigrar, ou permanecer e tornar-se cidadãos alemães. Como o sentimento antigermânico era intenso, expatriaram-se da França mais de 120 mil jovens. Pergunta-se: Teria sido esse o real motivo da partida dos irmãos Jacob para o Brasil? Essa hipótese, no entanto, suscita uma questão adicional, qual seja: se eles deixaram a França, conforme indica Jacob, após a guerra (1871-1872), para onde teriam ido antes de chegar ao Ceará, em junho de 1881, como consta nos primeiros registros da Casa Boris? Entre o fim da guerra e as primeiras referências, transcorreram-se quase 10 anos! Possivelmente, a guerra não teria sido a motivação imediata para a partida dos irmãos da França rumo ao Brasil. Supondo que tenham vindo diretamente para o Brasil, passa-se a refletir sobre quais atrativos o Brasil apresentava. A indagação não desconsidera, certamente, que o contexto político francês à época era favorável à emigração de sua população.

Já a outra indagação - por que o Brasil? - exige considerações mais amplas para chegarmos a uma resposta ainda que parcial. Vamos, pois, fazer uma tentativa de interpretação, necessariamente superficial e, certamente, falha. O Novo Mundo, como um todo, impressionava o europeu: amplitudes territoriais quando, na Europa, a propriedade das terras estava sedimentada há séculos, sem espaço para novos empreendedores rurais e cujos proprietários exigiam dos seus colonos mais do que estes lhes poderiam pagar para terem um nível de vida confortável; populações crescentes que não esqueciam facilmente os períodos de fome endêmica e de grandes mortandades decorrentes da cólera e outras doenças coletivas [...]

O Novo Mundo era o oposto disto tudo: não havia intolerância religiosa, a terra era de quem dela se apoderasse, ou vendida a preços acessíveis quando já tivessem sido legalizadas; as safras magnânimas; o clima, menos inclemente, e muitas fantasias cheias de esperanças permeavam o imaginário dos recém-chegados (JACOB apud REGO, 2010, p. 190).

Por que Parnaíba? A hipótese do trabalho é a de que Parnaíba já despontava, há muito, como porto exportador de produtos regionais (tais como: gado, couros salgados, couros secos, madeiras, resina,

entre outros) e importador de mercadorias, inclusive as que já vinham sendo enviadas pela Casa Boris Frères para Teresina. É preciso lembrar que um vice-cônsul francês já atuava em Parnaíba, desde 1863, dando suporte às atividades comerciais do Sr. Lalanne, e que pelo menos três casas comerciais francesas já estavam atuando em Teresina, desde 1875. Uma rede de negociantes franceses parece, assim, já estar consolidada, e a ida dos Jacob, parentes dos Boris, para Parnaíba, viria a somar, tanto com a ampliação dos negócios do próprio Boris, como para a colônia de emigrados da Alsácia-Lorena radicados em Fortaleza, que contava, inclusive, com alguns primos mais distantes dos Jacob, os Gradvol. Nessa empreitada, beneficiaram-se todos, os Boris e os Mayer, que estabeleceram com os Jacob uma profícua e longa parceira comercial, e, a médio prazo, as casas francesas de Teresina, que, também em parceria, compravam e vendiam via Casa Marc Jacob (REGO, 2010).

A história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba está vinculada aos aspectos econômicos de todo o Piauí, território voltado, a princípio, para a pecuária extensiva. Quando a atividade pastoril desenvolvida no interior da Província começou a se expandir e alcançar novas terras para o pasto, o escoamento das reses pelos caminhos terrestres tradicionais começou a ficar distante e oneroso. O transporte pelo rio Parnaíba foi, portanto, uma opção natural. A chegada das reses na foz desse rio desencadeou um intenso movimento portuário na Vila de São João da Parnaíba, o que levou ao estabelecimento dos primeiros comerciantes estrangeiros. As vantagens econômicas advindas da comercialização da produção ligada à criação de gado - como o charque, os couros e as peles - demandou uma abertura marítima eficiente para os outros portos do Brasil, mas também e, sobretudo, para outros portos do mundo.

Com o declínio da atividade charqueadora, o movimento comercial foi dinamizado pela chegada de novos comerciantes, entre eles, os franceses, atraídos pela comercialização de produtos oriundos da agricultura. Para compreender a atividade das casas comerciais estrangeiras em Parnaíba, foi preciso, antes de tudo, conhecer o quadro mais geral do comércio piauiense com a França, e as motivações que impeliram alguns franceses, particularmente os irmãos Marc e Lazare Jacob, a deixar sua terra natal e virem a se estabelecer em

Parnaíba, além dos laços comerciais que mantinham com seu país de origem. A chegada dos novos produtos ao mercado nacional e internacional proporcionou a oportunidade de um maior incremento para a economia de Parnaíba.

As atividades comerciais exportadoras propiciaram a Parnaíba se tornar a capital econômica do Piauí. Essa posição somente foi possível pela atuação dos comerciantes locais e das casas comerciais estrangeiras como a Casa Marc Jacob, que foi essencial no processo de articulação da economia piauiense ao mercado nacional (notadamente, às economias do Ceará e do Maranhão) e ao mercado internacional. A atuação dos comerciantes estrangeiros a partir do século XVIII teve reflexos importantes não somente sobre a economia, mas também sobre a vida social e cultural da cidade de Parnaíba ●

Referências

- CHAVES, J. *Como nasceu Teresina*. 2. ed. Teresina: PMT/Fundação Cultural, 1987.
- FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... cidades-beira*. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: Fundapi, 2007. v. IV.
- REGO, J. M. A. N. *Dos sertões aos mares. história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1279.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- TAKEYA, D. M. *Europa, França e Ceará*. Natal: EDUFERN, 1995.

ECONOMIA E HEDONISMO

Por José João Neves Barbosa Vicente*

Resumo: o objetivo deste artigo é contribuir para uma leitura do pensamento filosófico de Michel Onfray, a partir da análise da sua crítica à economia liberal fundamentada em princípios hedonistas, como aparece, essencialmente, em seu livro “A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão” (2001).

Palavras-chave: Capitalismo. Insubmissão. Política. Prazer.

Nascido na França em 1959, influenciado pelo hedonismo antigo e pelo pensamento de Nietzsche, como evidencia a sua obra “A escultura de si: a moral estética”, Onfray (1995) não mede esforço em suas reflexões no sentido de resgatar a perspectiva filosófica hedonista que defende desde Epicuro, a busca do prazer como condição essencial da vida humana, isto é, “o prazer” como “o início e o fim de uma vida feliz” (EPICURO, 2002, p. 37).

O hedonismo é, para Onfray (1995, p. 145), uma “moral que necessita de um cálculo permanente visando determinar, incessantemente, as condições de possibilidades do máximo de prazer para si e para o outro”. É uma perspectiva utilitarista no sentido anglo-saxônico do termo, pois “a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral” admite, segundo Mill, que apenas são corretas, as ações que promovem a felicidade. “Por felicidade se entende prazer e ausência de dor; por infelicidade, dor e privação de prazer” (MILL, 2000, p. 187). O hedonista é um ser autônomo que, para exercer a sua diferença, busca no outro elementos que se conjugam aos dele. Ele traça o seu próprio caminho que o conduz ao júbilo. Assim, a prática hedonista permite ao indivíduo viver em condições melhores, livres da escravidão induzida pelas religiões e das leis do mais forte inerentes ao capitalismo liberal.

“Para mim é tão odioso seguir quanto guiar”. Esta citação de “A gaia ciência” de Nietzsche (1977), que tem como prólogo, “Zombaria, ardil e vingança”, e como apêndice, “Canções do príncipe fora da lei”, abre o livro de Onfray (2001), “A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão”, no qual o indivíduo é tomado como valor central e a filosofia hedonista é explorada através da vertente política: busca de prazer e luta. Apoiado em Nietzsche, mas também em outros pensadores contestadores, como Deleuze, Foucault e Blanquis, Onfray desenvolve um pensamento que se opõe à autoridade e ao sistema capitalista. Assim, a submissão, a dependência e a autoridade surgem, para ele, como impossível, intolerável e

insuportável. Para combater as virtudes cristãs da humildade, propõe um orgulho justificado; para reencantar o mundo submisso ao economismo, propõe “submeter a economia a um projeto hedonista de vida em comum” (ONFRAY, 2001, p. 93).

Para levar a cabo a sua resistência contra a economia liberal, contra o capitalismo e a favor da insubmissão, Onfray não dispensa, por exemplo, o único livro escrito por Max Stirner (2004), “O único e a sua propriedade”. Com esse título enigmático, em forma de provocação, Stirner apresenta o homem como único, não redutível à dimensão coletiva (social, política, religiosa); por isso, pode, de direito, considerar todo o resto como “sua propriedade”. Para ele, é sempre uma afronta às exigências do eu, do “único”, pedir-lhe que se submeta a uma norma exterior. Apesar de considerado por muitos como um pensador que negue a legitimidade de qualquer forma de instituição, da sociedade em particular, Stirner, na verdade, rejeita apenas a sociedade cuja tendência é constituir-se em uma instância autônoma que exerce sobre o homem uma dominação material e espiritual, em vez de servi-lo. Mas Onfray não ignora, também, as tragédias que a “esquerda” legitimou e que possibilitou os períodos sombrios. Assim, ele pensa a esquerda na contramão daqueles que acreditaram e dos que ainda acreditam que é preciso acabar com a propriedade privada. Para que as tragédias e as ditaduras possam ser evitadas, “a esquerda que não se satisfaz com o mundo tal qual ele se apresenta”, deve “evitar fazer da propriedade privada o bode expiatório” (ONFRAY, 2001, p. 92).

Onfray elogia e pretende reatualizar Proudhon (1975) que, em sua obra “O que é a propriedade?”, ataca as teses dos juristas e dos economistas de seu tempo, que justificavam a propriedade, instituição essencial do capitalismo, apresentando-a como fundamento da ordem e da prosperidade, direito absoluto e sagrado. De acordo com Proudhon, só haverá ordem se a igualdade for garantida; a propriedade, que é um roubo

econômico, engendra a violência social e destrói, portanto, qualquer sociabilidade. Contra a propriedade, suicídio da sociedade, ele preconiza, no entanto, a posse. Essa posse não foi definida por Proudhon, mas Onfray (2001) entende que dentro do projeto anarquista do autor, a preconização da posse significa conservação da pequena propriedade privada.

Em Marx e Engels, principalmente no texto “Manifesto do partido comunista” (2001), que propõe o princípio diretor segundo o qual a história de toda a sociedade é a história das lutas de classes, e termina com a seguinte palavra de ordem que ficou celebre: proletários de todo o mundo, uni-vos!, Onfray acredita ter encontrado fundamentos para afirmar que a solução para a insatisfação com o mundo não está na abolição da propriedade privada: a opção libertária da esquerda está mais concentrada na proposta de uma economia alternativa do que na destruição da propriedade privada ou expropriações violentas. Sua prioridade, como constata Onfray (2001, p. 92), está voltada para “a elaboração de modos polimorfos de produção paralelos aos do capitalismo, ou seja, modalidades transversais dentro do próprio capitalismo.”

Mas, para isso, uma troca ou uma mudança radical precisa acontecer antes. A morte do político se deu, de acordo com Onfray, com o triunfo do capitalismo que, por sua vez, transformou os homens e a política em seus serventes. A política, como arte da vida em comum, foi substituída, após a revolução industrial, pela ciência da submissão dos escravos aos senhores. Assim, constata Onfray (2001), para que o mundo possa ser reencantado, e a volta do político possa acontecer, é necessário acabar com a condição de submissos na qual os homens e a política se encontram em relação à economia; mas, também, exigir que a economia se submeta aos princípios político e hedonista de vida em comum e comece a servir aos homens e parar de exigir ser servida. Ela deve funcionar como meio e não como fim; é preciso, portanto, “acabar com essa religião da economia que faz do capital seu deus e dos homens vulgares fiéis, sujeitos a impostos e corveias à vontade” (ONFRAY, 2001, p. 93).

Não é uma tarefa fácil, se pensarmos que essa enfermidade é antiga. No texto “Dos deveres”, de Cícero (1999), onde está exposto que existe uma hierarquia dos deveres e que é preciso saber escolher um em vez do outro para preservar a

honra, mas que o principal é respeitar a honestidade baseada na prática das virtudes essenciais: sabedoria, justiça, firmeza, moderação, Onfray encontra e apresenta o filósofo estoíco do século II antes de nossa era, que já ensinava a prática da primazia da mercadoria sobre o homem. Ele se chamava Hecaton e não hesitava em ensinar que a preservação do interesse próprio deve sempre estar em primeiro lugar; isto é, o interesse pessoal deve sempre estar acima da humanidade.

Essas ideias, sublinha Onfray, ajudam a compreender o fundamento da religião da economia. Assim, todos aqueles “que praticam a economia como atividade isolada e a entendem como ciência dos bens, das riquezas, excluindo o homem e a humanidade de seus objetos, de suas preocupações” (ONFRAY, 2001, p. 94), são, portanto, atingidos pelos ensinamentos de Hecaton. Nesse sentido, as coisas permanecerão como estão, ou seja, “o desencantamento do mundo, o niilismo contemporâneo, o pessimismo generalizado durarão enquanto a ordem das coisas for celebrada segundo as modalidades desejadas pelo antigo filósofo” (ONFRAY, 2001, p. 95).

Não se pode perder de vista, também, enfatiza Onfray, que o mecanismo econômico, desde os tempos antigos, funciona no sentido de sugar a essência daqueles que dispõem unicamente de seus corpos. Ele sempre teve como meta fazer o dinheiro dos senhores através da extração de suor do corpo dos escravos. As riquezas produzidas pela prática de uma atividade econômica isolada financiam as despesas suntuosas dos senhores, como, por exemplo, as pirâmides, as catedrais, as represas, os foguetes, as fábricas e os capitais flutuantes. Em todos esses casos, constata o filósofo: “trata-se de afirmar a potência e a soberania do poder temporal, depois no poder espiritual no qual se inspira ou que o sustenta... o sangue dos homens pobres cimenta a pândega extrema” (ONFRAY, 2001, p. 96).

Hoje, para garantir o aumento das massas monetárias virtuais que circulam obedecendo apenas às suas leis, os escravos modernos são concebidos totalmente como meios, utilizados e dispensados de acordo com o interesse do mercado. Os capitais flutuantes não possuem fronteiras nem proibições, observa Onfray (2001, p. 96), seus princípios de ação se assemelham aos das “forças armadas de uma superpotência dominando planetariamente [...] distribuem a miséria ou a riqueza à sua passagem”. Portanto, a nossa época

não é diferente das outras que “colocaram a ideologia, a religião, a filosofia, a arte a serviço dos cultos prestados à produção” (ONFRAY, 2001, p. 97). Basicamente, todos ou quase todos se sacrificam ao capital flutuante que funciona como Deus, com características onipresente, onipotente e onisciente.

Em “A essência do cristianismo”, uma obra que se apresenta como uma hermenêutica destinada a penetrar o segredo da religião cristã, Feuerbach (2007) afirma, logo de início, que só o homem tem consciência de si e é objeto para si mesmo em nível de espécie. O homem, ao tomar consciência de si mesmo, toma também consciência de sua humanidade em geral. Ele não se sabe apenas indivíduo; reconhece-se também, em sua existência individual, sua participação na espécie humana em geral. Assim, quando fala de si, o homem se comunica com sua essência, que é algo infinito, porém, algo ilimitado. Depois disso, Feuerbach começa a analisar a religião e sublinha que o texto religioso deve ser levado a sério para que seja possível desprender o seu sentido. Destarte, sobre Deus, ele afirma que é apenas a essência humana apresentada na imaginação como uma realidade exterior; sobre as características atribuídas a Deus, são apenas características do homem enquanto ser que pensa; quanto à ideia da divisão entre o homem e Deus, isso não passa da divisão do homem consigo mesmo; sobre a inferioridade do homem diante de Deus, sublinha Feuerbach, isso é simplesmente a condição da exteriorização da essência humana. A religião cristã é, pois, a relação do homem consigo mesmo ou, mais exatamente, com sua essência, mas com sua essência como outro ser.

Para Onfray, esses princípios justificam a alienação. “Em suas sublimações, as civilizações exprimem aquilo que lhes falta, depois seus deuses, se não seu Deus” (ONFRAY, 2001, p. 98). Assim, não é de se espantar que a “santidade do dinheiro” tornou-se possível graças à miséria dos homens. Nessa devoção, a manifestação de Deus acontece através do luxo; e o capital, que proporciona esse luxo, está longe do alcance daqueles que canalizam suas energias vitais para promovê-lo e tornar possível seu fluxo. Nessa religião, existem “aqueles que dela desfrutam, evidentemente, e aqueles que acreditam poder dela desfrutar um dia e, por esta razão, desejam a manutenção das regras do jogo” (ONFRAY, 2001, p. 99).

Além de privar os escravos de suas existências,

o capitalismo faz deles uma massa alienada que sonha um dia conseguir estar no lugar do qual está excluído para sempre; isto é, que sonha em ser algo do qual nunca conseguirá: ser senhor. Se na época de Marx ele conseguia rastrear, pelo menos, as explorações, em nossa época, diz Onfray, isso é praticamente impossível. Ninguém consegue perceber ou detectar os responsáveis pela repartição desigual das riquezas, registra-se apenas os fatos e os danos: “um indivíduo fazendo fortuna, um outro falindo, uma sociedade anônima surgindo aqui, uma região massacrada ali e, sempre, a maior parte mantida na miséria, sofrendo e se submetendo aos efeitos dos fluxos monetários” (ONFRAY, 2001, p. 99). O capital flutuante segue os passos semelhantes aos do Deus dos teístas, prefere, também, aparecer como encarnação, o efeito produzido, a obra e nunca diretamente.

Esse Deus (capital flutuante) exige de seus fiéis uma ilimitada dedicação e submissão, pretende que todos se transformem em escravos, segundo a definição de Aristóteles (1985), sem nenhum poder sobre seus corpos: “instrumentos” para a ação, “propriedades de seus senhores e daqueles que, num retorno miserável e lastimável, lhes fornecem esmola, salário, os meios de sobreviver ou de viver, porém nada mais” (ONFRAY, 2001, p. 100). Funcionando de forma isolada, submetendo todos às suas leis, a economia capitalista requisita esses escravos de acordo com a necessidade da produção, enquanto os senhores tentam convencê-los de que os dois possuem os mesmos interesses, estão a bordo do mesmo barco. Apesar disso, Onfray não deseja o fim da luta de classes. Ela “prosegue por toda a eternidade, querer erradicá-la é impensável” (ONFRAY, 2001, p. 101). É impensável e indesejável, também, uma sociedade sem classes; pelo contrário, deve-se desejar e solicitar a multiplicação das diferenças, mas nunca permitir que elas sejam exploradas economicamente.

A economia capitalista surgiu “como arte de distribuir os lugares em função das necessidades do culto a ser praticado” (ONFRAY, 2001, p. 102). Sem nenhum poder e nem direito sobre seu próprio corpo, o escravo serve permanentemente a uma ordem na qual não tem escolha. Ao fazer a transmutação do tempo dos escravos em dinheiro para os senhores, o capitalismo sobressai-se. Assim, como ela se configurou atualmente, a economia capitalista “não é nada menos do que o reflexo de uma metafísica que a subentende, como

se acharam subentendidas todas as variações registráveis do modo de produção capitalista das riquezas” (ONFRAY, 2001, p. 102).

Onfray propõe uma libertação fundamentada numa mística de esquerda. Mas, antes, diz ele, deve-se reconhecer o mercado livre, a concorrência, a divisão do trabalho, a submissão de uma classe aos interesses de outra, a mão invisível, os paraísos anunciados para amanhã, como os grandes mitos gerados pela economia através das ideologias ou pensamentos dominantes da época que, de um modo geral, contribuíram “para a formação de uma *metafísica da necessidade* que reuniu a quase totalidade dos economistas, mesmo que fossem aparentemente opostos, tais como Adam Smith e Karl Marx” (ONFRAY, 2001, p. 103, grifo do autor). É preciso, portanto, uma outra visão do mundo e uma mística insinuante e harmoniosa para que seja possível uma outra maneira de considerar a economia.

Refletir sobre os temas abordados pelo “Discurso do método”, de Descartes (1993), obra de referência para a filosofia erudita, mas também para um público mais amplo, é, por exemplo, um passo que deve ser dado antes de propor uma outra visão do mundo. De acordo com Onfray, a filosofia laica, com o advento do sujeito moderno, esse eu que se opõe a Deus, que ganhou visibilidade e força com Descartes, contribuiu para um recuo do cristianismo (catolicismo). Esse recuo possibilitou, por sua vez, aquilo que Onfray (2001, p. 103, grifo do autor) denominou de “o *economismo*, esse monstro híbrido que fez da economia uma religião.” A proposta de Descartes consistia, ainda, em “promover todas as ciências que permitissem ao homem tornar-se ‘mestre e possuidor da natureza’. Ainda não se fala de economia propriamente dita, mas aquilo que representa o conteúdo do termo já está presente no século” (ONFRAY, 2001, p. 104).

A primeira manifestação da ciência econômica surgiu no século XVIII com o pai dos fisiocratas, François Quesnay, o pensador do rei Luis XIV. Foi, portanto, com os fisiocratas, que o homem começou a ser desvalorizado e a terra supervalorizada sob o princípio da monarquia baseado em direito divino, que luta para evitar que a ordem natural não seja perturbada. A crítica aos fisiocratas levada a cabo por Adam Smith (2008) é interessante, mas isso, no entanto, como constatou Onfray, não o desvencilhou da ideia de uma harmonia preestabelecida e nem de uma

teoria da necessidade. Onfray cita, entre outros, a mão invisível, por exemplo, como reguladora do mercado. Assim, Smith “supõe o trabalho em permanência para os operários, e lucros e benefícios sem conta para os proprietários [...] exploração dos primeiros funcionando como condição de possibilidade dos segundos” (ONFRAY, 2001, p. 106).

Darwin (1982), no entanto, suplantou o modelo cartesiano, suas ideias (como a seleção natural das espécies, entre outras) podem ser facilmente utilizadas para se falar do mundo da economia capitalista. Na verdade, para não desaparecer, o capitalismo utiliza constantemente o seu poder de metamorfose como, por exemplo, as guerras, o colonialismo, o imperialismo, a globalização etc., o real foi submetido pela economia liberal à lei do mercado e, por mais estranho que isso possa parecer, é preciso ser dito que a maioria compartilha dessa ideia, e “aos olhos dos defensores do economismo, é lesa-majestade colocar em questão a verdade do dogma” (ONFRAY, 2001, p. 109).

É uma situação que não adianta querer resolvê-la, por exemplo, desejando o fim do capitalismo, a abolição da propriedade privada, apropriação coletiva dos meios de produção, uma sociedade sem classes, ou na crença em teorias teleológicas fundamentadas na possibilidade de um fim e de uma conclusão da história. A opção libertária deve, portanto, abrir mão desses meios; o ódio à propriedade privada não resolve nada. Assim, para que a economia possa ser reconciliada com o conjunto dos domínios da atividade humana, é preciso praticá-la “longe da opção leibniziana ou das lógicas darwinianas, aos antípodas dos fisiocratas assim como dos marxistas” (ONFRAY, 2001, p. 111).

A proposta de Onfray para reencantar o mundo conjuga “uma preocupação libertária e uma opção nietzschiana, uma vontade pragmática e um desejo de energia” (ONFRAY, 2001, p. 112); mas, também, seguindo Proudhon, principalmente em sua obra “Filosofia da miséria” (2007) que analisa as contradições inerentes às principais noções da economia política, fazendo uma crítica geral do ponto de vista das antinomias sociais; insurgindo ao mesmo tempo contra economistas e socialistas, contra o capitalismo e o comunismo, considerando que uma mesma noção comporta dois aspectos, um bom e outro ruim, e que convém conservar esse dualismo a fim de eliminar o lado ruim, Onfray posiciona-se a favor da ideia que

afirma que as maquinarias devem ser utilizadas para aliviar a pena do trabalhador e não unicamente para visar ao lucro e ao benefício do proprietário, elas devem contribuir para aliviar as tarefas dos trabalhadores. O triunfo de uma ideia dessa “valeria como um recuo da ideologia dos devotos da religião do capital” (ONFRAY, 2001, p. 112). Mas, para que a “tecnicidade da economia” se submeta ao projeto de sociedade, não basta, certamente, refletir apenas sobre o maquinismo, é necessário também, que se reflita intensamente e sem cessar sobre “o valor, o status de novas tecnologias, a qualidade de trabalho, sua quantidade, sua relação com o dinheiro, a pressão fiscal, a espiral do crédito, o direito à habitação, a desigualdade diante da posse sob todas as suas formas” (ONFRAY, 2001, p. 116).

O essencial, portanto, é que o homem se liberte da economia, reaproprie-se de si mesmo. Para isso, a economia precisa ser enquadrada dentro de um projeto político hedonista, capaz de transformá-la em uma força positiva a serviço de todos. Para que esse projeto se realize, “é preciso submeter a economia a um princípio dionisíaco e dela fazer uma técnica celebrando os impulsos da vida” (ONFRAY, 2001, p. 117), e a política parar de se submeter à tirania dessa economia celebrada sob a forma de religião que tem como meta possibilitar a riqueza dos ricos através do aumento da pobreza

dos pobres, e exigir que ela se submeta às suas leis. “A economia liberal entendida como genealogia sombria da miséria cartografada em montante obriga uma revolução copernicana” (ONFRAY, 2001, p. 119) ●

Referências

- ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.
 CÍCERO, M. To. Dos deveres. São Paulo: Martins Fontes: 1999.
 DARWIN, C. A origem das espécies. Brasília: UnB, 1982.
 DESCARTES, R. Discurso do método. Lisboa: Edições 70, 1993.
 EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). São Paulo: Unesp, 2002.
 FEUERBACH, L. A essência do cristianismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
 MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Porto Alegre: L&PM, 2001.
 MILL, J. S. Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Lisboa: Guimaraes, 1977.
 ONFRAY, M. A escultura de si. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
 ONFRAY, M. A política do rebelde. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
 PROUDHON, P. J. O que é a propriedade? Lisboa: Estampa, 1975.
 PROUDHON, P. J. Filosofia da miséria. São Paulo: Escala, 2007.
 SMITH, A. A riqueza das nações. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
 STIRNER, M. O único e a sua propriedade. Lisboa: Antígona, 2004.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
 (josevicente@bol.com.br).

LIDERANÇAS FEMINISTAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por Francineide Pires Pereira* e Lila Cristina Xavier Luz**

É comum admitir que, após a redemocratização do país, nos anos 1980, a maior parte dos movimentos de defesa de mulheres “se propôs não só a buscar, desde seu espaço na sociedade civil, uma interlocução com o governo, mas também a penetrar nos aparelhos de Estado” (PITANGUY, 2003, p. 28). Este debate tem seu cerne na preocupação com a perda de autonomia dos movimentos configurada no risco de cooptação pelo Estado. Relembrando este movimento, Pitanguy (2003) informa que o mesmo se dividiu entre os que estavam dispostos a participar do governo e os que desejavam apenas apoiar e subsidiar os governos.

Esta divisão, a partir dos anos 2000, aconteceu

em conjuntura na qual os partidos políticos outrora apoiadores dos movimentos ou nos quais as mulheres militavam ascendem ao poder. Como não poderia deixar de ser, as lideranças femininas passaram a ser chamadas a contribuir com novas gestões, na condição de quadros políticos. Tal processo se acentuou quando, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República e, em 2004, foi realizada a 1ª Conferência de Políticas para Mulheres. Em 2011, aconteceu a terceira conferência, avaliada como exitosa, posto ter conseguido impor-se como necessária e ter conquistado previsão orçamentária para as políticas

para as mulheres. No caso do Piauí, não houve mudanças substanciais, sendo que as deliberações das conferências estaduais não repercutiram na elaboração do Plano Plurianual (PPA). A segunda conferência de políticas para as mulheres, em 2007, continha a deliberação de exigir participação no processo de formulação do PPA do estado do Piauí, o que não se efetivou no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa “Gênero e desenvolvimento” (PEREIRA; LUZ, 2011) entre parlamentares e lideranças feministas no estado do Piauí, realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O foco aqui é o discurso de lideranças feministas acerca do tema. O objetivo é esmiuçar os dilemas enfrentados por estas lideranças e analisá-los à luz das teorias de gênero.

Quando as lideranças de movimentos de mulheres brasileiras avaliavam sobre a conveniência ou não de participar dos governos eleitos, na esteira da luta pela redemocratização do país, carregavam não somente uma grande responsabilidade. Sob esta discussão havia um histórico de lutas e de conquistas de tal modo relevantes que um grande historiador chegou a tratar as mudanças produzidas pelo ingresso das mulheres no mundo público como um dos pilares de uma revolução cultural ocorrida na segunda metade do “breve século XX” (HOBBSAWM, 1995).

O Piauí também participou deste processo. Na pesquisa, contabilizamos cinco entidades que tinham como sujeitos-alvo de sua intervenção as mulheres. São elas: a União das Mulheres Piauienses, a União Brasileira de Mulheres - secção Piauí, a Liga Brasileira de Lésbicas, o grupo Matizes e uma ONG feminista, a Gênero, Mulher, Ação Social e Cidadania (Gemdac). A pesquisa atingiu lideranças de todas estas entidades, que aqui estão identificadas como liderança feminista, idade e cor autoatribuída.

O título liderança feminista atribuído às entrevistadas é uma liberalidade generalizadora da pesquisa. A autodefinição apareceria, então, ao final da pesquisa e seria motivo de análise. Sabíamos que falar sobre feminismo significava tratar sobre o movimento que mais trouxe questionamentos à ordem a partir da segunda metade do século XX. Nesse caso, concordamos com Rago (1996, p. 12), quando afirma tratar-se de:

[...] um movimento social, político e intelectual que teve um profundo impacto na sociedade brasileira e no mundo, de modo geral. Ao lado de outros movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, como o movimento negro, especialmente o norte-americano, o feminismo adquire uma enorme importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente.

Sabíamos também que, contraditoriamente, esse crescimento não era, na maior parte das avaliações, inclusive de lideranças, atribuído ao feminismo. Sobre ele, ainda é mais comum ouvir sobre seu desaparecimento e, pior ainda, sobre suas lideranças, que continuariam “sendo associadas a um estereótipo que vem de longa data, e não apenas dos anos 1970, definindo-as como ‘machas, feias e mal-amadas’” (RAGO, 1996, p. 11).

A chave gênero era, a nosso ver, bem mais palatável para início de uma pesquisa, pois a incorporação deste termo se deu de modo bastante generalizado, tanto na academia como nos movimentos sociais. Como, entretanto, a relação de pesquisadores(as) e lideranças é profundamente polissêmica, o tema foi elemento para pesquisa, ao invés de premissa.

A primeira tentativa das entrevistadas foi definir sua posição sobre gênero, diferenciando-se de outras que, segundo elas, também existem. Este é um indicador claro não só da polissemia da categoria, mas também do lugar que cada uma ocupa no movimento, haja vista que este é povoado por polêmicas e disputas. Cada relato é, ao mesmo tempo, uma afirmação e algumas negações, como neste relato:

[...] quando eu falo de gênero, da questão da relação de gênero, eu não falo só nessa diferenciação, dessa mudança de lugares, homens e mulheres tem que ocupar, classificatório, aquela visão do compartilhamento. Eu não falo exatamente dessa visão de compartilhamento, porque muitas vezes a academia fala de gênero, vendo essa perspectiva. Mulher também tem que tomar parte, tem que estar onde ninguém sabe, como é que essa mulher que estar tomando parte, como ela se percebe como mulher? Com esse lugar, com esse status de mulher no contexto dessas relações sociais. Porque as relações de gênero pra mim são estruturadas nas relações sociais (Liderança feminista, 70 anos, branca).

Segundo a entrevistada, é preciso “um espaço democrático, em que homens e mulheres possam estar neles nas mesmas condições, com os mesmos privilégios” (Liderança feminista, 70 anos, branca). O vínculo estabelecido por esta liderança entre gênero e poder, agregando a necessidade de que as mulheres acessem todos os espaços

sociais relaciona-se com sua posição claramente feminista. Além disso, aparece, neste relato, uma crítica à incorporação do gênero pela academia que, segundo ela, vincula-se somente à classificação entre homens e mulheres.

O importante a reter aqui é que se o “gênero é um compromisso ou acordo social que se baseia nas definições e interpretações dos outros” (WEST; ZIMMERMAN apud DIAS; MACHADO, 2008, p. 580), é possível se posicionar questionando as interpretações predominantes. Então, o acordo social proposto pelos autores dirige-se ao hegemônico, mas não observa as posições socialmente minoritárias, no momento da pesquisa e que poderão ser maioria no futuro. É assim que, quando a entrevistada precisa definir sua interpretação, ela o faz negativamente, ou seja, afirmando sua posição contra o que os outros entendem por gênero. Então, vemos que a igualdade entre homens e mulheres é o princípio que norteia a definição da entrevistada e esta apresenta uma interpretação crítica com relação à visão conservadora de gênero, segundo a qual há papéis diferenciados para homens e mulheres, simplesmente, sem questionar a construção de tais papéis.

Alguns elementos novos foram agregados ao conceito quando o lugar onde falou a entrevistada era de movimento pela diversidade. Uma delas disse, inicialmente:

Primeiro, a ideia de que está associado à construção de papéis, né? É... e que, obviamente, se você trabalha com a dicotomia masculino e feminino, né? Mas, só essa dicotomia, acho que não dá conta, até mesmo porque você tem a questão das travestis, das transexuais, não é? Que, vamos dizer assim, entre aspas, bagunçaram um pouco aí essa coisinha arrumadinha que se criou, para você fazer os arranjos de gênero masculino igual homens. Gênero feminino igual mulher, né? Para fazer essa, esse *link* não se sustenta mais! (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente).

A experiência desta entrevistada agrega novos elementos ao conceito, ou seja, a crítica à naturalização e ao binarismo do gênero. Sendo assim, ela propôs a superação da associação simplista “do que se coloca nessa associação gênero masculino igual a homem, gênero feminino igual a mulher, porque, como Simone Beauvoir já colocava não se nasce mulher, torna-se mulher.”

A partir da experiência pessoal e do movimento, a posição desta liderança pode ser situada com a crítica à matriz dominante de inteligibilidade cultural do gênero de Butler (1990). Segundo esta autora, “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, de alguma forma, instituem e mantêm relações de

coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo.” (BUTLER, 1990, p. 17). Questionando esta matriz heterossexual, o movimento filosófico que passou a ser conhecido como “queer”:¹

[...] busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória (obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto) e na heteronormatividade (enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo) (BUTLER, 1990, p. 17).

Essa liderança, portanto, estava sensível quando do monitoramento das políticas públicas, a partir de uma matriz subversiva de gênero. O mesmo não ocorreu com a representação sobre gênero de outra liderança feminista, branca, 43 anos. Segundo ela, gênero é:

Tudo o que vem historicamente colocado na cabeça da gente. O gênero feminino é, que eu acho que a maioria das mulheres pensam assim e depois a gente vai lendo e a gente vai sabendo porque que a gente pensa assim. O Gênero da mulher, gênero feminino é da dona de casa, daquela que cuida do menino, daquela que leva o menino da escola, daquela que confere as lições, daquela que espera o marido. [...] Então o que vem na cabeça da gente como gênero é tudo aquilo que ensinaram a gente a fazer, que ensinaram a gente desde quando a gente é pequenininha, que é o jeito da mulher, o jeito que a mulher deve ser em casa e na rua.

Nessa interpretação, a entrevistada percebe o gênero como a classificação rotineira que a sociedade faz entre masculino e feminino. A partir daí, ela trata da evolução que pode acontecer nesta acepção; por meio da participação da mulher no movimento social, adviria com o questionamento desses papéis. Assim, gênero é, para ela, a atribuição de papéis. Então, ela informa:

Sempre percebi, sempre! Eu sempre trabalhei muito. Olha, eu trabalho desde os 14 anos e eu já trabalhei já numa, numa instituição lá em São Paulo, privada, aonde eu, eu era a coordenadora. Eu trabalhava muito, eu que chegava mais cedo e saía mais tarde e eu ganhava menos do que qualquer um deles que estava lá. Eu fazia desde, chegava e a primeira coisa que eu fazia, já fazia o café, e eu era a coordenadora, mas já punha água pro café. Já deixava o café pronto, entendeu? Quer dizer, eu, qual era, de conferência de material, eu era mil e uma utilidades, era igual a bombril! Só que eu ganhava, se não ganhasse igual, eu não ganhava mais que qualquer um dos auditores que estavam lá e eu era auditora assim como eles, trabalhava muito mais que eles e não ganhava mais do que eles. E eu vejo isso no serviço público também, lá era privado e aqui é serviço público e eu trabalho muito. E a gente não vê isso daí, eu já escutei, já que eu não vou nem falar o nome do chefe, que falou assim: “olha, ela trabalha tanto, ela trabalha como se fosse um

homem!” Rapaaazzz, quer dizer, mais preconceito que esse daí não tem! Quer dizer, eu trabalho, eu trabalho tanto, que pareço um homem: muito. Olha, que absurdo! Quer dizer, eu não trabalho... Então, se eu trabalho muito, eu não mereço... eu acho que eu não trabalho como um homem, eu trabalho como uma mulher, porque eu trabalho muito mais do que um homem. É ao contrário (Liderança feminista, 43 anos, branca).

Este diálogo entre a entrevistada e o padrão ausente induz a uma disputa acerca de certa aferição sobre quem trabalha mais, se o homem ou a mulher. Partindo da situação real, o padrão afirma que a mulher trabalha como se fosse homem e a entrevistada conclui que este era preconceituoso e que a mulher trabalha mais do que o homem. Enfim, dialogando com a classificação atual sobre papéis, instaurou-se um diálogo que não leva à discussão sobre mudanças, mas somente à disputa entre homens e mulheres nos termos existentes.

Talvez tais posicionamentos possam ser melhor explicados por do meio da análise sobre o modo como o poder é articulado e mantido através de ideologias (THOMPSON apud GABRIELLI, 2007). Este autor apresentou cinco modos gerais de operação da ideologia: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação; cada um destes modos se baseia em estratégias de construção simbólica.

A representação manifestada pela liderança poderia ser situada na estratégia de operação da dissimulação, que significa a adoção de estratégias de deslocamento (recontextualizar termos de um campo para outro, valorizando-os de acordo com a ideologia que o emprega) e da eufemização (valorização positiva de ações, relações e/ou instituições sociais), descartando os pontos negativos destas, e o tropo (empregar palavras em sentido figurado). A liderança em questão opôs a valorização do trabalho dos homens à valorização do trabalho das mulheres sem, no entanto, ultrapassar a construção ideológica desta categoria. Também outra liderança ingressou com a relação entre gênero e papéis sociais. Quando convidada a informar sobre o que vinha à sua cabeça, informou:

Vem uma discussão, vem um debate. Normalmente [...] quando eu escuto no meu grupo social a palavra gênero, geralmente ela vem seguida de uma discussão das relações sociais entre, das diferenciações entre homem e mulher na sociedade (Liderança feminista, mais de 40 e menos de 50, dúvida entre ser negra ou índia).

Então, uma das pesquisadoras insistiu: em que sentido essas diferenciações; como é que você classifica ou categoriza?

No sentido, assim, dos papéis sociais. Notadamente, ressaltando as desigualdades, entendeu? Quer dizer, as pessoas do meu grupo social quando falam de discussão, de gênero, estão se referindo a isso: a essa desigualdade social que existe entre homens e mulheres e dessa necessidade de se aprofundar isso (Liderança feminista, mais de 40 e menos de 50, dúvida entre ser negra ou índia).

A questão da idade e da raça tem sido muito delicada, do ponto de vista da matriz dominante de inteligibilidade cultural do gênero (BUTLER, 1990). Nesse sentido, esta entrevistada demonstrou muito incômodo:

Liderança feminista: Risos... Olha idade... Pesquisadora: Não fala, se você não quiser. Pode ser assim “estou na faixa”... Liderança feminista: Risos, eu acho que é uma, é uma pergunta completamente desnecessária, na pesquisa (risos). Digamos que eu passei dos 40 e ainda não cheguei aos 50. Risos... Ótimo!

Quanto à questão da raça/etnia, interrogada sobre a cor com a qual se define segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela enunciou o seguinte:

Liderança feminista: A cor, no sentido, se sou branca, preta? Pesquisadora: Hum rum, é! Amarela, verde... Liderança feminista: Risos, eu diria que eu sou, quer dizer, eu na verdade eu não sou negra e tenho elementos indígenas, mas, assim eu não me caracterizaria como uma pessoa indígena. Então, sei lá... Pesquisadora: Descendência, uma mistura aí. Liderança feminista: É, porque assim, todos nós somos, todas neguinhas, todas branquinhas, entendeu? Eu nem sei, sabia? No IBGE, eles falam que é parda. Mas, eu acho tão complicado dizer assim: “sou parda!” Eu sou, na verdade, uma mistura dessas coisas todas.

Aqui aparece a questão dos padrões impostos tantos à feminilidade como à raça/etnia. Isto põe interessantes questões para análise. A primeira delas é o fato de que, em fazendo parte de um movimento social questionador da ordem vigente, a entrevistada muito provavelmente teve acesso às discussões acerca das consequências destas imposições, inclusive tendo acesso aos movimentos em favor de mudanças quanto a isso. Entretanto, do ponto de vista pessoal, isso não parece ser relevante para ela. Como, do ponto de vista metodológico, a opção da pesquisa é pela autodefinição, optamos por apresentar a definição dada pela própria entrevistada e não aquela que ela informa ser a do IBGE.

Já outra liderança - que, ao olhar das pesquisadoras, pareceria morena, o que seria traduzido pelas definições do IBGE como parda - autodefiniu-se como negra. Isto provavelmente se relacione com o fato de ela ter experienciado a participação e o apoio aos movimentos

quilombolas. Nesse caso, ela sabe sobre a importância da afirmação da negritude e da oposição a um dos modos de operacionalização ideológica, isto é, da reificação (que apresenta construções sociais e culturais como independentes da ação humana). Este processo ideológico se dá por meio de três estratégias típicas de construção simbólica: a naturalização (criação social e histórica tratada como acontecimento natural), a eternalização (fenômenos sócio-históricos apresentando como permanentes) e a nomeação/passivação (privilegiamento de determinados temas em detrimento de outros, ofuscando ações e atores) (THOMPSON apud RESENDE; RAMALHO, 2009).

Quanto questionada sobre o tema gênero e desenvolvimento, uma das entrevistadas tratou, primeiramente, da relação entre ambos e da insuficiência do desenvolvimento para contemplar as questões do gênero. Conforme ela:

De cara, a primeira coisa que me chama a atenção é a relação entre as duas categorias, de gênero e classe, né? Que eu tive que enfrentar questões de, de, as situações de empobrecimento das mulheres e embora gênero não seja só a questão das mulheres, na verdade a tematização de gênero é em razão das desigualdades. [...] Pra mim, a primeira imagem é relacionada ao enfrentamento concomitante de distribuição de renda e as desigualdades de gênero. [...] Daí a necessidade do recorte de gênero (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Segundo sua interpretação, a inclusão do recorte de gênero leva à percepção da insuficiência das políticas de desenvolvimento, do ponto de vista do gênero:

Eu acho que os projetos, as políticas, só políticas de desenvolvimento, elas não dão conta de enfrentar, porque as políticas de desenvolvimento vão levar em conta as situações gerais de empobrecimento, e essas situações gerais de empobrecimento não levam em conta a, a essa peculiaridade de gênero, de raça e etnia. Enfim, é, é de orientação sexual e, não levando em conta essas especificidades, aí o projeto não dá conta de enfrentar esse, esses problemas internos (Liderança feminista, 46 anos, negra).

E como, então, a questão do gênero não estaria completamente contemplada pelos projetos de desenvolvimento?

[...] porque, se você pensa desenvolvimento, mesmo que você complexifique, desenvolvimento vai além da idéia de progresso, que não seja essa concepção fechadinha de progresso que se tem, é desenvolvimento quando eu tô num lugar eu paro, vou pra outro lugar, né?, essa perspectiva evolucionista, mesmo que você complexifique, desenvolvimento não dá conta dessa, dessa demanda que, que mulheres, gays, lésbicas, pessoas negras apresentam (Liderança feminista, 46 anos, negra).

O gênero situaria-se, então, aquém e além das políticas públicas, isto é:

[...] eu preciso de três coisas: moradia, é..., saúde, educação. Mas, eu preciso ser reconhecido como sujeito de direito e esse ser reconhecido como sujeito de direito não tá dentro de nenhuma dessas políticas públicas. Não é só uma questão de políticas públicas, é uma questão de reconhecimento social, mesmo; é uma questão de reconhecimento dos pares, de reconhecimento das pessoas com quem você convive, ou seja, é uma demanda por mudança social! (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Para cuidar das dimensões reconhecimento, subjetividade ou mesmo da conquista da felicidade, careceríamos, segundo esta liderança, de “[...] algo mais específico; algo que implica em uma intervenção no campo individual e no campo social” (Liderança feminista, 46 anos, negra).

Fica evidente, no trecho da entrevista, uma crítica à expectativa ou à estratégia feminista que estaria apostando tudo nas políticas públicas, por exemplo. As teorias feministas terão, portanto, que responder a esta importante questão. Senão, vejamos: haveria espaços da vida social que não seriam alvo ou sofreriam as consequências da intervenção estatal? Ou, ao contrário, as políticas públicas não se dirigem aos aspectos vinculados aos relacionamentos afetivos?

A questão que se coloca não foi indagada às entrevistadas, mas emergiu do debate acerca da relação gênero e desenvolvimento. O modo como a relação gênero e desenvolvimento foi abordada pelas lideranças permitiu, de certo modo, entender como elas interpretam ser o lugar do gênero no processo de constituição do desenvolvimento no Piauí. Será, então, que o desenvolvimento não pode ser avaliado, levando em conta tais questões?

Segundo Connell (1987), a resposta a estas questões é: todos os espaços sociais são submetidos ao gênero. Até chegar a esta resposta, a autora² elabora uma revisão das teorias sociológicas em busca de uma teoria do gênero. Em síntese, para esta autora, os limites daquelas teorias estão no fato de destacarem apenas aspectos das relações humanas para teorizá-las ou apenas elevarem à condição de conceitos as práticas existentes, como o fazem as teorias conservadoras.

Então, para abarcar o conjunto da vida social, é preciso um conceito de gênero que dê conta disso. Segundo ela, falar de gênero significa dizer “nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática

social e tornadas parte do processo histórico” (CONNELL, 1995, p. 189). Com este conceito, é possível observar que o gênero é uma prática social e, portanto, passível de intervenção coletiva o tempo todo; é o processo de naturalização, que é inteiramente social e atende aos interesses de grupos hegemônicos, que produz a ideia de que as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos não são socialmente construídas. Em assim sendo, como compreender a questão posta pela entrevistada: os planos de desenvolvimento não tratam das questões afetivas e de reconhecimento?

A resposta de Connell (1987) é que há uma estrutura social, denominada como *cathexis* ou conexão emocional. Segundo ela, *cathexis* é a dimensão do relacionamento humano que se configura como “relacionamento sexual social”, ou seja, o conjunto de “relacionamentos organizados em torno da ligação emocional de uma pessoa a outra” (CONNELL, 1987, p. 111-112). Esta explicação ajuda a compreender a sexualidade como social do começo ao fim. Assim, fica superada a imagem de que há uma sexualidade humana e um corpo pré-sociais. Pelo contrário, “a dimensão corporal não existe antes ou fora das práticas sociais em que os relacionamentos entre pessoas são formados [...]” (CONNELL, 1987, p. 112). Também define a divisão de papéis nos relacionamentos familiares, no cuidado com as crianças etc.

Avaliando o mundo por meio do conceito de gênero, podemos observar que há um modelo social predominante do desejo que se constitui como um sistema interligado de proibição e incitação. A pista apresentada por Connell (1995) vem na forma de dois princípios de organização muito óbvios em nossa cultura. São tão óbvios que pensamos que seja natural. O primeiro é aquele segundo o qual objetos de desejo são definidos pela dicotomia entre feminino e masculino; o segundo é o de que a prática sexual é principalmente organizada na forma de relacionamentos de casal. Desfaz-se, então, o mistério que leva a maioria das pessoas a estabelecer famílias conjugais heterossexuais, em que homens são incitados a ser agressivos e proibidos de ser “moles” e mulheres são incitadas a ser “frágeis” e proibidas de ser agressivas. Estes tenderão a criar seus filhos e filhas seguindo este modelo. Em síntese, a estrutura de *cathexis*, tem a ver com:

[...] escolha de objeto, desejo e desejabilidade; com a produção da heterossexualidade, da homossexualidade e do relacionamento entre elas; com os antagonismos de gênero estruturados socialmente (ódio à mulher, ódio ao homem, ódio a si mesmo); com confiança e desconfiança, ciúmes e solidariedade em casamentos e outros relacionamentos; e com os relacionamentos emocionais envolvidos na criação de crianças (CONNELL, 1987, p. 97).

Os planos governamentais, as práticas profissionais e até mesmo a maioria da população, incluindo as lideranças de movimentos, podem ter esse modelo hegemônico de masculinidade dominante e feminilidade subordinada, excluindo as outras identidades psicosssexuais como pressuposto. Isto impede que o tema surja, a não ser que outras categorias sociais prejudicadas passem a questionar esta aparente universalidade. Em nossa pesquisa, uma das entrevistadas destacou isto:

Exatamente para finalizar essa questão da construção, de algo como uma construção cultural. [...] quando se trata da questão de gênero, é óbvio que o gênero não diz respeito só à questão da condição feminina, não é? [...] se entrecruza com outras questões que são motivadoras de discriminação, de desigualdade, como a questão racial, como a questão de orientação sexual, a questão da própria condição social, não é? (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente).

Desse modo, mesmo que ainda não estejamos alertas e capacitados(as) para perceber as diversas mediações envolvidas na construção desse modelo padrão de *cathexis* nos planos de desenvolvimento, pelo menos sabemos que teremos que ficar atento(as) a seu funcionamento.

Relacionando esta interpretação com os discursos até aqui registrados, pode-se ver com mais detalhe que a experiência da liderança feminista vinculada aos movimentos pela diversidade ultrapassou o modelo dicotômico, masculino *versus* feminino e apresentou a experiência de travestis como uma desorganização do modelo de desejo tradicional. Já para a segunda entrevistada, não é possível tratar de desenvolvimento e abarcar todos os espaços nos quais ocorrem práticas relativas ao gênero. Temos, então, que analisar é a amplitude das práticas sociais às quais as entrevistadas vinculam o gênero e o desenvolvimento. Se Connell (1995) estiver correta, por exemplo, os planos de desenvolvimento fatalmente imporão modelos de gênero, inclusive por meio do apoio, consciente ou não, a determinados modelos de *cathexis*. Em assim sendo, a avaliação dos planos de desenvolvimento ficará mais rica se levar em conta o conceito de *cathexis* que está subentendido ou explicitado nele e a que categoria

social favorece e a quantas outras prejudica.

Ainda quanto a isto, fica mais esclarecido o incômodo com a idade manifestado por uma das lideranças feministas, que se relaciona como um modelo padrão de feminilidade, vinculado a certo “prazo de validade” para as mulheres no “mercado matrimonial”, assim como com o padrão de *cathexis* por meio do qual mulheres desejáveis são aquelas cuja idade esteja no período reprodutivo. Então, parcela das mulheres termina por escolher o ocultamento da idade, a fim de não sofrer tais limitações.

Após conseguir elaborar uma categoria para explicar o funcionamento da ordem de gênero, ainda falta explicar como e por que o mundo é dominado por homens brancos e heterossexuais.

Para Connell (1987), a estruturação engendradora da sociedade pode ser compreendida, agregando-se à *cathexis* as estruturas da produção e do poder. Isto significa que “o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres, [...] é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade” (CONNELL, 1995, p. 189, grifo nosso); é efetivado por meio da prática social, entendida aqui como “substância do processo social [...]” (CONNELL, 1987, p. 93), o que significa que é histórico e pode, portanto, ser transformado. A adoção deste conceito leva-nos a superar as interpretações que têm buscado distinguir uma instituição particular como sustentadora do gênero e da sexualidade, principalmente a família e o parentesco.

Quanto à estrutura chamada por ela de produção, temos que tratar a organização do trabalho como uma categoria ampliada que englobe “a organização do trabalho doméstico e do cuidado infantil, a divisão entre trabalho pago e não-pago, a segregação do mercado de trabalho e a criação de ‘empregos masculinos’ e ‘femininos’, a discriminação no treinamento e promoção e as desigualdades de salário e carreira” (CONNELL, 1987, p. 97). Apesar de ser mais aceita como passível de intervenção pública, tanto como reivindicação dos movimentos como com formulação de políticas, esta conceituação de Connell ainda precisa ser incorporada nas análises e nas intervenções.

Connell (1987) propõe que olhemos para a estruturação engendradora do trabalho, sintetizando-a em dois maiores princípios: a lógica engendradora da acumulação e a economia política da

masculinidade. Pelo primeiro, podemos identificar a organização global de gênero do trabalho, com a concentração de benefícios em uma direção - aos homens, é lógico -, e perdas econômicas em outra, em escala suficiente para produzir uma dinâmica de acumulação em seus próprios termos. O segundo princípio tem a ver com a definição de masculinidade e sua mobilização como um recurso econômico; um exemplo é a questão do cuidado com a infância:

[...] desde que os homens têm mais controle sobre a divisão do trabalho que as mulheres, sua escolha coletiva é não realizar o trabalho de cuidar de criança, [...] refletindo a definição dominante dos interesses masculinos, e, de fato, ajuda-os a conservar o poder predominante (CONNELL, 1987, p. 106).

No nível da formulação de política pública, este mesmo princípio pode ser seguido. Já que são as mulheres que cuidam, vamos criar políticas que as ajude a cuidar ou, o que é pior, políticas para punilas por não cumprirem suas “funções”. Esta visão não apareceu de modo claro em nenhuma das entrevistadas desta pesquisa. Sendo um processo social muito complexo, seu tratamento como objeto de ação dos movimentos e de intervenção no momento de formulação de políticas e projetos é assunto ainda a ser construído.

Falta tratar sobre a estrutura de poder. Segundo Connell (1987), ela envolve “a autoridade, o controle e a coerção: as hierarquias do Estado e negócios, violência interpessoal e institucional, regulação sexual e vigilância, autoridade doméstica e sua contestação” (CONNELL, 1987, p. 96-97); não é somente o poder como acesso e usufruto de cargos nas instituições e no estado.

A obviedade do funcionamento do poder como uma estrutura social se dá pelo fato de que “a coerção, na prática, se estende para a questão elementar da sobrevivência” (CONNELL, 1987, p. 101). Aqui se define a relação entre o poder e a masculinidade, pois, “[...] se a autoridade é definida como poder legitimado, então nós podemos dizer que o ponto central da estrutura de poder de gênero é a conexão geral da autoridade com a masculinidade (CONNELL, 1987, p. 109). A autoridade é tal que, ao descobrir-se sendo conforme o modelo, mesmo descobrindo que há imposição, uma pessoa pode experimentar a culpa de não conseguir mudar:

Lógico que depois a gente vai lendo e a gente vai vendo que isso pode se desfazer, que a gente pode modificar o mundo, mas o que vem ainda incutido na cabeça da gente, que tá tão enraizado. Por incrível que pareça, quando a gente vê, eu

estou fazendo isso em casa, por mais que eu veja que não é só minha função de fazer isso, quando eu vejo eu estou fazendo um monte de coisa que eu sei que não é só minha função que o homem também pode fazer, mas sou eu que estou lavando a louça, rrsr, que estou limpando a casa, quer dizer (Liderança feminista, 43 anos, branca).

Há, portanto, uma determinação (uma qualidade) do destino das mulheres como categoria social. Assim:

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Há uma máquina (SAFFIOTI, 2004) em ação, que beneficia - ainda que diferenciadamente, em face das outras determinações - todos os homens. Voltando à relação entre gênero e desenvolvimento, com a avaliação desta liderança feminista (43 anos, branca):

O desenvolvimento cultural, eu acho, vamos supor, é isso que eu te falei... vindo gente nova pra cá, trazendo outras informações... Eu acho que essa troca de informações é muito grande, ou quando a gente vai pra fora pra fazer um curso, ou quando vem pra cá pra dar essas capacitações pra gente, eu acho muito bom e esse desenvolvimento. A gente também sente no Controle Social, eu acho isso! Por mais que falem que o Controle Social, que ele ainda não está forte, realmente, não tá não, mas ele desenvolveu muito. Tanto que lá no Conselho Estadual de Saúde você vê que lá na cadeia que a gente, tem [...] o Movimento das Prostitutas, o Movimento de Mulheres, tem o Movimento LGBT.

Este movimento pode ser explicitado por meio da eufemização, pois que sua participação como membro de conselho de direitos fez com que ela superdimensionasse tal processo em detrimento de um olhar para o processo social mais amplo. Então, desenvolvimento fica reduzido a novas aquisições de conhecimento por conselheiros(as) e aumento do controle social.

Atualmente, quando tratamos de mercado de trabalho, referimo-nos à parte paga do trabalho que é vendido e comprado fora do espaço privado. Até pouco tempo, pensava-se esta relação no masculino, supondo-se que às mulheres cabia a parte do trabalho no espaço doméstico, a chamada reprodução social. E como esta parte do trabalho não é paga, não é considerada trabalho. Bertaux (1979) redefiniu o conceito de trabalho, de modo a restabelecer a unidade entre espaços público e privado, com o conceito de produção antropológica, ou seja:

A produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais. A reprodução 'biológica' está subordinada à produção social; o social utiliza o biológico, como o econômico utiliza a técnica; mas lhe dá sua forma exterior e, podemos dizer, seu conteúdo (BERTAUX, 1979, p. 56, grifo nosso)

Pelas descobertas de Bertaux (1979), concluímos que a produção de seres humanos acontece de modo subordinado à produção econômica, o que leva à conclusão de que as pessoas se produzem e se distribuem conforme as necessidades de consumo de sua energia, de suas capacidades, pelo mercado. Como cada pessoa, individualmente, não poderá viver fora da sociedade, esta tenderá a se fazer no sentido de atender às demandas majoritárias em sua época. É por isso que a pessoa, ao fazer parte de uma maioria, faz tanta questão de destacar este fato, como o fez uma das entrevistadas: "sou feminista, heterossexual (entonação da voz com destaque). Tenho tido uma prática nessa linha, né? Embora defenda todas as outras manifestações do desejo, dentre elas, a homossexualidade e a lesbiandade" (Liderança Feminista, 46 anos, negra). Ou então, outra liderança, incomodada com a pergunta sobre sua idade, lembrando: "Olha idade... (risos...). Eu acho que é uma, é uma pergunta completamente desnecessária, na pesquisa (risos). Digamos que eu passei dos 40 e ainda não cheguei aos 50 (risos...). Ótimo! (Liderança Feminista, mais de 40, menos de 50 anos, mistura de raças)."

A década em que as mulheres brasileiras foram chamadas a formular políticas públicas para as mulheres e a compor organismos governamentais foi a mesma década da chamada "ofensiva neoliberal", quando passou a ser apresentada como a solução para os dilemas sociais a redução de investimentos em políticas de caráter distributivas e, o seu corolário, a transferências da responsabilidade de atendimento destas demandas para a sociedade (CISNE; GURGEL, 2008, p. 72). A ofensiva neoliberal, também efetivada na América Latina, instituiu parcerias com a sociedade civil e, dentre estas, com as organizações não governamentais (ONGs).

Tidas como mais "eficientes" e "técnicas", as novas entidades precisavam conquistar espaço no "mercado de projetos" (ALVAREZ apud CISNE; GURGEL, 2008, p. 75) e se tornarem parceiras do Estado e dos organismos transnacionais de financiamento. Somando-se este novo fenômeno à presença de numerosas lideranças femininas (feministas ou não), temos como consequência um

esvaziamento dos movimentos sociais. Agora, submetidas à dupla institucionalização - na gestão pública e na gestão de projetos de ONGs parceiras -, a disputa agora se desloca para novo espaço - o gabinete.

A consequência óbvia foi a desmobilização dos movimentos sociais, incluindo-se o de mulheres e feministas, agora substituídos pelo que ficou conhecido como onguizações da sociedade civil, as quais passaram a compor o chamado terceiro setor. A invenção desse novo espaço social cumpre, segundo Montaño (2002, p. 13), dupla função: “instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado.” Segundo Montaño (2003), as consequências são esvaziamentos dos movimentos sociais, com a substituição dos mesmos pelas ONGs, e ONGs representando a sociedade civil, agora como parceiras, negociadoras, em lugar do caráter outrora reivindicatório dos movimentos.

No caso em análise, as lideranças estão vinculadas a entidades situadas em três situações: apoiadoras dos governos eleitos na última década e participantes destes; fora do governo e críticas destes; e participantes do governo e membro de ONG. Deste contato, concluímos que há, além dos deslocamentos já descritos, uma pressão muito grande para que não sejam feitas críticas às insuficiências das políticas, em função do risco de favorecer aos segmentos políticos mais atrasados, segundo esta visão. Por outro lado, a crítica ao acesso aos gabinetes, em detrimento das ruas, foi incisiva no discurso de algumas. Por exemplo: “Eu acho, dá um sentimento de frustração. Aí somado, aquela coisa que eu já te disse, você tem um Conselho que é só de fachada! Você não tem entidades feministas para estar cobrando isso. Aí não pode funcionar.” (Liderança feminista, 39 anos, afrodescendente). Mais que a ausência de movimento, a entrevistada cita algo novo:

Ah, isso era a coisa mais grave, mais grave! A conveniência. Quando era conveniente, eu era gestora [...]. Quando é conveniente, no Conselho Estadual de Direitos Humanos, eu sou do Movimento Social, eu represento a minha ONG. Claro que isso eu não vi em lugar nenhum do Brasil, quando eu fui visitar os outros estados [...]. Porque todo lugar, você tem bem aqui em Pernambuco, aquela feminista histórica, num sei o quê [...] a primeira coisa que ela fez: se afastou.

O arrefecimento dos movimentos, seja produzido pela conjuntura neoliberal, seja pelos

novos controles realizados pelas próprias lideranças, termina por enfraquecer todo o projeto de mudança da sociedade, se é que se entende feminismo como um projeto de subversão da ordem societária atual. Desse modo, e sem o apoio que outrora as alçaram ao poder, resta a pergunta: que apoios conseguirão, a fim de se manter no poder?●

Notas:

(1) Para uma melhor compreensão sobre a filosofia *queer*, ver Judith Butler (1990).

(2) O livro citado foi publicado por Robert Connell. Tempos depois, ele se submete a cirurgia para mudança de sexo, tendo mudado seu nome para Raewyn Connell. Para maiores informações sobre autora e obra, ver sua página na internet. <<http://www.raewynconnell.net/2011/09/discussions-of-raewyns-work.html>>. Acesso em: 10-09-2012.

Referências

- BERTAUX, D. Destinos pessoais e estrutura de classe. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BUTLER, J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- CISNE, M.; GURGEL T. Feminismo, estado e políticas públicas. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan.-jun. 2008.
- CONNELL, R. W. *Gender & Power*. California: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. California: University of California Press, 1995.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GABRIELLI, C. P. Análise crítica do discurso e teoria feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MU-LHERE LITERATURA, 3., Ilhéus, 2007. Anais...
- Ilhéus, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CASSIANA%20PANISSA%20GABRIELLI.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_sumario.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- MONTAÑO, C. E. As políticas públicas de gênero. In: MONTAÑO, S.; PITANGUY, J.; LOBO, T. *As políticas públicas de gênero. Mujer y desarrollo*, Santiago de Chile, n. 45, p. 7-20, jun. 2003. [online]. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- PITANGUY, J. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. In: MONTAÑO, S.; PITANGUY, J. LOBO, T. *As políticas públicas de gênero. Mujer y desarrollo*, Santiago de Chile, n. 45, p. 23-40, jun. 2003. [online]. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- PEREIRA, F. P.; LUZ, L. C. X. Gênero e desenvolvimento entre formuladores/as de políticas públicas e lideranças feministas no Piauí. Relatório de Pesquisa, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Teresina, 2011. (mimeo).
- RAGO, M. Adeus ao feminismo? *Cadernos AEL*, Campinas, v. 2, n. 3-4, p. 11-43, 1996.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

***Professora do Departamento de Serviço Social/UFPI e do Mestrado em Sociologia/UFPI. Doutora em Ciências Sociais/PUCSP**

****Professora do Departamento de Serviço Social/UFPI e do Mestrado em Sociologia/UFPI. Doutora em Serviço Social/PUCSP**

CÃS NA SALA DE AULA: a velhice é tema acadêmico

Por Francisco de Oliveira Barros Júnior* e Antônio de Pádua Betencourt Silva**

Resumo: as reflexões feitas no texto resultam de uma experiência desenvolvida em sala de aula, na abordagem do tema velhice. A sua relevância é defendida e é exposta numa série de questões básicas para quem inicia uma reflexão sobre o assunto focalizado. Ancorado em uma perspectiva que vê a realidade como uma construção social, o argumento aponta para a possibilidade de ser produzido um novo olhar sobre o envelhecimento. As ideias explicitadas encontram fundamentação teórica em um conjunto de autores que são referência no campo da gerontologia social. Um olhar complexo e multidimensional sobre o sujeito que envelhece aponta para velhices, no plural, pois os idosos estão inseridos nos mais diversos contextos socioeconômicos. Uma visão crítica propõe uma politização do debate.

Palavras-chave: Envelhecimento. Educação. Maturidade.

Inserir o tema da velhice no conteúdo programático de uma disciplina voltada para os alunos da área da saúde é um objetivo por nós traçado no desenvolvimento de “Tópicos em sociologia da saúde”. O impulso para tal inserção se deve ao nosso engajamento no Programa Terceira Idade em Ação, da Universidade Federal do Piauí. No presente texto nos propomos a fazer uma série de reflexões sobre o desenvolvimento desta experiência de ensino junto aos alunos da graduação. A iniciativa de abordar o citado assunto está ancorada em uma justificativa que divulga a sua relevância. Tomamos como base argumentativa a literatura que aponta para a emergência da sociedade em envelhecimento com o fim do culto à juventude (SCHIRRMACHER, 2005).

Levar o tema da velhice para a sala de aula exige do educador uma capacitação teórica que forneça um conjunto de conceitos que lhe possibilitem desenvolver reflexões sobre o processo de envelhecimento. Embasado em uma perspectiva crítica e desconstrutora, o professor objetiva sensibilizar os educandos para a relevância do assunto focalizado. As nossas colocações estão fundamentadas em uma década de trabalho na condução da disciplina “Tópicos em sociologia da saúde”, obrigatória para a formação dos alunos do curso de enfermagem. Dentre os vários temas nela abordados, está o envelhecimento. Na sequência deste artigo discorreremos sobre o conteúdo que é desenvolvido ao longo de nossas aulas expositivas sobre o assunto. A avaliação positiva do trabalho desenvolvido constitui um estímulo para que ele tenha continuidade.

A relevância do tema na atualidade é outro fator estimulante.

As mudanças no mundo com o aumento da população mais velha constituem um problema importante a ser reconhecido pela sua relevância. Em nome de uma maior lucidez e de um compromisso intelectual mais corajoso, convém enfatizar os tópicos ligados ao processo de envelhecimento de uma maneira que seja relevante, ou seja, “que nos possibilite compreender, simultaneamente, como eles se relacionam com o ser humano e a sociedade e como seu estudo poderia contribuir para um avanço autêntico do conhecimento” (MOSCOVICI, 2009, p. 163).

Norberto Bobbio (1997) ao iniciar a primeira parte do seu livro “O tempo da memória”, afirma que a velhice é um tema não-acadêmico. Entre nós ele passou a ser. O aumento da população mais velha, apresentada como a revolução dos idosos (SCHIRRMACHER, 2005), é assunto debatido em disciplinas universitárias, grupos de trabalho em congressos científicos e tem sido alvo de pesquisas acadêmicas divulgadas sob a forma de dissertações e teses. A relevância de estudarmos a emergência da sociedade em envelhecimento é reforçada com a extensão dos projetos de universidades da terceira idade. Os estudantes que delas participam realizam a cada dois anos os seus encontros nacionais. Um estudo sobre o perfil dos docentes nelas engajados conclui que “a educação para adultos maduros e idosos apresenta-se como uma resposta inovadora aos novos desafios e demandas sociais gerados pela emergência de um novo grupo etário e de uma nova fase no curso de vida” (CACHIONI, 2003, p. 215).

Através de questionário, pedimos aos alunos que justificassem a relevância de encarmos a questão do processo de envelhecimento. A justificativa está nas mãos deles:

Devemos nos preocupar mais cedo em entender o processo de envelhecimento, pois, de acordo com estatísticas, nossa geração participará dessa fase por muito mais tempo. É justamente por causa disso é preciso aprender a lidar com as dificuldades próprias da velhice para que até mesmo haja uma transformação no comportamento da sociedade frente aos idosos, que é bastante preconceituoso, na intenção de que nosso futuro seja menos sofrível em comparação ao tratamento atual dispensado aos idosos (L. C. S. C. – sexo feminino).

Os pensadores e construtores da educação precisam pensar em um planejamento escolar que insira em seu contexto a valorização e o respeito pelo idoso. Convém captar os sentimentos, visões e pensamentos dos jovens sobre o ser velho e a velhice. Uma pesquisa sobre a imagem que o jovem educando tem do idoso propõe evitarmos as polarizações entre juventude e velhice para que sejam atingidos os objetivos de “quebrar antigos paradigmas e desenhar novos horizontes para um envelhecimento saudável e desejado” (NUNES, 2005, p. 115).

O que os jovens pensam sobre a velhice? Com a palavra, alunos da disciplina explicitam os seus pontos de vista sobre o envelhecimento. O registro escrito está inserido em um questionário aplicado entre eles. Fragilidade é uma palavra-chave no texto seguinte:

A velhice é uma das fases do desenvolvimento humano onde ocorrem inúmeras mudanças, tanto físicas quanto psicológicas e sociais. Por conta dessas mudanças, que por sua vez podem gerar muitos conflitos, é importante que se tenha uma atenção especial com esses indivíduos nessa fase, uma vez que estes, na maioria das vezes, se encontram fragilizados devido às alterações nas relações sociais em função da diminuição da produtividade (L. M. S. N. – sexo feminino).

Os efeitos físicos, os problemas e o futuro do envelhecimento estão entre os temas de interesse da reflexão sociológica. Saúde, doença e envelhecimento estão relacionados em uma sociologia do corpo que indaga: “como a experiência pessoal de envelhecimento é forjada por fatores sociais”? No glossário, encontramos o termo velhicismo, que significa “discriminação ou preconceito contra uma pessoa com base na idade.” Na construção de uma imagem do ser velho, o texto exhibe uma foto de sorridentes senhoras, fazendo atividades físicas e encarnando o chamado “poder grisalho”, que anuncia: “A velhice não é mais o que era uma vez” (GIDDENS, 2005, p. 144-148).

Convém apresentar imagens da terceira idade. Elas são as mais variadas. Diversas linguagens podem ser utilizadas para que atinjamos este objetivo. A literatura, a fotografia, o cinema e a música, dentre outras, possibilitam a captação de múltiplos olhares lançados sobre o envelhecimento. As diferentes representações justificam o uso do termo velhice no plural. Na trilha da desconstrução de um conjunto de estereótipos produzidos historicamente sobre a figura do(a) velho(a), é apresentada uma velhice bem-sucedida com a nova imagem da terceira idade (MASCARO, 1997).

Buscamos mostrar imagens e representações sociais do envelhecimento na música popular brasileira (MPB). A leitura e a audição musical das letras de vários compositores na sala de aula é mais um recurso didático pedagógico utilizado com o objetivo de ampliar os olhares lançados sobre o tema. No imaginário lírico de Nelson Cavaquinho, o “bardo *dark*” da MPB, encontramos a velhice como um dos temas recorrentes da sua densa poética musical. As imagens da letra “Degraus da Vida” (de Nelson Cavaquinho, Cesar Brasil e Antonio Braga) reforçam a caracterização do compositor como um malabarista da dor, em composições que abordam o luto, a melancolia e a angústia existencial (SOUZA, 2010). As rugas e os cabelos brancos fazem residência na cabeça de um choroso e desgostoso velho:

Sei que estou
No último degrau
Da vida, meu amor
Já estou envelhecido
Acabado
Por isso muito eu tenho chorado
Eu não posso
Esquecer o meu passado
Foram-se os meus vinte anos de idade
Já vai muito longe a minha mocidade
Sinto uma lágrima rolar
Sobre o meu rosto
É tão grande o meu desgosto.
 (“Degraus da vida”)

O controle da realidade de hoje através da de ontem revela o poder e a clareza das representações sociais. As investigações em psicologia social concluem que “Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente”

(MOSCOVICI, 2009, p. 37-38). As imagens e representações sociais que associam velho com doença e confundem senescência com senilidade são combatidas pelos propagadores da “revolução dos idosos”. Segundo eles, “elas não têm mais razão”. E propõem: “Devemos desaprender o que nossa cultura e nossa biologia nos inculcaram sobre o envelhecimento” (SCHIRRMACHER, 2005, p. 174).

Quando se discute envelhecimento biológico, é defendida a ideia de que velhice não é doença (MASCARO, 1997). No final dos anos 1960, Gilberto Freyre criticava uma atitude segregacionista voltada para os velhos, alvos de uma “solução demasiadamente simplista de um problema que de modo algum deveria ter sido confundido com o de desvios da normalidade social por doença” (FREYRE, 2004, p. 68). A situação descrita a seguir foi alvo de levante gerontológico, ancorado em corrente de opinião médica e sociológica:

Essa segregação pode estender-se aos indivíduos simplesmente de idade avançada, aos quais faltem filhos ou netos ou parentes ou amigos capazes de os sustentarem em suas casas, sendo considerável, em modernas sociedades industriais, o número de indivíduos que a simples idade avançada, nem sempre acompanhada de doença, reúne em grupos de segregados em hospícios, como se a sua situação fosse a de desviados da normalidade social por enfermidade (FREYRE, 2004, p. 68).

No final dos anos 1960, Gilberto Freyre na sua sociologia da medicina relaciona um conjunto de problemas médico-sociológicos situados em uma época de transição aguda - de um tempo moderno a outro, pós-moderno. Dentre eles, o aumento de média de vida que veio a dar maior importância à gerontologia. Naquele momento histórico, ele era destacado, entre outros. Uma emergente sociedade em envelhecimento rebentava.

Desafio para os gerontólogos:

Problemas, como é evidente, do maior interesse, que se apresentam ao mundo de hoje: inclusive ao chamado universo tropical onde se eleva, com a média de vida, a presença do indivíduo – pessoa sênior nas populações, que já não podem ser de todo descritas como populações nacionais jovens (FREYRE, 2004, p. 45).

No dia 8 de março de 1988, Raquel de Queiroz escreveu uma crônica intitulada “Velho: o você de amanhã”. O alerta, contido no título, tem um destinatário particular: “hoje eu queria trazer para vocês, jovens, um problema social” (QUEIROZ, 1989, p. 174). Atenta para a emergência da sociedade em envelhecimento, a cronista dos anos 1980 apresentava-se como “uma velha que trabalha

todos os dias, fielmente”. Ao concluir reafirma “que nós somos os vocês de amanhã após ter iniciado com dados demográficos.” (QUEIROZ, 1989, p. 174).

Já repararam que, na hora atual, não se morre mais como antigamente? Até mesmo aqui no Brasil (fora as áreas mais desfavorecidas – mas esse já é outro drama). Se no começo do século a média de vida do brasileiro não passava dos cinquenta e poucos anos, agora, salvo acidente, câncer, ou infarto, a esperança de viver cresceu muito. Todo o mundo chega aos setenta, quase todos alcançam e passam os oitenta, e uma bela proporção atinge a outrora quase inacessível barra dos noventa (QUEIROZ, 1989, p. 174).

Partindo do toque de alerta dado por Raquel de Queiroz, lançamos a seguinte pergunta de questionário: “Velho: você amanhã?” Uma das alunas escreveu:

Sim, eu, assim como todos os jovens de hoje serei “velho”. Espero que somente por possuir idade avançada e muita experiência adquirida, jamais por falta de vitalidade. Não tem como fugir, se estivermos vivos até lá, é para a velhice que caminharemos (M. M. S. L. – sexo feminino)

Norberto Bobbio no texto original

“De senectute”, de 1996, pede permissão para falar em público sobre as suas experiências de velho. Sintonizado com a emergência da sociedade em envelhecimento, ele fornece um dado: “Nestes últimos anos o limiar da velhice deslocou-se em cerca de duas décadas” (BOBBIO, 1997, p. 17). O deslocamento antes referido vai na direção da novidade do fenômeno da geração dos matusaléns (SCHIRRMACHER, 2005). O velho Bobbio conceitua as velhices burocrática e fisiológica no contexto de uma nova imagem da velhice:

Hoje um sexagenário está velho apenas no sentido burocrático, porque chegou à idade em que geralmente tem direito a uma pensão. O octogenário, salvo exceções, era considerado um velho decrépito, de quem não valia a pena se ocupar. Hoje, ao contrário, a velhice, não burocrática mas fisiológica, começa quando nos aproximamos dos oitenta, que é afinal a idade média de vida, também em nosso país, um pouco menos para os homens, um pouco mais para as mulheres (BOBBIO, 1997, p. 17-8).

Na primeira década do século XXI, uma Europa “abatida, confusa e cada vez mais apreensiva”, “está ficando grisalha”. No novo capitalismo global, a aventura daquela que durante séculos sentiu-se e agiu como “a rainha do planeta”, defronta-se com o desafio do encanecimento da sua população (BAUMAN, 2006, p. 22). O sociólogo dos “tempos líquidos” fornece números da demografia:

[...] os demógrafos nos dizem que na década atual o número de europeus com menos de 20 anos de idade cairá 11 por cento, enquanto o de pessoas com mais de 60 será acrescido da metade. Haverá, ao que parece, um bolo menor para dividir por um número maior de comensais (BAUMAN, 2006, p. 22).

O pessimismo contemporâneo é destacado por quem observa uma espiral da frustração e a consagração e descrédito da democracia. Neste contexto, como pensar a esperança em uma sociedade da decepção? As oportunidades de nos desvencilharmos da insatisfação não são descartadas, pois, “quanto mais frustrante é a sociedade, mais ela promove as condições necessárias para uma re-oxigenação da vida” (LIPOVETSKY, 2007, p. 80). Estimulados a um revigoramento subjetivo, não desprezemos as razões para ter esperança. Uma delas é a emergência da sociedade em envelhecimento. Sermos centenários está no nosso horizonte. Os dados são animadores:

No decorrer das duas últimas décadas, houve um aumento na expectativa de vida correspondente à proporção de três meses por ano. Uma menina tem atualmente 50% de chances de chegar aos 100 anos. Uma vida mais longa e com mais saúde: isso não é pouco. Portanto, não sejamos insensíveis agora que estamos tão próximos de concretizar esse antiquíssimo anseio da humanidade (LIPOVETSKY, 2007, p. 79).

Os homens estão em processo de encanecimento. O que isto significa? Vamos ao dicionário: Encanecer, do latim *incanescere*, tem os seguintes significados: tornar branco pouco a pouco (o cabelo, a barba). Envelhecer. O termo matriz é cãs, palavra de origem latina (*canas*, ‘brancas’), substantivo feminino que traduz cabelos brancos (FERREIRA, 1999). Quando se expressa para os alunos, no momento em que se introduz o tema da velhice, que se está encanecendo, pergunta-se para eles sobre o significado da afirmação. Difícilmente aparece alguém que conheça o termo focalizado. O nosso primeiro contato com ele foi através da leitura do bíblico e sapiencial livro de Jó: “Está nas venerandas cãs a sabedoria, e o entendimento com os anciãos” (Jó, 12,12) e no livro de Provérbios: “Coroa de honra são as cãs; são obtidas por uma vida justa” (Pv. 16, 31).

A velhice ou juventude em anos, não importa. A questão não é cronológica. No contexto de uma reflexão sobre ética, responsabilidade e vocação para a política, Max Weber (2002) dá um significado à frase o diabo é velho; envelheça para compreendê-lo. O importante é amadurecer. Ele não se refere à idade em termos de anos cronológicos:

Jamais me permiti mencionar numa discussão uma referência a uma data num certificado de nascimento; mas o simples fato de que alguém tem 20 anos de idade e eu tenha mais de 50 não me deve fazer pensar que isto constitui uma realização, em si, perante a qual me deva

atemorizar. A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente (WEBER, 2002, p. 87).

Envelhecer, no contexto da sociologia compreensiva weberiana, tem um significado não restrito ao etário, ao cronológico. Weber (2002) afirma o valor da ciência em uma vida imanente que encerra uma luta incessante dos deuses entre si (valor científico *versus* ódio ao intelectualismo) e propõe o enfrentamento dos poderes e limites das forças diabólicas. Assumindo o seu envelhecimento, lança uma advertência direcionada aos jovens:

Cuidado, o diabo é velho; envelheci também para compreendê-lo. Isto não significa a idade, no sentido da certidão de nascimento. Significa que se desejarmos haver-nos com esse diabo teremos de não fugir à sua frente, como gostam de fazer tantas pessoas, hoje. Em primeiro lugar, temos de perceber-lhe os processos, para compreender seu poder e suas limitações (WEBER, 2002, p. 105).

“Envelhecer é obrigatório; amadurecer é opcional” (LEGRAND, 2005, p. 53). Neste sentido, a maturidade é um projeto a ser desenvolvido ao longo de nossas vidas. Objetivar o amadurecimento significa dizer que o simples passar dos anos não o traz automaticamente. Atingi-lo requer investimento, transpiração. No plano cotidiano, encontramos sexagenários que explicitam verdura no modo de refletir e encarar situações existenciais e nos deparamos com pessoas na faixa etária dos 30 anos que demonstram ser maduras na maneira como enfrentam os desafios que cruzam os seus caminhos. Quando pensamos em comportamentos políticos eticamente responsáveis, a idade não é um quesito importante. Um comovido Max Weber traça para nós um possível encontro com uma postura ética e humanística responsável:

É profundamente comovente quando um homem *maduro* – não importa se velho ou jovem em anos – tem consciência de uma responsabilidade pelas consequências de sua conduta e realmente sente essa responsabilidade no coração e na alma. Age, então, segundo uma ética de responsabilidade e num determinado momento chega ao ponto em que diz: “Eis-me aqui; não posso fazer de outro modo”. Isso é algo genuinamente humano e comovente. E todos nós que não estamos espiritualmente mortos devemos compreender a possibilidade de encontrar-nos, num determinado momento, nessa posição (WEBER, 2002, p. 88).

Na sua biografia, intitulada “Meus Demônios”, Edgar Morin escreve sobre uma permanente dialógica envolvendo as idades da vida (infância, adolescência, maturidade, velhice). Sentí-las em si é uma experiência na qual se misturam

envelhecimento e rejuvenescimento com a vivência da união e oposição entre “os segredos da maturidade e os da adolescência” (MORIN, 1997, p. 256).

“Cora Coralina, quem é você?” Em um de seus versos, ela escreve: “venho do século passado e trago comigo todas as idades” (CORALINA, 1997, p. 73). Em outro texto, revela: “Fui velha quando era moça. Tenho a idade de meus versos” (CORALINA, 1997, p. 91). A velha e a menina poetisa nos remetem a uma tipologia das velhices. Ei-la: a velhice censitária ou cronológica, a velhice burocrática e a velhice psicológica ou subjetiva. Esta última está muito bem representada pelos fragmentos literários antes citados e recebe um reforço das letras de Norberto Bobbio (1997, p. 18):

Biologicamente, considero que minha velhice começou no limiar dos oitenta anos. No entanto, psicologicamente, sempre me considerei um pouco velho, mesmo quando jovem. Fui velho quando era jovem e quando velho ainda me considerava jovem até há poucos anos. Agora penso ser mesmo um velho - velho.

Abordando questões de método, pensamos nas fontes de pesquisa. O acesso aos mais variados temas através do texto literário é uma via traçada por uma antropologia que valoriza o detalhe significativo (LAPLANTINE, 1991). Seguindo esta rota metodológica, encontramos exemplos: a geração mais nova, viuvez, solidão, morte, degeneração física, produção intelectual, tempo e memórias formam um conjunto de tópicos relacionados à velhice, em Machado de Assis (GUIDIN, 2000). As representações sociais do envelhecimento na literatura possibilitam ao leitor perceber os desdobramentos subjetivos do envelhecer através das múltiplas experiências vividas pelos sujeitos que envelhecem. Reforçando a ideia de velhice(s), destacamos um fragmento literário focado em um personagem que indaga sobre o sentido quando se encontra incontinente e impotente:

O urologista que diagnosticou meu câncer quando eu tinha sessenta e dois anos comentou comigo depois, solidário: “Sei que isto não consola ninguém, mas o senhor não está sozinho – essa doença virou uma verdadeira epidemia nos Estados Unidos. Tem muitos outros homens engajados na mesma luta que o senhor. No seu caso, é uma pena eu não lhe dar esse diagnóstico só daqui a dez anos”, dando a entender que, num tempo futuro, a impotência causada pela remoção da próstata seria uma perda menos dolorosa. Assim, resolvi minimizar a perda me esforçando para fazer de conta que o desejo havia diminuído naturalmente, até que entrei em contato, por menos de uma hora, com

uma mulher bela, privilegiada, inteligente, tranquila, lânguida, de trinta e dois anos, cujos temores a tornavam sedutoramente vulnerável, e conheci a amarga sensação de desamparo de um velho que, sentindo-se provocado, morre de vontade de voltar a ser um homem inteiro (ROTH, 2008, p. 68-9).

O uso do cinema na sala de aula, como linguagem educativa, possibilita o desenvolvimento de atividades baseadas no conteúdo fílmico. Com um amplo repertório de títulos de obras cinematográficas, encontramos um conjunto de filmes com os seus temas transversais. Dentre eles, destacamos os que focalizam a velhice como área principal. No incremento didático, incorporamos filmes como algo mais do que ilustração de aulas e conteúdos (NAPOLITANO, 2003). As representações sociais sobre o envelhecimento recebem os mais diversos olhares dos escritores e diretores que concebem os textos cinematográficos. Recurso humanístico no contexto educacional, a metodologia prática na utilização do cinema gera impacto sobre os alunos (GONZÁLEZ BLASCO, 2002). Munidos de um roteiro de análise, penetramos no denso filme sueco, de 1978, “Sonata de outono, de Ingmar Bergman. A velhice é tema transversal na citada obra. Em uma de suas cenas, mãe e filha se enfrentam em um tenso diálogo de acerto de contas. A primeira profere um discurso no qual reflete, ancorada em sua própria vivência, sobre o desencontro entre maturidade e envelhecimento:

Às vezes, quando fico acordada à noite,
Me questiono se realmente tenho vivido.
Será que é assim para todo mundo?
Ou será que algumas pessoas têm mais talento
Do que outras para viver?
Ou será que há pessoas que nunca vivem,
Simplesmente existem?
Então, o medo me pega e vejo um
Retrato horrível de mim mesma.
Eu nunca amadureci.
Meu rosto e meu corpo envelheceram,
Adquiri memórias e experiências,
Mas por dentro, nunca nasci”.

Na trilha que acompanha o complô da geração dos matusaléns, a politização do debate sobre a ampliação da longevidade populacional no mundo desvenda as potencialidades da questão da velhice, na atualidade. Falando em velhices, no plural, deparamo-nos com a criação de tipologias envolvendo os idosos. Em um exercício de contextualização histórica, situamos a discussão

acerca do envelhecimento na sociedade de consumidores, onde impera a vida para consumo em uma cultura consumista na qual observamos a transformação das pessoas em mercadoria (BAUMAN, 2008).

Afirmativo, o pensador projeta o fim do culto à juventude em meio aos envelhecimentos (social, econômico e mental):

Sim, o envelhecimento se tornará política. A velhice será uma fonte de informações para levantamentos demoscópicos, programas eleitorais e lançamentos de novos produtos no mercado. Haverá inúmeros tipos diferentes de idosos. Há anos os peritos em marketing já fazem a diferença entre idosos da primeira, segunda, terceira e quarta idade (SCHIRRMACHER, 2005, p. 112).

Na era do consumo, enfrentamos uma “nova ideologia para a nova sociedade individualizada”. Como se dá a preparação dos indivíduos que nela estão inseridos? O sociólogo que caracteriza a “sociedade líquido-moderna dos consumidores” responde: “cada membro individual é instruído, treinado e preparado para buscar a felicidade individual por meios e esforços individuais” (BAUMAN, 2008, p. 68). A “nova perspectiva”, segundo ele, é explicitada através da seguinte “frase da moda”: “Estado de bem-estar? Já não podemos custear-lo [...]” (BAUMAN, 1998, p. 51). A sociedade da incerteza, insegura da sobrevivência e medrosa, é vítima da precariedade da ordem que dita: “Não há mais seguro coletivo contra os riscos: a tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos foi *privatizada*” (BAUMAN, 1998, p. 52, grifo nosso). Neste contexto de mal-estar, no qual inserimos a questão do envelhecimento global, pensamos sobre o abalo dos sistemas sociais com a expectativa de vida mais longa e a redefinição dos sistemas econômicos e políticos dos países provocada pela onda dos idosos (SCHIRRMACHER, 2005).

Situar a sociedade em processo de envelhecimento no contexto de um mundo globalizado é um dos objetivos da proposta de levar a questão da velhice para os alunos da graduação. Nosso tempo é hoje, mas o debate sobre ela deve ser marcado por um exercício de contextualização histórica que leve em conta as principais características do mundo atual: individualista, turbulento, vazio, incerto, cruel. São muitos os adjetivos usados pelos pensadores contemporâneos para falar de uma realidade ambivalente e paradoxal. Avanços e retrocessos. O avanço tecnológico caminha lado a lado com as mais variadas formas de exclusão.

A “re-humanização” das nossas relações é um projeto que está em andamento em alguns espaços profissionais. Progressos e regressões nos mais variados campos. O aumento da longevidade da população é algo a ser festejado como consequência da melhoria na qualidade de vida de considerável parte da população, mas coloca uma série de desafios a ser enfrentados no plano das políticas públicas. Como será o novo choque de gerações? O que muda no mundo com o aumento da população mais velha? Falar na geração dos matusaléns provocará o fim do culto à juventude? Um complô em gestação ou a revolução dos idosos projetam o nosso futuro. Um toque é dado: vocês são um deles (SCHIRRMACHER, 2005).

A capacitação para enfrentarmos tais questionamentos exigirá de nós, educadores, um aprimoramento no tocante aos referenciais teórico-metodológicos usados em nossas análises. Estão, eles, congruentes com uma visão multidimensional e complexa do processo de envelhecimento? Uma perspectiva desconstrutora, coerente com a construção de uma nova imagem do ser velho, combate estereótipos e estigmas produzidos ao longo da história. O outono da vida humana, para usar uma figura metafórica, não é sinônimo de caduquice, apatia, abandono de projetos.

Na sociedade em envelhecimento, ganha força a ideia de que cidadania não tem idade. O protagonismo do sujeito idoso tem sido alvo de debate em eventos que promovem a organização política do mesmo. No reforço desta dimensão, as disciplinas humanísticas ofertadas nos programas de ensino para a terceira idade podem aprofundar o nível de consciência crítica em torno dos desafios que estão postos para a ampliação do espaço político. Não podemos perder de vista que a questão da longevidade populacional está posta na agenda recente da história. Estamos ainda incipientes no aprendizado do seu enfrentamento. Os espaços de convivência freqüentados pelos idosos devem ser lugares onde festa e política marquem presença. Não infantilizemos os velhos. Histórias vivas, em um momento singular de suas vidas, com perdas e ganhos, deixemos que eles assumam o politizado protagonismo.

A abordagem de tais questões na sala de aula com graduandos abre para um diálogo intergeracional. Jovens e velhos, dialogando, pensam juntos em soluções para os diversos desafios que estão postos em escala planetária.

Ao refletirmos sobre o processo de envelhecimento, colocamo-nos, em grupo, diante do nosso próprio encanecimento. Um projeto de como queremos envelhecer requer investimentos no aqui e agora. Nós e os alunos seremos os potenciais idosos do amanhã. Qual será a nossa qualidade de vida futura? A resposta a estas perguntas podem ser encontradas no hoje. Um primeiro passo já está sendo dado, pois não estamos fugindo de nós mesmos. Falar de velhice no espaço escolar é atingir um impasse: envelhecer ou morrer prematuramente. Para quem escolher a primeira opção, urge principiar a montagem de um projeto que visualize uma ancianidade viçosa ou uma mocidade quinquagenária. Os(as) moços(as) da disciplina "Tópicos em sociologia da saúde", recebem o toque: velhos: vocês em 20... ●

Referências

- BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. Europa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BAUMAN, Z. Medo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOBBIO, N. O tempo da memória. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CACHIONI, M. Quem educa os idosos? Campinas, SP: Alínea, 2003.
- CORALINA, C. Meu livro de cordel. São Paulo: Global, 1997.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREYRE, G. Sociologia da medicina. Brasília: UnB, 2004.
- GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GONZÁLEZ BLASCO, P. Medicina de família & cinema. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- GUIDIN, M. L. Armário de vidro. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- LAPLANTINE, F. Antropologia da doença. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEGRAND. 365 mensagens & reflexões. Belo Horizonte: Soler, 2005.
- LIPOVETSKY, G. A sociedade da decepção. Barueri, SP: Manole, 2007.
- MASCARO, S. A. O que é velhice. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- MORIN, E. Meus demônios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NAPOLITANO, M. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.
- NUNES, J. O. S. O velho que eu (não) quero ser. In: SILVA, N. L. (Org.). Gerontologia. Aracaju: J. Andrade, 2005.
- QUEIROZ, R. Mapinguari. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- ROTH, P. Fantasma sai de cena. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHIRRMACHER, F. A revolução dos idosos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SONATA de outono. Produção de Ingmar Bergman. Suécia, Alemanha Ocidental e França: Versátil, 1978. DVD.
- SOUZA, T. Nelson Cavaquinho. Rio de Janeiro: Media Fashion, 2010.
- WEBER, M. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

* Professor Dr. Associado do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
 ** Graduado em Ciências Sociais e mestrando em Políticas Públicas na UFPI.

RESENHA: um pouco do legado das formulações de Clausewitz sobre a guerra e a política

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

STRACHAN, Hew: Sobre a guerra de Clausewitz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano que teve como um de seus principais legados uma obra clássica, “Da guerra”, uma referência obrigatória sobre o fenômeno bélico. Escrita provavelmente entre 1812 e 1831, foi publicada postumamente graças ao esforço de sua mulher Marie von Clausewitz (ARON, 1986a); foi o principal resultado de experiência e enorme elaboração de vasta obra do general prussiano, soldado do exército prussiano desde 1792 e combatente nas guerras napoleônicas sempre contrariamente à França comandada por Napoleão Bonaparte. mesmo quando a Prússia se aliou a Napoleão após ser derrotada. Naquele momento, Clausewitz renunciou à sua patente como oficial no exército prussiano e se alistou no exército russo; desempenhou papel importante na retirada da Prússia da aliança pró-França quando o *Grand Armée* napoleônico bateu em retirada em sua malsucedida campanha na Rússia. Reintegrado ao exército prussiano e à sua patente, Clausewitz participou de teatros de operações secundários nas ações decisivas até a derrota definitiva de Napoleão; suas convicções antinapoleônicas lhe custaram desconfiança e um preço muito caro: a partir de então, sua ascensão até o generalato renderam-lhe posições secundárias e administrativas sem comando de tropas, dentre elas, a direção da Academia Militar de Berlim. No final deste contexto foi escrita “Da guerra”.

É sobre tal obra que escreve o professor de História Militar da Universidade de Oxford e general de brigada reformado do exército britânico Hew Strachan. Seu livro aqui resenhado foi o único por ele escrito e que teve tradução para a língua portuguesa. Trata-se de uma biografia que descreve a gênese e algumas das principais tendências de recepção e influência de “Da guerra”. Dentre as obras de Strachan, além de vários escritos e publicações sobre história militar, é possível encontrar outra especificamente sobre Clausewitz (STRACHAN; HERBERG-ROTHE, 2007) - voltada para as aplicações e repercussões do pensamento

de Clausewitz no século XXI -, além daquela que é objeto do presente texto.

Para começar a tratar da obra referida do general prussiano, o livro remete à segunda metade dos anos 70 do século XX, quando uma onda de retomada dos estudos clausewitzianos ocorreu com a tradução muito bem conceituada do alemão para o inglês de Michael Howard e Peter Paret de “Da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984). Além disso, houve o despertar de toda uma geração nos Estados Unidos para tal clássico, inclusive o então coronel do exército norte-americano Colin Powell, futuro secretário de Estado na gestão de Bush Filho.

O vínculo entre a guerra, a política e a dinâmica histórica das distintas sociedades é sem dúvida o *leitmotiv* do livro de Strachan. Todavia, o mesmo livro assinala que não foi nesta direção a fortuna que “Da guerra” obteve na maior parte de sua recepção nas mais distintas tradições intelectuais e militares, inclusive de historiografia militar. A leitura seletiva e vulgarizada de Clausewitz teve seu ponto marcante na influência alavancada por Helmut von Moltke, o chefe do Estado-Maior prussiano que comandou a espetacular vitória germânica na guerra franco-prussiana do fim do século XIX. Ao atribuir seu êxito ao livro de Clausewitz, os Estados-Maiores dos diferentes exércitos nacionais incorporaram às suas doutrinas de emprego de forças teses incompatíveis com o pensamento integral do general prussiano: o choque frontal e sem manobra às trincheiras, a superioridade do ataque sobre a defesa (STRACHAN, 2008). Parafrazeando Raymond Aron (1986a, 1986b), Clausewitz foi alçado ao banco dos réus da história como uma espécie de apologeta do derramamento de sangue a qualquer preço e do choque frontal das massas. O veredito pelo ocorrido na Grande Guerra foi certamente aquele de culpado.

Um raciocínio certamente bem distinto daquele que forjou na trajetória de Clausewitz, a elaboração calcada na experiência e na trajetória histórica;

certamente marcada pela peculiaridade histórica que a Revolução Francesa proporcionou para uma inovação sem precedentes no fenômeno bélico, com o enorme envolvimento e energia de toda a sociedade francesa na mobilização para as campanhas napoleônicas, produzindo um gigantesco exército sempre buscando batalhas decisivas e sem tréguas, com uma aproximação com a guerra absoluta - aquela classificação da guerra elaborada por Clausewitz para uma manifestação concebível apenas logicamente. Foi uma erupção fantasiosa e extrema da violência numa única manifestação que liquidou inapelavelmente o adversário. A caracterização deste quadro e a atenção para sutilezas e pontos importantes da tradução a partir do alemão original que podem gerar controvérsias são certamente os pontos altos do livro de Strachan (2008). Entretanto, o livro não pode ser comparado aos trabalhos de Aron (1986a, 1986b) e Peter Paret (1985); indubitavelmente, referências fundamentais para a compreensão mais ampla da vida e obra completa de Clausewitz.

Assim como a tradução do alemão para o inglês do livro de Clausewitz é relevante, também o é o tema da tradução do livro de Strachan para o português, repleta de equívocos típicos de quem não possui o conhecimento especializado do

sistema conceitual clausewitziano. A título de exemplificação, mencione-se o conceito de fricção, que nomina toda sorte de obstáculos e imprevistos no desenrolar da guerra. No livro aqui resenhado, o conceito em questão é traduzido como atrito. A própria referência ao título do livro de Clausewitz, como "Sobre a guerra" (STRACHAN, 2008), revela tal falta de familiaridade com uma obra que é sempre referida em português como "Da guerra" ●

Referências

- ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília: UnB, 1986a.
- ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília: UnB, 1986b.
- CLAUSEWITZ, C. *On war*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- PARET, P. *Clausewitz and the state: the man, his theories and his times*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- STRACHAN, H. *Sobre a guerra de Clausewitz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- STRACHAN, H.; HERBERG-ROTHER A. (Ed.). *Clausewitz in the Twenty-First Century*. New York: Oxford University Press, 2007.

* **Professor Assistente Doutor I da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília; coordenador do grupo interinstitucional de pesquisa "Marxismo e Pensamento Político" do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX-UNICAMP); e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).**

DICA DE LIVROS da profa. Juliana Portela*

Os livros indicados são resultado do projeto interinstitucional "**Desenvolvimento territorial sustentável: investigação e avaliação das políticas públicas brasileiras nos anos 2000**", concretizado por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp e do Programa de Pós-graduação em Economia do IE/UFU. As obras se mostram como inspirações teórico-metodológicas para estudos territoriais, na medida em que esmiúçam conceitos e definições relevantes, assim como mostram a análise de políticas já existentes e propostas para novos estudos e práticas.

Livro 1 - ORTEGA, A. J.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Alínea, 2007.

Observa-se que a dimensão territorial do desenvolvimento vem ganhando relevo na concepção das políticas públicas, especialmente no meio rural. Assim, esta obra objetiva, na sua primeira parte, conceituar, contextualizar e discutir o desenvolvimento territorial com enfoque nos interesses diversos que configuram o território. Destaca-se o texto "Para uma teoria dos estudos territoriais", de Ricardo Abramovay, no qual é feita uma discussão das teorias de fundo do desenvolvimento territorial, assim como uma análise crítica de diversas metodologias empregadas atualmente para o delineamento e a avaliação de políticas públicas. A segunda parte do livro traz uma avaliação da política de segurança alimentar no Brasil, com enfoque no Programa Fome Zero, dentro da perspectiva da agricultura familiar, no âmbito territorial. Por fim, na última

parte, os artigos discutem a importância da economia solidária articulada ao desenvolvimento territorial para o desenvolvimento de políticas que propiciem emancipação dos indivíduos.

Livro 2 - ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (orgs.). **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas, SP: Alínea, 2010.

A segurança alimentar é um tema que encerra muitos aspectos, como econômico, social, nutricional, jurídicos. Neste sentido, seminários temáticos que precederam esta obra foram fundamentais para uma maior interação entre os autores e suas ideias, em especial para a elaboração de textos que requeriam uma abordagem interdisciplinar. A obra se confirma, pois, como uma “ousadia” teórico-metodológica, ao colocar em conversação dois campos de conhecimento ainda pouco explorados, especialmente pela teoria econômica: segurança alimentar e desenvolvimento territorial. Na primeira parte do livro os capítulos versam sobre as políticas de segurança alimentar e combate à fome, abordando o caminho percorrido até a consolidação dos conceitos de segurança e soberania alimentar, assim como experiências no Brasil e nos demais

países latino-americanos. Na parte 2 são apresentados estudos sobre desenvolvimento territorial, pobreza e segurança alimentar, com enfoque na visão institucional sobre o território (representados pelos territórios do desenvolvimento). Destaca-se o texto “Desenvolvimento territorial e soberania alimentar”, de Walter Belik, no qual o referido autor desenvolve o conceito de desenvolvimento territorial rural (DRT) como base para a efetivação das políticas de segurança alimentar e nutricional nas regiões rurais. Além disso, expõe a problemática da fome e da crise econômica como contexto para a proliferação de reuniões internacionais e para o avanço na consolidação dos conceitos de segurança e soberania alimentar, levando em conta suas multidimensões. Na terceira e última parte, o livro trata da produção de alimentos, biocombustíveis e segurança alimentar. Os três capítulos desta etapa abordam discussões relativas ao preço dos alimentos, estrutura fundiária e sustentabilidade nos territórios ●

* Professora do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede Prodema/UFPI.

- Números anteriores das publicações do Curso de Economia - Informe Econômico e Texto de Discussão -, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no site da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.
- Os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores, conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.
- Esta publicação possui classificação *Qualis*, sistema de avaliação CAPES, nas áreas: Economia, Interdisciplinar, História, Serviço Social, Filosofia, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Ambientais, Sociologia e Geografia. Mais informações: WebQualis.

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 14 - n. 30 - ago. 2013

Reitor UFPI: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora: Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

Diretor CCHL: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Chefe DECON: Profa. Ms. Janaina Martins Vasconcelos

Coord. Curso Economia: Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade

Revisão: Zilneide O. Ferreira e João Paulo Santos Mourão

Projeto gráfico: Profa. Ms. Neulza Bangoim(CEUT)

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães(UFPI)

Endereço para correspondência: Campus Ininga

Teresina-PI - CEP: 64.049-550

Fone: (86)3215-5788/5789/5790-Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica-UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.

Editor-chefe: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Editor-assistente: Economista Esp. Enoisa Veras

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira(UFC),

Prof. Dr. Alvaro Bianchi(Unicamp),

Profa. Dra. Anna Maria D'Ottavi(Università degli Studi Roma

TER-Itália),

Prof. Dr. André Turmel(Université Laval-Canadá),

Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade (UFPI),

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri(Unicamp),

Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas(UFPI),

Prof. Dr. Marcos Del Roio(Unesp),

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires(Unesp),

Prof. Dr. Mário José Maestri Filho(UFPF),

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos(Unesp),

Prof. doutorando Samuel Costa Filho(UFPI),

Profª Drª Socorro Lira(UFPI),

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima(UFPI),

Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto(UFBA),

Prof. Dr. Wilson Cano(Unicamp),

Econ. Ms. Zilneide O. Ferreira.



